



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - INCIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA CAROLINA SILVA SANTANA

**DESCONSTRUINDO AMÉLIA: ANÁLISE DO PERFIL DAS
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS
BRASILEIRAS**

Defesa apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Alessandro Gomes Enoque

Coorientador: Prof. Dr. Leonardo Barbosa e Silva

UBERLÂNDIA/MG

2022

ANA CAROLINA SILVA SANTANA

**DESCONSTRUINDO AMÉLIA: ANÁLISE DO PERFIL DAS
ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES
FEDERAIS BRASILEIRAS**

Defesa apresentada ao
Programa de Pós-graduação em
Ciências Sociais como pré-requisito
parcial para obtenção do título de Mestre
em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr.
Alessandro Gomes Enoque
Coorientador: Prof. Dr.
Leonardo Barbosa e Silva

UBERLÂNDIA/MG

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S232d
2021 Santana, Ana Carolina Silva, 1994-
Desconstruindo Amélia [recurso eletrônico] : análise do perfil das
estudantes de graduação das instituições federais brasileiras/ Ana
Carolina Silva Santana. - 2021.

Orientador: Alessandro Gomes Enoque.
Coorientador: Leonardo Barbosa eSilva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2023.8046>
Inclui bibliografia.

I. Ciências Sociais. I. Enoque, Alessandro Gomes, 1975-, (Orient.).
II. Silva, Leonardo Barbosa e, 1975-, (Coorient.). III. Universidade
Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
IV. Título.

CDU: 30

André Carlos Francisco
Bibliotecário - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco H, Sala 37 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3230-9435 - www.ppgcs.incis.ufu.br - ppgcs@incis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Sociais				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico nº 009/2022/PPGCS				
Data:	20 de Dezembro de 2022	Hora de início:	08:30h	Hora de encerramento:	10:30h
Matrícula do Discente:	12012CSC001				
Nome do Discente:	Ana Carolina Silva Santana				
Título do Trabalho:	Desconstruindo Amélia: análise do perfil das estudantes de graduação das instituições federais brasileiras a partir da V pesquisa de perfil da ANDIFES				
Área de concentração:	Sociologia e Antropologia				
Linha de pesquisa:	Linha 02: Política, Cultura, Trabalho e Movimentos Sociais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Gênero e Trabalho no Brasil Contemporâneo				

Reuniu-se, por Vídeo Conferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, assim composta: Professores(as) Doutores(as): . Jorgetânia da Silva Ferreira (UFU) (Examinadora), Larissa Guimarães Martins Abrão (UEMG) (Examinadora), e Alessandro Gomes Enoque, orientador da candidata e presidente da Banca.

Iniciando os trabalhos, o presidente da mesa, Dr. Alessandro Gomes Enoque, apresentou a Comissão Examinadora e a candidata, agradeceu a presença do público, e concedeu a Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação da Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem, sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir a candidata. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando a candidata:

APROVADA

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Banca Examinadora:

Alessandro Gomes Enoque (PPGCS/INCIS/UFU) - Orientador e Presidente

Jorgetânia da Silva Ferreira(UFU) - Examinadora

Larissa Guimarães Martins Abrão (UEMG) - Examinadora



Documento assinado eletronicamente por **Alessandro Gomes Enoque, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/12/2022, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jorgetania da Silva Ferreira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/12/2022, às 10:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Larissa Guimarães Martins Abrão, Usuário Externo**, em 21/12/2022, às 09:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4148166** e o código CRC **D2A27F5C**.

Dedico este trabalho a todas as mulheres que lutaram para que eu tivesse a oportunidade e as condições para estar aqui.

Agradecimentos

Meus mais sinceros agradecimentos a todas as pessoas que em maior ou menor medida estiveram presentes nestes últimos anos em que estive cursando o Mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Uberlândia, a todos vocês que me impediram de surtar e botar fogo nessa dissertação e na UFU. A meus familiares, em especial, minha filha Alice Santana Alves, minha mãe Gislaine Inácio da Silva e minha irmã Lara Kaline Silva Santana, as mulheres mais importantes da minha vida. A Stênio Alves pela amizade, companheirismo e compreensão. Aos amigos das horas mais difíceis e das horas mais felizes: Cecília Paixão, Thais Ferreira, Taylor Jeferson e Danilo Profirio, eu não poderia desejar amigos melhores. Aos amigos inesperados e já muito queridos que a vida me trouxe: Leonardo Magalhães, Bianca Rocha, Paula Parreiras e Leandro Batista. Aos docentes do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, em especial, Patrícia Trópia, Mariana Magalhães, a meus orientadores Leonardo Barbosa e Alessandro Gomes Enoque, pelo exemplo de integridade acadêmica e estímulo. Ao Observatório de Políticas Públicas pelos valiosos ensinamentos. E, finalmente, a minha frágil sanidade mental que se mantém apesar das probabilidades, estamos juntas.

“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo diferentemente, cabe transformá-lo”

Karl Marx

“So we’re different colours
And we’re different creeds
And different people have
different needs”

Depeche Mode

“Quando você olha muito tempo para um abismo, o abismo olha para você”.

Friedrich Nietzsche

Resumo

O espaço escolar, assim como o mercado de trabalho, tem sido ocupado pelas mulheres no Brasil e no mundo ao longo do século XX e XXI. O ensino superior apesar de ser um espaço privilegiado para a formação humana e profissional também é um espaço de manutenção de relações, sendo marcado por desigualdades de classes, étnico-raciais e de gênero, uma vez que a dinâmica de exclusão externa ao espaço escolar é nele reproduzida. O mundo do trabalho, por sua vez, é conectado com a dimensão educacional, pois ela, em seus mais diversos níveis, é influenciada pelas relações desiguais de trabalho, ao passo que o ingresso no mercado de trabalho também sofre influência direta das desigualdades de acesso educacionais, sendo dois aspectos de uma mesma totalidade. O objetivo da pesquisa visa analisar as relações entre o ensino superior, o mundo do trabalho e as desigualdades de gênero e classe. Para isto será realizado um estudo com abordagem qualitativa e quantitativa, com pesquisa bibliográfica documental, mediante coleta de dados por Análise de Conteúdo e Análise de Dados. Para o caso da última, utilizando-se a base de dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES (2018) sobre a participação da mulher no mercado de trabalho e no Ensino Superior Brasileiro. As conclusões parciais da pesquisa indicam o crescimento da participação das mulheres no Brasil tanto no mercado de trabalho quanto no ensino superior, principalmente desde os anos 70, possibilitando maior segurança empregatícia e melhores rendimentos; porém também é notado um crescimento das mulheres nas ocupações com menor seguridade e menor qualidade, com altas taxas de informalidade, e menor renda se comparada com os homens de mesma profissão. A pesquisa parcial também aponta para uma sexualização das ocupações dentro do espaço acadêmico das Instituições Federais de Ensino Superior.

Palavras-chave: Mundo do Trabalho, Ensino Superior, Gênero.

Abstract

The scholar space, as well as the labor market, has been occupied by women in Brazil and in the world throughout the 20th and 21st centuries. Higher education, despite being a privileged space for human and professional education is also a space for maintaining relationships, being marked by inequalities of classes, ethnic-racial and gender, since the dynamics of exclusion external to the school space is reproduced in it. The labor world, in turn, is connected with the educational dimension, due to, in its most diverse levels, is influenced by unequal work relationships, while entering the labor market is also directly influenced by educational access ~~implic~~ ^{implic} two aspects of the same totality. The aim of this research is to analyze the relations between higher education, the world of work and gender and class inequalities. For this, a study will be carried out with a qualitative and quantitative approach, with bibliographic and ~~documentary~~ ^{documentary} research, with data collection by Content Analysis and Data Analysis. In the case of the latter, using the database of the V National Survey of Socioeconomic and Cultural Profile of undergraduate students of IFES (2018) on the participation of women in the labor market and in Brazilian Higher Education. The partial conclusions of the research indicate the growth of women's participation in Brazil in both the labor market and higher education, especially since the 1970s, enabling greater employment security and better incomes; however, it is also noticed a growth of women in occupations with lower security and lower quality, with high informality rates, and lower income compared to men of the same profession. Partial research also points to a sexualization of occupations within the academic space of federal institutions of higher education.

Keywords: Labor World, Higher Education, Gender.

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Brasil - Profissões com grande ocupação de mulheres (2019).....	7
Gráfico 2: Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015	7
Gráfico 3: Proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo raça/cor –Brasil (1995-2009)	32
Gráfico 4: Taxa líquida de escolarização no nível do ensino médio, por raça e gênero - Brasil (1995-2009).....	36
Gráfico 5: Taxa líquida de escolarização no nível de ensino superior, por raça e gênero - Brasil (1995-2009)	37
Gráfico 6: Brasil Evolução do Gini da renda total, e proporção da renda total das mulheres em relação à dos homens e de renda total dos negros em relação à dos brancos - 1995-2015	42
Gráfico 7: Vagas ofertadas na graduação presencial nas Universidades Federais de de 2003 a 2017 segundo a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	54
Gráfico 8: Presença de estudantes nas IFES segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	58
Gráfico 9: Estudantes por sexo e faixa etária nas IFES segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.....	59
Gráfico 10: Presença das estudantes nas IFES por turno segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.....	60
Gráfico 11: Presença dos estudantes nas IFES por turno e sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	60
Gráfico 12 : Presença dos estudantes nas IFES por grau e sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	61
Gráfico 13: Estudantes do sexo feminino por área do CNPq nas IFES segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	62
Gráfico 14: Estudantes por área do CNPq e sexo nas IFES segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	63
Gráfico 15: Presença das estudantes do sexo feminino nas IFES por cor/raça segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES –	

2018.	64
Gráfico 16: Presença dos estudantes nas IFES por cor/raça e sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	64
Gráfico 17: Presença das estudantes nas IFES por orientação sexual segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	65
Gráfico 18: Presença das estudantes nas IFES por estado civil segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	66
Gráfico 19: Presença das estudantes do sexo feminino nas IFES por quantidade de filhos segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.....	66
Gráfico 20: Presença dos estudantes nas IFES por quantidade de filhos e sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	67
Gráfico 21: Presença dos estudantes nas IFES que frequentaram cursinhos por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.....	68
Gráfico 22: Presença dos estudantes nas IFES por ingresso e por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	69
Gráfico 23: Presença dos estudantes nas IFES por ingresso cotas e por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	70
Gráfico 24: Presença dos estudantes nas IFES por atividade ou programa acadêmico remunerado e por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	71
Gráfico 25: Presença das estudantes do sexo feminino nas IFES por onde mora atualmente segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	72
Gráfico 26: Presença das estudantes do sexo feminino nas IFES por vínculo no trabalho segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.....	73
Gráfico 27: Presença dos estudantes nas IFES por principal mantenedor(a) do seu grupo familiar e por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural	

dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.....	74
Gráfico 28: Presença das estudantes do sexo feminino nas IFES por escola que cursou o Ensino Médio segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	75
Gráfico 29: Presença dos estudantes nas IFES por faixa de renda mensal per capita e por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	75

Lista de Tabelas

Tabela 1: Distribuição percentual da força de trabalho masculina efeminina, no Brasil, por setor de atividade econômica, 1950-1970	27
Tabela 2: Ocupados e Ocupadas por setor de atividades no Brasil 1985	29
Tabela 3: Ocupados e Ocupadas por setor de atividades no Brasil 1985-199.....	31
Tabela 4: Decomposição dos tempos médios de trabalho entre efeitos de incidência e duração, segundo sexo - Brasil (2013)	33
Tabela 5: Taxas de atividades das mulheres que tiveram filhos, segundo faixa etária do último filho vivo - Brasil	34
Tabela 6: Indicadores de participação econômica por sexo - Brasil	40
Tabela 7: Distribuição dos ocupados por sexo e faixas de rendimento.....	41

Lista de Figuras

Figura 1 Brasil: Distribuição de homens e mulheres por faixa salarial(em salários mínimos) - 2016.....	43
Figura 2: Brasil - Média de rendimento segundo nível de escolaridade, por	44
Figura 3: Perfil das estudantes de graduação segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018	76

Sumário

Agradecimentos	4
Lista de Gráficos	8
Lista de Tabelas	11
Lista de Figuras.....	12
Introdução	6
Objetivos.....	12
Objetivos Específicos	12
Justificativa	12
Pressupostos Teóricos e Metodológicos	14
Trabalho e escolaridade feminina: um ponto de partida	22
Trabalho e escolaridade feminina no Brasil.....	26
Participação econômica e remuneração feminina no Brasil	39
Ensino Superior e Gênero	44
Ensino Superior e Ensino Superior no Brasil	47
Ensino Superior e Gênero no Brasil	55
V Pesquisa Nacional de Perfil e o perfil da estudante de Graduação nas IFES	57
Referências	82

Introdução

O tema dessa pesquisa é a sexualização das ocupações no ensino superior de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e, para isso, é fundamental que se contextualize brevemente a situação da mulher no mercado de trabalho e no ensino superior público brasileiro.

A participação feminina na população economicamente ativa (PEA) saiu de 19% em 1940 para 46,1% em 2011 (IBGE, 2012). No entanto, mesmo ocupando níveis muito próximos aos dos homens na PEA, os desafios à participação da mulher no mercado de trabalho revelam o machismo de nossa sociedade.

Em 2011, o rendimento médio do trabalho das mulheres foi R\$ 1.343,81, o que representa 72,3% do que recebiam os homens (R\$ 1.857,63). E em 2018, as mulheres ainda ganhavam, em média, 20,5% menos que os homens no Brasil (IBGE, 2019).

Também em 2011 foi constatado que “As mulheres, independente do grupo de anos de estudo que se enquadrem, em média, recebem menos que os homens” (IBGE, 2012). O que tem gerado palavras de ordem para os movimentos sociais no Brasil como, por exemplo, “Trabalho igual, salário igual” (MOVIMENTO MULHERES EM LUTA, 2011).

Apesar da maior participação das mulheres no mercado de trabalho formal ao longo dos anos, a organização dos homens e mulheres em papéis sexuais se perpetua. Fato que pode ser constatado no gráfico da Agência de Notícias IBGE (2019) sobre as profissões com grande ocupação de mulheres (Figura 1 – a seguir).

A divisão sexual do trabalho ainda faz com que essas profissionais recebam percentualmente menos que os homens (OXFAM, 2017). A maioria das mulheres que se forma, ocupa profissões com atividades consideradas tipicamente femininas. Assim, homens e mulheres reproduzem papéis sexuais no mercado de trabalho.

É possível observar a dinâmica das relações sociais de poder de gênero e raça refletidos nos dados do estudo *Retrato das desigualdades de gênero e raça - 20 anos* realizado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em 2017. A pesquisa nos mostra que o salário médio de mulheres negras de 1995 a 2015 era R\$ 1.027,50, enquanto o dos homens brancos era R\$ 2.509,70 - ou seja, o rendimento do primeiro grupo equivale a 40,9% do segundo (Figura 2).

Gráfico 1: Brasil - Profissões com grande ocupação de mulheres (2019).

Profissões com grande ocupação de mulheres

O gráfico mostra alguns exemplos de ocupações com forte presença feminina, segundo dados da PNAD Contínua, 4º trimestre de 2018.

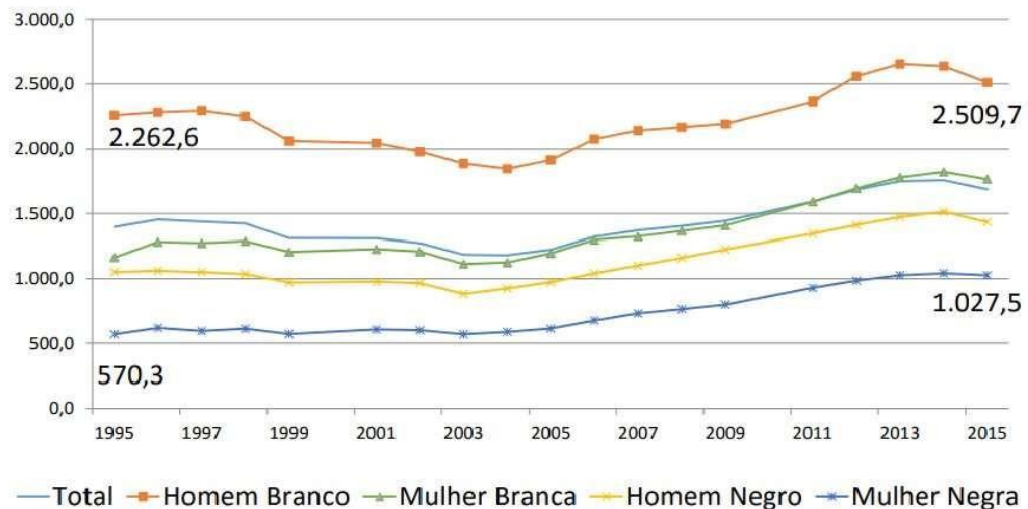


AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS

Fonte: Agência de Notícias IBGE (2019).

Gráfico 2: Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015

Rendimento médio mensal no trabalho principal da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça – Brasil, 1995 a 2015



: Pnad/ IBGE Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC

* rendimento do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set./2015

Fonte: IPEA (2017).

A dinâmica de exclusão externa ao espaço escolar é nele reproduzida (BOURDIEU; PASSERON, 2014). Apesar do espaço escolar ser um local privilegiado para a formação humana e profissional, é marcado por desigualdades de classes, étnico-raciais e de gênero. Este espaço de maneira substancial, tem sido ocupado pelas mulheres no Brasil, mesmo que inicialmente de maneira tímida, desde o século XIX (VIANNA; UNBEHAUM, 2004).

A luta das mulheres por direitos, que incluem a educação, tem caráter histórico. Olympe de Gouges, por exemplo, durante a revolução Francesa, elaborou a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã que data de 1791 e sua própria versão de Tratado Social de 1788, no qual discorre sobre os direitos que, *a priori*, eram exclusivamente masculinos, fossem também garantidas às mulheres, além de oferecer propostas de reformas sociais e políticas que abrangessem também o sexo feminino (SCOTT; KLANOVICZ; FUNCK, 2005).

Durante muitas décadas, a presença das mulheres brasileiras foi inibida nos ambientes escolares e foi apenas na primeira metade do século XIX que apareceram algumas instituições voltadas para o ensino das mulheres (BELTRÃO; ALVES, 2009). Porém, tais instituições mantinham o caráter de especializações baseado nos gêneros, às mulheres eram reservadas as funções como magistério (educação primária) e manutenção do papel de esposa e mãe, o que acabou por inviabilizar, momentaneamente, a participação das mulheres nas instituições de ensino superior durante todo o século XIX (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Um marco institucional brasileiro foi o decreto imperial de 1881, responsável por facultar a matrícula de mulheres nos cursos superiores. Até então, os cursos abertos no Brasil, como Medicina (1808), Direito e Engenharia (1810) tinham acesso exclusivo aos homens. Foi só em 1887 que a primeira mulher brasileira, Rita Lobato Velho Lopes, recebeu o título de médica. Em proporção bem menor que a dos homens, as mulheres brasileiras começaram a aumentar sua taxa de matrículas no ensino secundário e superior, onde alcançavam apenas 1,5% no início do século XX (BELTRÃO; ALVES, 2009).

A partir dos anos 1960, as mulheres brasileiras começaram a ter maiores chances de concorrer a vagas no vestibular para ingressar no ensino superior, sobretudo porque a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB 4.024/1961), garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio. Entretanto, somente a partir da década de 1970 é que se tem início a reversão da proporção dos gêneros matriculados no ensino superior. E a partir da metade do século XX, as mulheres brasileiras reverteram o hiato de gênero em todos os níveis da educação (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Depois de anos de lutas por parte da sociedade civil, principalmente o segmento estudantil e movimentos sociais, a Constituição de 1988 foi promulgada, garantindo direitos políticos

e sociais e afirmando que é dever do Estado garantir ~~fundamente~~ uma educação gratuita e de qualidade em todos os níveis, assim como também é dever do Estado garantir as condições de permanência para os estudantes da rede pública (BRASIL, 1988). Também houve determinação do financiamento público, prevendo mínimo de investimento para cada ente federado (Art. 212), no que a União reserva à educação 18% da arrecadação em impostos, os estados 25% e os municípios 25% (BRASIL, 1988).

Já em 1996¹, foi sancionada a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB – Lei Nº 9394/96) que organizou os níveis da educação formal como um todo no país, da educação infantil à educação superior. A LDB de 96 estabeleceu os princípios e responsabilidades do Estado em relação a educação pública, garantindo a gestão democrática do ensino público, a autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares (art. 3 e 15).

Quanto ao ensino superior, essa Lei dispõe sobre a finalidade (Capítulo IV), os tipos de cursos e programas (graduação, pós-graduação, sequenciais e extensão), disposições gerais sobre autorização e credenciamento de instituições de ensino superior, a caracterização da Universidade como instituição de ensino e a aspectos de sua autonomia.

A partir dos anos 2000, um conjunto de medidas possibilitou que o investimento estatal nas instituições públicas de ensino superior crescesse. Nesse sentido, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais(REUNI) se destaca pelo aumento do valor orçamentário destinado as Instituições Federais de Ensino Superior com a meta de expandir da oferta de educação superior (BRASIL, 2007).

A política de cotas (Lei nº. 12.711/2012), assim como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), democratizaram o acesso ao ensino superior de maneira substancial. A lei de cotas previu a reserva de no mínimo 12,5% a cada ano, de vagas previstas para estudantes com origem em escolas públicas (com sub-reserva para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências), dando o prazo máximo de quatro anos, a partir da data de sua publicação, para o cumprimento integral por parte das IFES(BRASIL, 2012).

O ensino superior cresceu no Brasil nos anos 2000, tanto o ensino superior privado, quanto o ensino superior público. As Instituições Federais cresceram, assim como o valor orçamentário a elas destinados, a composição discente se modificou e se diversificou ao longo dos anos, como ilustram as pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural das (os) Graduandas

¹ Lei sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso em 20 de dezembro de 1996.

(os) (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

Naquele contexto, surge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), promulgado em dezembro de 2007 (BRASIL, 2007), e que tem como foco o fornecimento de recursos para garantir a permanência dos estudantes com vulnerabilidades econômicas, buscando assim minimizar a evasão e retenção desses estudantes (VASCONCELOS, 2010).

Nesse contexto, conhecer o perfil discente das Instituições Federais se mostra vital na efetivação da educação superior como um direito social. No que se destacam os esforços do FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Acadêmicos), ao realizar pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das Instituições Federais.

As pesquisas realizadas respectivamente de 1996-1997 e 2003-2004 indicaram que a questão de gênero é de suma importância para compreensão, pois, segundo a pesquisa, a maioria dos estudantes são jovens mulheres, solteiras, sem filhos, moram com seus familiares e utilizam transporte público (VASCONCELOS, 2010).

Assim, as pesquisas realizadas pelo FONAPRACE indicaram parâmetros para definir as diretrizes dos programas e projetos que seriam desenvolvidos nas Instituições Federais de Ensino Superior (VASCONCELOS, 2010).

Os resultados da pesquisa nas Instituições Federais de Ensino – IFES – demonstram ainda os principais indicadores sociais de sobrevivência: moradia, alimentação, transporte, saúde, manutenção e trabalho (VASCONCELOS, 2010).

No ano de 2014, a IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES constatou que 52,7% dos graduandos em Instituições Federais eram mulheres. Porém, também se observou que existiam discrepâncias no que tange às rendas médias entre graduandas e graduandos. Enquanto as estudantes do sexo feminino tinham em média R\$ 835,00 de renda per capita, os estudantes do sexo masculino tinham em média R\$ 1.007,00.

Embora as mulheres sejam maioria no ensino superior público, é possível notar que as desigualdades de gênero e classe repercutem no acesso às oportunidades acadêmicas de mobilidade internacional e nacional. Por exemplo, a maioria dos graduandos que tem acesso a mobilidade acadêmica são homens com renda per capita considerável (FONAPRACE/ANDIFES, 2014).

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES observou o crescimento da participação das discentes do sexo ~~feminino~~ de 52,7%

população de graduandos em 2014 para 54,6% em 2018.

No que tange à distribuição dos sexos pelas áreas do conhecimento, a pesquisa demonstrou que a proporção dos discentes do sexo masculino é 2 para 1 nas Ciências Exatas e da Terra e Engenharias, enquanto a proporção das discentes do sexo feminino é na proporção de 2 para 1 nas Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Humanas e Linguística e Letras (FONAPRACE; ANDIFES 2018).

Em que pese as pesquisas de perfil dos graduandos das IFES (FONAPRACE/ANDIFES, 2004, 2014 e 2018) terem demonstrado que mulheres são maioria entre discentes com matrícula ativa nas IFES, as pesquisas também evidenciaram as diferenças entre as médias de renda per capita entre estudantes de graduação do sexo feminino e masculino, em que a média a renda masculina é maior que a média de renda feminina.

É hipótese dessa pesquisa que o crescimento do contingente feminino no ensino superior e no mercado de trabalho em diversas profissões não significa necessariamente o fim da divisão sexual do trabalho e das relações desiguais de gênero, mas sim a complexificação de tais relações em novos contornos de precarização do trabalho feminino. E que os marcadores sociais naturalizados pelo modelo familiar patriarcal são utilizados e ampliados pelo capitalismo e continuam determinantes na organização social de homens e mulheres.

Kergoat (2002) coloca que o trabalho masculino tem maior valor atribuído em comparação ao das mulheres, enquanto a qualificação do trabalho masculino é construída na esfera pública, as “qualidades” femininas são construídas na esfera privada, não sendo valorizadas socialmente. Assim as mulheres no capitalismo têm suas trajetórias conduzidas por marcadores de gênero que tem influência direta sobre seu lugar no mercado de trabalho, ocupando carreiras e áreas consideradas tipicamente femininas e mesmo quando não o fazem, ocupando carreiras e áreas consideradas tipicamente masculinas, as mulheres continuam a receber salários menores, esse fenômeno social é chamado de sexualização das ocupações (BRUSCHINI, 1979).

O tema²² desse trabalho é, portanto, a sexualização das ocupações e sua eventual expressão no ensino superior brasileiro público. O intuito da pesquisa será responder à questão central: estamos, de fato, diante de uma sexualização das ocupações de graduação no Ensino

² O título da pesquisa faz referência a música Ai! que saudade da Amélia (comumente chamada somente de "Amélia") composta por Mário Lago e Ataulfo Alves em 1942. A música trata de uma mulher submissa e “dona do lar” que sempre se sacrifica para deixar seu marido feliz. Também faz referência a música Desconstruindo Amélia composta pela cantora Pitty em 2009, que retrata Amélia saindo de casa para trabalhar e se qualificar, equilibrando os afazeres domésticos e o trabalho. A música de Pitty ainda coloca que, a despeito de sua qualificação, Amélia continua ganhando menos que o namorado.

Superior Federal Brasileiro? Se sim, de que forma ela se apresenta?

Objetivos

Objetivo Central:

A pesquisa proposta aqui visa traçar o perfil das ocupações de mulheres estudantes que compõem os cursos de graduação brasileiros nas IFES de acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018

Objetivos Específicos:

Caracterizar o perfil das mulheres estudantes que compõem os cursos de graduação brasileiros nas IFES de acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018

Problematizar e identificar o perfil sexual das profissões a partir de pesquisa bibliográfica, associando, quando possível, com o perfil sexual dos cursos de graduação analisados nesta pesquisa.

Justificativa

Diante das discussões do projeto de pesquisa apresentado a banca seleção de mestrado do curso de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia e das pesquisas de perfil dos estudantes de graduação, é possível observar que trajetórias de homens e mulheres estão ligadas à divisão sexual do trabalho. Então se faz necessário desvelar a dinâmica das desigualdades de gênero nos cursos de graduação das IFES, e se debruçar sobre a problemática de como a divisão sexual do trabalho influencia no ensino superior.

Esta pesquisa está em consonância com o objetivo artigo 5º da Constituição Federal de 1988 na qual se declara que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (BRASIL, 1988). Nesse sentido, se faz importante entender o modo como as diferenças sociais influenciam na educação e nas futuras profissões de mulheres e homens.

Além disso, cabe destacar que o “Objetivo 3” dentre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Organização das Nações Unidas (ONU) refere-se a “Igualdade entre os sexos e valorização da mulher”.

Superar as disparidades entre meninos e meninas no acesso à escolarização formal e promover políticas que ofereçam oportunidades para mulheres ocuparem papéis cada vez mais ativos no mundo econômico e política são ações essenciais para a superação das desigualdades de gênero. (BRASIL, [s.d.]).

Portanto, o tema desta pesquisa está em sintonia com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no que tange à “Igualdade entre os sexos e valorização da mulher”. E mais, que isso, em sintonia com as demandas dos movimentos sociais de mulheres no que tange à igualdade de gênero.

Pesquisas que buscam compreender os mecanismos sociais de desigualdade de gênero presentes do mundo do trabalho e na educação são um importante passo que podem estabelecer uma base para políticas afirmativas e ações de movimentos sociais que ~~busca~~ ^{busca} promova a equidade de gênero em todas as atividades sociais e da economia, levando a possíveis melhorias das condições femininas de trabalho e educação.

O FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Acadêmicos) também indicou o gênero como uma categoria fundamental para compreensão do ensino superior nas IFES. A pesquisa de perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das Instituições Federais em 1996-1997 e 2003-2004 revelou que a maioria dos estudantes é composta por jovens mulheres, solteiras, sem filhos, moram com seus familiares e utilizam transporte público. Assim a pesquisa proposta se mostra relevante também pelo fato de as pesquisas de perfil estudantil demonstrarem que o gênero é uma categoria extremamente importante para compreensão da realidade social.

Vale registrar que em levantamento feito em novembro de 2021 no indexador eletrônico de periódicos SCIELO (www.scielo.org) dos descritores “Sexualização das ocupações” e “Sexualização das profissões” não resultou em qualquer artigo ou estudo³. Deste modo, a pesquisa se torna relevante, pois existem poucos trabalhos com a temática da sexualização das ocupações no Ensino Superior Brasileiro que abarcam todos os cursos do ensino

³ Foi possível observar ao pesquisar o descritor “Gênero e Educação Superior” no SCIELO que a maioria dos trabalhos encontrados sobre a temática da pesquisa tem o enfoque em estudos de caso de algumas áreas específicas, como é o caso dos artigos “Formação de profissionais de saúde no Brasil: uma análise no período de 1991 a 2008” dos autores Ana Estela Haddad, Maria Celeste Morita, Célia Regina Pierantoni, Sigisfredo Luis Brenelli, Teresa Passarella Francisco e Eduardo Campos, do artigo “Permanecer ou desistir? Mulheres na graduação em engenharia e tecnologias na UTFPR/Guarapuava, Brasil” das autoras Luciana Rosar Formazari Klanovicz e Valéria Aparecida Monteiro de Oliveira e do artigo “Mulheres na Física: experiências de docentes e discentes na educação superior” da autora Maria Eulina Pessoa de Carvalho.

superior das Instituições Federais de Ensino Superior com um banco de dados relativamente recente⁴.

Pressupostos Teóricos e Metodológicos

Ao logo do percurso acadêmico podemos observar que uma metodologia sólida e bem delineada é de suma importância para a execução de uma pesquisa. Apesar de um bom conhecimento da metodologia não ser a garantia de uma pesquisa bem executada, é através de um estudo sistemático dos procedimentos científicos que podemos chegar à formação de um sistema de hábitos intelectuais (BOURDIEU, CHAMBOREDON, PASSERON, 1999).

No caso das Ciências Sociais, a escolha do método, de maneira genérica, é a escolha dos procedimentos sistemáticos que serão utilizados durante a pesquisa para descrever e explicar fenômenos de cunho social (RICHARDSON, 1989).

Portanto, para analisarmos as relações de gênero no mundo do trabalho e no ensino superior das Universidades Federais brasileiras é necessário partir de alguns pressupostos que dão sustentação para a análise do objeto desta pesquisa. Um destes pressupostos é a natureza da sociedade e seu modelo de Estado. Portanto, deve-se, primeiramente, compreender o papel do Estado e sua relação com a educação.

Para Gramsci, o Estado moderno nas sociedades ocidentais é dialeticamente formado por dois planos ligados de maneira equilibrada: o plano da sociedade política e o plano da sociedade civil, formando assim o conceito de Estado integral. Deste modo, o aparelho privado de hegemonia e o aparelho de dominação típico do Estado formam o Estado integral. Então, as escolas em todos os seus níveis também fazem parte do Estado como importantes aparelhos hegemônicos para criação de consenso social (GRAMSCI, 2001).

Uma das funções mais importantes do Estado para Gramsci é garantir que a população em geral tenha um nível cultural e moral que vai ser correspondente às necessidades de desenvolvimento das forças produtivas e, como consequência, articuladas aos interesses das

⁴ Já na revista Educação Superior, Profissões, Trabalho encontramos o artigo “Azul ou Rosa? A Segregação de Gênero no Ensino Superior Brasileiro, 2002-2016” de 2021 em que os autores Tayná Mendes, Luiza Houzel, Bruna Milanski, Carolina Medeiros, Flávia Eduarda Rocha, Pedro Elgaly, Vivian de Almeida e Flavio Carvalhaes analisaram como os estudantes do sexo feminino em masculino estavam alocados em diferentes cursos do ensino superior com base nos dados da Pesquisa Nacional de Domicílios de 2014 e do Censo Do Ensino Superior de 2002 e 2016. Também encontramos o artigo de 1979 “Sexualização das Ocupações: O caso brasileiro” na revista Cadernos de Pesquisa, no artigo Maria Cristina Bruschini analisa a sexualização das ocupações no Brasil examinando as transformações ocorridas na força de trabalho não agrícola no período dos anos 50-70. Ambos os artigos se aproximam da temática aqui proposta pela pesquisa, porém em períodos temporais anteriores e por esse motivo serão utilizados para ao longo do texto para auxiliar na análise. Durante a pesquisa prévia encontramos o livro “Trabalhadoras: Análise da Feminização das Profissões e Ocupações” organizado por Silvia Cristina Yannoulas de 2013, que contém textos de diversas autoras sobre a temática e será utilizado para elaboração da pesquisa.

classes dominantes (GRAMSCI, 2012). Gramsci denomina esse Estado “educador” de Estado ético, assim considerando o Estado enquanto hegemonia para criação de uma consciência moral.

Na concepção gramsciana, o Estado integral e, por consequência, os espaços educacionais como a universidade não são totalmente homogêneos, pois constituem ao mesmo tempo um espaço de coerção e um lugar de luta por hegemonia. Logo, de um lado, nas instituições de ensino superior são realizadas práticas e teorias em que a classe dirigente se justifica e mantém seu domínio, através do consenso ativo dos governados, e de outro lado, é arena onde se constitui a luta de classes visando à obtenção da direção político-ideológica e do consenso.

Nesse sentido, as Universidades se apresentam dialeticamente um espaço de coerção e consenso (GRAMSCI, 2012). É importante salientar que aparelhos privados de hegemonia não são compostos apenas por conflitos de classe, como também por conflitos ~~homos~~ raciais e de gênero, deste modo, apesar do ensino superior apresentar as contradições de gênero, classe e raça, o mesmo também é uma ferramenta para a ascensão social (BELTRÃO; ALVES, 2009).

Porém, é importante salientar que embora as mulheres sejam maioria nas universidades (BELTRÃO; ALVES, 2009) não significa necessariamente que as relações de dominação masculina deixaram de existir e que as mulheres estão em pé de igualdade aos homens nas questões educacionais, de trabalho e sociais.

Na obra *Os Herdeiros*, P. Bourdieu e J. C. Passeron discorrem sobre como a origem social influencia diretamente nas trajetórias e nas futuras escolhas dos estudantes do ensino superior. A pesquisa traz à luz que a discussão é complexa e não deve ser baseada exclusivamente no mérito individual. As escolhas no âmbito do ensino superior não são livres como propõe o senso comum. Os estudantes não são distribuídos de forma ~~homogênea~~ entre os cursos, ao contrário as escolhas são diretamente influenciadas pela origem social (BOURDIEU; PASSERON, 2014).

A divisão sexual está presente em diversas esferas, que atribuem a diferença entre feminino e masculino significados variados e de natureza política. É possível inclusive observar no ensino a significação das relações de poder (SCOTT; KLANOVICZ; FUNCK, 2005). No capitalismo as diferenças entre os sexos são utilizadas para hierarquizar as atividades realizadas pelos sexos criando um sistema de gênero, fato que reflete na educação de meninos e meninas desde o nascimento. Assim, a ~~divisão~~ divisão sexual do trabalho tem como características a designação prioritária dos homens para a esfera produtiva e das mulheres para a esfera reprodutiva (HIRATA, KERGOAT, 2007).

As relações de gênero têm indissociavelmente uma base material e ~~ideológica~~ ideológica. Todas as relações sociais apresentam uma confrontação socializante, ao mesmo tempo produção

de pertencimentos e geração de separações (KERGOAT, 2002).

As relações da divisão sexual não são imutáveis e tem modalidades que mudam de acordo com o tempo e o espaço, porém, a distância entre os sexos ainda se mantém, como é possível notar através do estudo do IBGE (2019) que confirma que as mulheres ainda ganham, em média, 20,5% menos que os homens no Brasil. Assim, apesar das mulheres serem maioria no ensino superior (INEP, 2015), a divisão sexual do trabalho faz com que essas profissionais ainda recebam percentualmente menos que os homens e se concentrem em cursos no ensino superior que reproduzem papéis sexuados no mercado de trabalho.

A sexualização das ocupações no mercado de trabalho é caracterizada quando a maioria das pessoas que compõe uma profissão são de apenas um sexo. Em que pese, a sexualização ocupacional afetar também os trabalhadores e estudantes homens em carreiras tipicamente femininas, o fenômeno acontece com mais intensidade com as mulheres (BRUSCHINI, 1979).

O fenômeno da sexualização das ocupações é observado em todos os países nos mais diversos graus de desenvolvimento, porém as profissões que são consideradas femininas ou masculinas dependem de contextos específicos. A exemplo da Medicina, que na antiga União Soviética era considerada uma profissão feminina, enquanto nos Estados Unidos, em uma mesma época, era considerada uma profissão masculina (BRUSCHINI, 1979).

Inúmeras explicações justificam a sexualização desigual das ocupações, associando a natureza ou o temperamento que supostamente diferenciaria os sexos, naturalizando um comportamento social.

A antropóloga cultural Margaret Mead se tornou referência para a temática de gênero na Antropologia, deixando claro que as relações de gênero na sociedade capitalista não são naturalmente justificadas. Em seu trabalho, ela analisou não apenas a ~~divisão~~ relação entre homens e mulheres em outras sociedades como também elaborou uma crítica extremamente pertinente sobre sua própria sociedade. Mead (2003) analisa como três sociedades originárias desenvolveram relações de gênero diferentes com relação ao temperamento de homens e mulheres.

Em *Sexo e temperamento*, Mead comprova que não existe um destino biológico imutável que transforma as mulheres em indivíduos dóceis e obedientes, assim como também não existe nenhum pressuposto biológico que transforme os homens em indivíduos agressivos, tais ideias são construções sociais. A autora afirma ainda que os ~~estudantes constroem~~ ~~suas~~ ~~relações~~ ~~de~~ ~~gênero~~ e sexualidade focando fortemente na ideia de masculinidade e feminilidade, que, como vimos anteriormente, são construtos ~~suas~~ e nada tem a ver com a aparência ou desenvolvimento biológico (MEAD, 2003). É importante destacar que dentro do sistema capitalista os

eixos de diferenciação social classe, raça e gênero influenciam de maneira distinta as experiências do indivíduo a depender do seu lugar de origem, sexo ou cor, embora esses eixos de diferenciação façam parte do mesmo sistema (HIRATA, 2014). Assim é possível compreender que as trajetórias e escolhas das estudantes de graduação sobre suas profissões terão relação direta com sua classe social e sua cor.

Gênero é uma categoria analítica extremamente ampla e com perspectivas díspares. Cabe então afirmar que o conceito de gênero abordado pela pesquisa é de diferenciação entre os gêneros socialmente construídos de mulher e homem, insistindo no caráter sócio-histórico de tal conceito, e também a relações de gênero enquanto processo social histórico.

Para dar subsídio à nossa análise, importa refletir, inicialmente, sobre algumas categorias essenciais. Toma-se como ponto de partida que “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAVOIR, 2001). Esta frase de impacto é utilizada por Beauvoir para exemplificar que não existe nenhuma característica biológica, econômica ou psíquica que justifique a condição feminina assumida em nossa sociedade.

Mesmo manifestando capacidade intelectual e física análoga a dos meninos de uma mesma faixa etária, a menina é exposta desde os primeiros anos da infância a um ~~amplo~~ conjunto de condições, comportamentos e limites que definem ao longo do tempo seu destino dentro da lógica social. Mulheres de classes e raças diferentes vivem diferentes experiências dentro do sistema capitalista, entretanto todas são afligidas de maneira mais ou menos clara pela opressão de gênero.

A maneira desigual com que são tratadas as mulheres chamou a atenção de estudiosas feministas, e foi no seio do feminismo que surgiram as teorias e discussões sobre gênero, na tentativa de descobrir o porquê as mulheres são categorizadas como o “segundo sexo” (BEAVOIR, 2001). O gênero foi utilizado como uma categoria de análise que se refere, para além da classificação presente na gramática, também a um aparelhamento social entre os sexos. Não podemos ignorar o caráter social, político e histórico das relações de gênero (SCOTT, 1990),

elemento construtivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos (e como) um primeiro modo de dar significado as relações de poder. (SCOTT; KLANOVICZ; FUNCK, 2005).

Com o passar do tempo de vida, mais a hierarquia dos sexos se torna aparente e se presencia a constante afirmação da superioridade masculina, tudo à nossa volta contribui para crença de que as mulheres não foram feitas para a vida política, filosófica, etc. Foi recente na história da humanidade que as contribuições científicas e históricas de mulheres têm sido aceitas, mesmo que ainda hoje existam bloqueios que impedem as mulheres de ter o

reconhecimento de um trabalho masculino (TOSI, 1998).

O conceito de gênero moderno não se encontra nas obras de Karl Marx e Friedrich Engels, apesar disso, o que foi escrito por eles, assim como os escritos de outros autores de tradição marxista, ofereceram instrumentos importantes para análises posteriores do conceito de gênero (HARAWAY, 2004).

As abordagens de Marx em *Sobre o Suicídio* e de Engels em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* não levaram ao conceito político de gênero, pois a relação econômica de propriedade aparecia como a base da opressão de gênero, a servidão da mulher e das crianças para com o homem seria a primeira forma de propriedade. Assim a relação de subordinação era analisada nos termos das relações capitalistas de classe e não nos termos de uma política sexual entre os homens e as mulheres (HARAWAY, 2004).

Apesar de não contemplar o conceito moderno de Gênero, em *Sobre o Suicídio*, Marx observa que “a natureza desumana da sociedade capitalista fere os ~~indivíduos~~ das mais diversas origens sociais” e coloca que a principal discussão em relação ao suicídio é a opressão das mulheres na sociedade moderna (MARX, 2006). Ao analisar arquivos da polícia francesa, Marx observa o número de suicídios femininos. A opressão colocada pela sociedade capitalista às mulheres era brutal, salientando as contradições da sociedade burguesa e da vida privada (MARX, 2006). Também é observado por Marx no volume I de *O capital* como o desenvolvimento do modo de produção capitalista se deu com base na superexploração, não apenas, mas também, do trabalho das mulheres e das crianças da classe trabalhadora (MARX, 2013).

Em termos contemporâneos, a historiadora Joan Scott discorre sobre como a divisão sexual está presente em diversas esferas, que atribuem à diferença entre feminino e masculino significados variados e de natureza política, num movimento de construção das organizações sociais, o gênero constrói e mantém a política e a política constrói e mantém o gênero (SCOTT; KLANOVICZ; FUNCK, 2005). O gênero está presente nas políticas educacionais em todas as modalidades de ensino como forma de dar significação às relações de poder (SCOTT; KLANOVICZ; FUNCK, 2005).

A divisão sexual do trabalho remete ao conceito ampliado de trabalho, que inclui, o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não-remunerado. (HIRATA, p.4, 2015).

A responsabilidade pelos afazeres domésticos, pelo cuidado de crianças e idosos, assim como pela educação das crianças, no capitalismo, sempre recaiu nas ~~mulheres~~ As relações desvantajosas para as mulheres, colocadas em âmbito doméstico, estruturam e são estruturadas

no mundo do trabalho, resultando em relações de poder desiguais entre homens e mulheres no mercado econômico e na família (HIRATA, 2015). Nesse sentido, o conceito de divisão sexual do trabalho se faz importante para compreender a condição feminina no âmbito de um sistema capitalista patriarcal e racista. O conceito de divisão sexual do trabalho entre outras coisas trata da diferença de homens e mulheres no mundo do trabalho, ou seja, é a divisão do trabalho que decorre das relações sociais entre os sexos (HIRATA, KERGOAT, 2007).

As relações de gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma *construção social sexuada*, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, diferencialmente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido aproveitar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho. (ANTUNES, p. 109, 1999).

Porém, não cabe simplesmente demonstrar a existência da desigualdade e sim mostrar que essas desigualdades são sistêmicas. É importante trazer uma reflexão de como os processos sociais no capitalismo se utilizam da diferenciação entre os sexos para ~~hierar~~ as atividades realizadas pelos sexos criando um sistema de gênero.

Na sociedade capitalista ocidental, a divisão sexual do trabalho tem como características a designação prioritária dos homens para a esfera produtiva e das mulheres para a esfera reprodutiva. Esta forma particular de divisão social do trabalho é regida por dois princípios organizadores: o princípio da organização e o princípio hierárquico, um diz respeito à divisão de trabalhos entre homens e mulheres e o outro diz respeito à hierarquia em que trabalhos tipicamente masculinos valem mais que trabalhos tipicamente femininos (HIRATA, KERGOAT, 2007).

As questões do mundo trabalho nos suscitam questões para o mundo acadêmico. Entendemos que o fato de as mulheres passarem a ocupar, gradualmente, mais postos no mundo do trabalho ou no ambiente escolar formal não significa o fim do machismo ou das relações de poder de gênero, mas sua reposição em um patamar mais complexo. Neste sentido, o fato de as mulheres ocuparem mais postos de trabalho não quer dizer que elas venham a ganhar o mesmo salário para as mesmas funções.

Assim, o conceito de *consustancialidade* das relações sociais ganha importância para compreender as práticas de homens e mulheres frente à tripla dimensão da divisão sexual do trabalho: de classe, de gênero e de raça, levando em consideração também a divisão internacional do trabalho, entre Norte e Sul global. Elaborado pela socióloga francesa e feminista Danièle Kergoat, o conceito coloca as práticas sociais como móveis, ambíguas e ambivalentes (KERGOAT, 2010).

Tendemos a pensar que os eixos de diferenciação social, tais como classe, raça e gênero influenciam de maneiras separadas e estanques na vida das pessoas, podendo ser sobrepostas. Porém, as mesmas funcionam dentro da lógica de um mesmo sistema unificado que é classista, racista e patriarcal, no qual as relações reproduzem e se ~~opõem~~ mutuamente. Kergoat (2010, p.94) coloca que as relações formam “um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são *coextensivas*”.

Podemos observar o paradoxo das relações sociais de gênero, em que a situação da mulher melhora no mercado de trabalho (KERGOAT, 2010) e no acesso ao ensino superior (BELTRÃO; ALVES, 2009). Porém, a divisão sexual e racial do trabalho permanece e às vezes se intensificam, assim “Tudo muda, mas tudo permanece igual” (KERGOAT, p.94, 2010). De modo, que a distinção entre as relações intersubjetivas e relações sociais é fundamental para compreensão do que realmente mudou no nível do sistema e o que é apenas um deslocamento das linhas de tensão (KERGOAT, 2010).

O objetivo é, portanto, desnaturalizar radicalmente as construções que se baseiam na diferenciação das desigualdades, sem com isso perder de vista a dimensão concreta das relações sociais. Essa análise vai contra a ideia de que, por exemplo, as relações de classe se inscrevem unicamente na instância econômica, e as relações patriarcais, unicamente na instância ideológica. Cada um desses sistemas possui suas próprias instâncias, que exploram economicamente, dominam e oprimem. Estas instâncias articulam-se entre si, de maneira intra e intersistêmica (KERGOAT, p.99, 2010).

É importante destacar, que de maneira alguma o fato de as relações formarem um sistema impede ou limita as contradições presentes no movimento interno do fenômeno, são as contradições que dão movimento e dinamismo às relações. Kergoat (2010) coloca que a metáfora da espiral seria adequada para descrever esse movimento, exemplificando que a realidade não se fecha em si mesma, mas está o tempo todo se mudando e se mantendo.

Diante da apresentação dos pressupostos teóricos que guiaram o desenvolvimento dessa pesquisa, cabe agora a apresentação dos procedimentos técnicos e metodológicos que utilizaremos para alcançar os objetivos propostos.

Em termos de procedimento, pretendemos, apresentar uma revisão bibliográfica referente à temática de interesse e, no que tange a metodologia quantitativa, pretendemos elaborar dois tipos de análises estatísticas. Sendo uma delas uma análise descritiva através de gráficos e tabelas de referência cruzada, onde utilizaremos os micros dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018,

disponibilizados pela ANDIFES⁵.

O banco de dados formado pela Pesquisa Nacional de Perfil apresenta questões sobre a família, renda, aspectos culturais e psicológicos que são fundamentais para a compreensão da realidade dos discentes de graduação das IFES. Pretendemos analisar os dados brutos disponibilizados pela Pesquisa Nacional de Perfil utilizando a distribuição de frequência (dados agrupados) para ilustrar graficamente o resultado obtido.

Feitas as considerações teóricas e metodológicas, passaremos para a estrutura da pesquisa. O primeiro capítulo que vai abordar sobre o Trabalho e Escolaridade Feminina no Brasil; e o segundo capítulo que vai tratar da Sexualização das ~~Opções~~ no Ensino Superior Brasileiro, para a elaboração destes foi utilizado material bibliográfico e documental, no terceiro capítulo, se pretende realizar uma análise sobre a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.

⁵ A pesquisa foi composta por estudantes de 65 IFES, 63 universidades federais e 2 Centros Federais de Educação Tecnológica. As próprias IFES enviaram os dados básicos de cadastramento, com o total de 1.200.300 discentes em 395 campi, ingressantes de 2000 – 2018, os discentes que participaram da pesquisa possuem matrícula ativa em 355 cursos distribuídos em todos os turnos e dos graus de Bacharelado, Licenciatura, Bacharelado e Licenciatura e Tecnológico.

Trabalho e escolaridade feminina: um ponto de partida

Neste capítulo, abordaremos questões relacionadas ao mundo do trabalho contemporâneo. Em que serão investigadas as mudanças no paradigma de gestão do trabalho, a saber as mudanças do fordismo/taylorismo para a acumulação flexível e seus reflexos na sociedade brasileira. Também pretendemos observar mais atentamente como a divisão sexual do trabalho organizou a força de trabalho feminina no Brasil longo dos anos, como também trazer alguns aspectos e dados sobre a escolarização feminina e sua relação com o trabalho.

O mundo do trabalho é conectado com o a dimensão educacional, pois a dimensão educacional em seus mais diversos níveis é influenciada pelas relações desiguais de trabalho, ao passo que o ingresso no mercado de trabalho também sofre influência direta das desigualdades de acesso educacionais (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013), sendo dois aspectos de uma mesma totalidade. “As desigualdades de acesso a determinados ramos de atividade, assim como o ingresso em ocupações menos formais, estão fortemente mediadas por fatores que se relacionam com a discriminação de gênero e raça” (LIMA; RIOS; FRANÇA, p. 57, 2013).

O trabalho das mulheres raramente é considerado qualificado, mesmo que tenham as qualificações necessárias para exercer seu trabalho. Como já mencionado anteriormente, “o valor atribuído ao trabalho de uma mulher é sempre inferior àquele atribuído ao trabalho de um homem” (KERGOAT, p. 52, 2002). Enquanto a qualificação do trabalho masculino é construída na esfera pública, as “qualidades” femininas são construídas na esfera privada, não sendo valorizadas socialmente (KERGOAT, 2002).

A sociedade ocidental capitalista sofreu diversas mudanças desde a revolução industrial até os dias atuais, porém consideramos a categoria trabalho ainda central para compreensão da sociedade contemporânea. As novas e antigas formas do mundo do trabalho se mesclam e se manifestam na divisão sexual do trabalho, assim como as relações de gênero e raça dialeticamente se manifestam nas relações de trabalho. Sendo as relações de trabalho assalariado, responsáveis pela interiorização das fetichizações e coisificações da classe trabalhadora (ANTUNES, 2018).

Falar das relações de trabalho do caso do Brasil é reconhecer que funcionamos através de uma “colcha de retalhos”, o Brasil é o país em que vigora concomitantemente resquícios de relações de trabalho típicas do fordismo periférico (LIPIETZ, 1989), relações de trabalho flexíveis típicas da reestruturação produtiva (ANTUNES, 2018), ainda, somos também um país

com níveis alarmantes de trabalho escravo⁶. Mesmo com o modelo toyotista de flexibilidade sendo dominante, existe no Brasil “extrema variedade na organização e gestão da força de trabalho” (ANTUNES, p.106, 1999).

Pressuposto importante para a compreensão das relações de trabalho no Brasil é que estamos nos referindo a um país localizado na periferia do capitalismo, as transformações no modo de produção e nas relações que se desenvolveram em países centrais do capitalismo não explicam completamente as relações de produção e trabalho nos países latino-americanos (BRUSCHINI, 1979).

A divisão internacional do trabalho fordista separou geograficamente atividades em três níveis: a concepção, a produção qualificada e a execução e a montagem de qualis. Isso articulou o circuito produtivo dos ramos fordistas com três tipos de "bacias" de mão-de-obra (LIPIETZ, 1989).

A imposição do modelo fordista aos países do Sul global⁷ buscou aplicar o modelo de produção em massa. Porém, apesar de aumentar os mercados de bens de consumo, não adotou as medidas político-sociais que proporcionariam o consumo em massa. Assim, garantindo a manutenção as relações de poder internacionais estabelecidas com os Estados Unidos e aumentando a escala de produção do fordismo central. O fordismo não pode ser aplicado em sua totalidade no Brasil tal qual nos países centrais. O que observamos aqui é o que o autor vai denominar de *fordismo periférico* (LIPIETZ, 1989).

Trata-se de um autêntico fordismo, com uma verdadeira mecanização e uma associação da acumulação intensiva e do crescimento de mercados em termos dos bens de consumo duráveis. Contudo ele continua sendo ~~periférico~~ periférico de mais nada no sentido de que, nos circuitos mundiais dos ramos produtivos, os postos de trabalho e a produção correspondendo aos níveis de fabricação qualificada e, sobretudo, de engenharia permanecem largamente exteriores a esses países (LIPIETZ, p. 317, 1989).

O modelo taylorista-fordista entrou em crise em âmbito mundial nos anos na viradados anos 1960 para os anos 1970 junto com a crise capitalista internacional. A partir daí, houve a necessidade de mudanças no paradigma produtivo para dar resposta à crise de lucratividade posta. O entendimento era que o modelo taylorista-fordista era muito rígido, e que a chave para o

⁶ Segundo o Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de pessoas, ano de 2020, quase mil pessoas foram resgatadas de condições análogas à escravidão (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

⁷ Principalmente a partir da formalização do projeto político "Aliança para o Progresso" de John F. Kennedy em 1961, que vinha como resposta a ameaça soviética e particularmente à revolução cubana no contexto da guerra fria. A carta do projeto foi assinada por vinte e três nações do continente americano, entre elas os Estados Unidos e o Brasil, e firmava um acordo em que os dos Estados Unidos ofereciam “ajuda externa” econômica e de planejamento para desenvolvimento dos países latino-americanos subdesenvolvidos. (RIBEIRO, 2006).

aumento da lucratividade era apostar em um modelo de produção flexível. Se o modelo fordista se baseava na produção em massa, homogeneizada e centralizada, o modelo toyotista se baseava na produção por demanda, mais diversificada e descentralizada (ANTUNES, 1999).

O movimento da reestruturação produtiva mudou completamente a estrutura econômica, social e política no mundo todo (ANTUNES, 1999). A modernidade fordista se contrapõe a pós-modernidade flexível, enquanto a modernidade fordista ~~apoiava~~ se apoiava na fixidez e a racionalidade burocrática, a pós-modernidade se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Tais mudanças nas condições materiais das formas de produção resultaram em transformações nos discursos que dão sustentação à natureza ideológica do trabalho (HARVEY, 2008).

As relações no mundo da produção mudaram em âmbito mundial e a lógica do mundo reprodutivo precisava se adaptar para garantir a manutenção do capital, assim o princípio da concorrência, característico do fenômeno da empresa moderna, se reproduziu como cerne da vida social e individual (DARDOT; LAVAL, 2016).

O novo modelo de produção demandava então a adaptação de um novo tipo de trabalhador, ao contrário do operário-massa típico do fordismo, começamos a observar a valorização do trabalhador polivalente para diminuir os custos. A dinâmica no mundo do trabalho começou a ser pautada pelos contratos flexíveis e extremamente precarizados, terceirização⁸ e desregulamentação das leis trabalhistas, dinâmica que dificultou a organização sindical e a proteção ao trabalhador (ANTUNES, 1999).

No Brasil, o movimento da reestruturação produtiva ganhou força a partir dos anos 90, acompanhada pelas medidas e ajustes neoliberais (ANTUNES, 1999). Observar a implementação do projeto neoliberal no Estado e na economia, a partir da eleição de Fernando Collor em 1989, quando diversos setores do capital se uniram em torno de uma agenda neoliberal, em que pese, todas as contradições e disputas internas. O projeto neoliberal tinha como importante aliada à classe média alta, os então considerados “novos ricos” rejeitavam qualquer política de bem-estar social promovida pelo Estado sob a justificativa de que financiavam o Estado, porém não usufruiriam dele (FILGUEIRAS, 2006). Isso se refletiu com a perda de empregos na indústria e no aumento do setor de serviços (ANTUNES, 2018). “A dinâmica internacional do trabalho faz da terceirização, hoje, um dos motores essenciais da atividade produtiva” (HIRATA, p.13, 2015).

⁸ No Brasil o projeto de lei (PL 4330 de 2015) autorizou a terceirização de todas as atividades, inclusive atividades fim (HIRATA, 2015).

Porém, é importante destacar que cada modo de gestão do capital pode incorporar concepções diferentes sobre os termos, pois diante do imperialismo e das relações capitalistas, não se pode dizer que modelo fordista de produção deixou de existir ~~completamente~~ o modelo de gestão produtiva adotado será o que der mais lucro ao capital (HARVEY, 2008).

Em que pese, as diferenças na gestão do trabalho, fato é, que as relações de gênero continuavam sendo determinantes. No meio fabril, enquanto as mulheres eram incumbidas de tarefas manuais e repetitivas, os homens se concentravam em cargos que exigiam conhecimentos técnicos. O trabalho feminino no mundo produtivo tem representado avanços parciais, porém as relações de trabalho continuam sendo incorporadas pelo capital de maneira desigual, precarizando as trabalhadoras com maior intensidade (ANTUNES, 1999).

Com o desenvolvimento do sistema de produção social capitalista as mulheres foram colocadas em desvantagens em relação aos homens de maneira inédita. Não que as desigualdades entre feminino e masculino fossem inexistentes nas sociedades pré-capitalistas, mas, o modo como o capitalismo se apropriou dessas já existentes desigualdades foi distinto de qualquer outra sociedade anterior. No nível superestrutural as mulheres se encontravam em desvantagem, devido a subvalorização das capacidades femininas, que eram, e ainda são justificadas nos mitos de uma suposta superioridade masculina. Ao passo, que no nível estrutural as mulheres eram cada vez mais marginalizadas das funções produtivas, se tornando força de trabalho precarizada desde a raiz do capitalismo (SAFFIOTI, 2013).

A divisão sexual do trabalho não é um dado imutável e tem modalidades que mudam de acordo com o tempo e o espaço, o que continua é a distância entre os sexos, como já colocado. Assim, as oportunidades que as mulheres tiveram e terão no sistema de produção da vida social depende das necessidades impostas pela fase de desenvolvimento das forças produtivas (SAFFIOTI, 2013).

De fato, as mulheres sempre fizeram parte do mundo do trabalho produtivo, mulheres negras escravizadas trabalhavam tanto quanto homens negros, assim como mulheres pobres o fizeram em relação aos homens pobres. Com o advento da revolução industrial, as mulheres pobres ingressaram em massa como força de trabalho fabril. O capitalismo precisava de trabalho humano para gerar lucro e, nesse sentido, tanto mulheres quanto homens foram explorados (DAVIS, 2016).

Porém, chama a atenção o fato de que a exploração das trabalhadoras assalariadas no período pós-revolução industrial foi mais intensa do que a exploração de seus companheiros de trabalho. A mais-valia era arrancada das trabalhadoras através da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e dos salários inferiores aos dos homens (SAFFIOTI, 2013). O

que permite dizer que no capitalismo industrial o sexismo emergiu como uma fonte de sobrelucro (DAVIS, 2016).

No Brasil, como há de se notar ao longo da pesquisa, não há como analisar as relações de trabalho e de educação sem debruçar sobre as questões raciais e de gênero, embora o foco da pesquisa seja o último. As marcas da escravidão nos dias de hoje ainda influenciam todas as relações do capitalismo brasileiro, tal qual as relações de gênero⁹, mesmo nas novas formas de gestão e organização do trabalho.

O trabalho feminino tem aumentado de maneira significativa, principalmente nas modalidades precarizadas e desregulamentadas como o *part time* (ANTUNES, 1999), já que as obrigações familiares continuam a recair preferencialmente para a mulher, independentemente de sua função no mercado de trabalho. Apesar da grande participação feminina no mercado, superando inclusive o contingente masculino em algumas áreas, o ~~percentual~~ percentual de remuneração é comumente menor para as mulheres em comparação aos trabalhadores homens de mesma função (ANTUNES, 1999).

Nas novas configurações do mundo do trabalho não enxergamos o fim das relações precárias de trabalho e sim suas mutações, mesmo com o desenvolvimento das forças produtivas a exploração do trabalho continua sendo elemento central da acumulação (ABÍLIO, 2014).

Trabalho e escolaridade feminina no Brasil

Diante das questões apresentadas nos propomos nesse capítulo a observar mais atentamente como a divisão sexual do trabalho organizou a força de trabalho feminina no Brasil longo dos anos. É objeto de análise também, alguns aspectos e dados sobre a escolarização feminina e sua relação com o trabalho.

No Brasil é possível observar a rápida expansão do setor terciário¹⁰ manifestou-se desde o início do processo de industrialização. Houve uma redução dos trabalhadores do setor primário, em que pese a agricultura ainda ser um setor muito forte no Brasil dos anos 70. A transferência dessa mão de obra foi alocada principalmente no setor terciário da economia, enquanto dos anos 50 aos anos 70 a concentração da força de ~~trabalho~~ trabalho no setor industrial foi relativamente baixa se comparada aos outros setores da economia, processo que pode ser

⁹ Gênero e raça colocados aqui como categorias distintas apenas para fins de análise sociológica, pois no nível das práticas sociais não podem ser desatreladas.

¹⁰ O setor terciário é definido pelas atividades de comércio de bens e à prestação de serviços.

observado no caso das mulheres de maneira mais acentuada (BRUSCHINI, 1979).

Dos anos 50 aos anos 70 a força de trabalho feminina era bem maior que a masculina no setor terciário. Especificamente nos anos 70, enquanto a força de trabalho masculina se concentrava nas atividades agrícolas e na indústria, as mulheres representavam 69,1% da força de trabalho do setor terciário, como mostra a tabela presente na pesquisa realizada por Maria Cristina A. Bruschini (figura 3). Sendo assim, a maior parte da força de trabalho feminina reconhecida se compunha de ocupações de prestação de serviços ao consumidor e que asseguravam a reprodução do sistema capitalista (BRUSCHINI, 1979).

Tabela 1: Distribuição percentual da força de trabalho masculina e feminina, no Brasil, por setor de atividade econômica, 1950-1970

Setor de Atividade	1950		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
	Primário	65,3	30,3	50,9
Secundário	13,1	15,6	20,1	10,4
Terciário	21,6	54,1	29,0	69,1
TOTAL	100,0 (14.609.798)	100,0 (2.507.564)	100,0 (23.218.065)	100,0 (6.120.402)

Fontes: VI Recenseamento Geral do Brasil — 1970, Tabela 26.
VIII Recenseamento Geral — Brasil, 1970, Volume I, Tabela 16.

Fonte: (BRUSCHINI, 1979).

As mulheres encontravam maior número de oportunidades nas ocupações associadas tradicionalmente à esfera doméstica, como as ligadas à produção de serviços e a atividades sociais, ao mesmo tempo em que se diminuiu a concentração das mulheres ligadas a produção industrial. Ao passo que a socialização das meninas desde a mais tenra idade as encaminhava, e ainda encaminha, para ocupações consideradas femininas. Fato que contribuiu para que a participação das mulheres no mundo do trabalho se reduzisse a algumas áreas e ocupações, enquanto os homens se espalhavam através de praticamente toda a estrutura ocupacional (BRUSCHINI, 1979).

Como é possível identificar na tabela (figura 4) a seguir (BRUSCHINI, 1979) que as mulheres ocupavam a maior porcentagem das ocupações técnico-científicas sendo de 7,7% em 1950 e 13,7% em 1970, representando um aumento de 6% de um ano para o outro. Porém a tabela

também nos mostra que isso se deve principalmente a concentração de mulheres em cargos de docência e funções auxiliares, que praticamente dobrou no tempo analisado. Os cargos de cuidado também têm protagonismo da força de trabalho feminina, que muito provavelmente tem mais relação com a quantidade de parteiras e enfermeiras do que com a quantidade de médicas, já que no “No Brasil, o início da luta por esse direito data do século dezenove, mas será somente a partir dos anos 1960 que as mulheres brasileiras começaram a ter presença, de fato, no ensino superior” (SOUZA; SARDENBERG, p. 4, 2013).

Tabela 2: Ocupados e Ocupadas por setor de atividades no Brasil 1985-1995

Ocupações técnicas, científicas, artísticas e afins	1950		1970	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1. Engenheiros, arquitetos, agrônomos, agrimensores, topógrafos e cartógrafos	0,1	0,01	0,4	0,1
2. Químicos, farmacêuticos, práticos de farmácia e laboratoristas	0,2	0,2	0,2	0,2
3. Professores e funções auxiliares	0,2	5,6	0,5	10,4
4. Advogados e magistrados	0,2	0,1	0,2	0,1
5. Médicos, veterinários, parteiros, enfermeiros e massagistas, dentistas e protéticos	0,4	1,3	0,5	2,1
6. Artistas plásticos, escritores e jornalistas, músicos, artistas de cinema, teatro e circo, cinegrafistas, fotógrafos, locutores e artistas de rádio	0,2	0,2	0,3	0,2
7. Outras ocupações técnicas ou profissionais; religiosos, naturalistas, astrônomos, meteorologistas, desenhistas, não especificados	0,1	0,3	0,1	0,6
Total nas ocupações técnicas, científicas e afins	1,4	7,7	2,1	13,7
Total da força-de-trabalho	100,0 (14.609.798)	100,0 (2.507.564)	100,0 (23.218.065)	100,0 (6.120.402)

(*) Para o cálculo dessa tabela, só foram consideradas as ocupações técnicas, científicas, artísticas e afins relacionadas em ambos os Censos. Algumas ocupações desse grupo, que aparecem apenas no Censo de 1970, como a de sociólogos, matemáticos, economistas e estatísticos foram deixadas de lado.

Fontes: VI Recenseamento Geral do Brasil, 1950, Tabela 26.
VIII Recenseamento Geral — Brasil, 1970, Volume I, Tabela 16.

Fonte: (BRUSCHINI, 1979).

Já nos anos 90 o contexto brasileiro passava por diversas transformações culturais, sociais, demográficas, políticas e econômicas que refletiram diretamente nas relações de trabalho das mulheres provocando o seu aumento significativo como força de trabalho. Além das necessidades econômicas, eram observados como indicadores dessa transformação a queda da taxa de fecundidade, o envelhecimento da população, o crescente número de famílias chefiadas por mulheres, expansão da escolaridade e a redemocratização do país (BRUSCHINI, 1998).

Da perspectiva econômica e política os anos 1985 até 1995 foram marcados por governos neoliberais¹¹, crises econômicas, altas taxas de inflação, constantes mudanças

¹¹ Tendo como presidente da República entre 1985 e 1990 José Sarney (PMDB) que fez parte da Aliança

de moeda e sucessivas tentativas de estabilização, sendo que em 1994 houve uma queda da inflação e a estabilização da moeda. De uma perspectiva global, a economia pasava por intensos avanços tecnológicos e uma intensificação da internacionalização do trabalho, que no Brasil se refletiu na reestruturação econômica que provocou a flexibilização das relações de trabalho e a perda de postos de trabalho nos setores formalizados (BRUSCHINI, 1998).

Como consequência desse contexto político acompanhado da reestruturação do mercado brasileiro foi observado nas relações de trabalho o deslocamento dos trabalhadores industriais para o setor de serviços, o aumento do contingente dos trabalhadores por conta-própria, o aumento das atividades informais e precárias, a perda de proteção legislativa sobre os empregos e a flexibilização das relações trabalhistas. No período de 1985 a 1995, a desigualdade de gênero continua a organizar as relações de trabalho, o trabalho feminino continua a ser mais precarizado, em relação ao trabalho masculino (BRUSCHINI, 1998).

Uma das dinâmicas que fomentaram o emprego feminino no Brasil foi a maior flexibilização, precarização da informalidade das relações de trabalho. As mulheres se atraíram mais pelos empregos em tempo parcial, pois permitem eles compatibilidade com o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos. Assim, como as mulheres aceitaram salários inferiores, atendendo rapidamente à demanda do mercado de trabalho, sendo contratadas e dispensadas de maneira mais dinâmica, pelo baixo poder de barganha (LAVINAS, 2001).

É possível observar no período de 1985 a 1995 um duplo movimento sobre o aumento da participação das mulheres mães e casadas como força de trabalho. Por um lado, houve um aumento da pressão econômica com a precarização dos serviços públicos, o empobrecimento da classe média e a diversificação das pautas de consumo. Por outro lado, o aumento também é reflexo da expansão da escolaridade onde as mulheres mais instruídas apresentam taxas mais elevadas de participação com melhores perspectivas de ~~emprego~~ ^{renda} que compensariam os gastos necessários da infraestrutura doméstica (BRUSCHINI, 1998).

Quanto à distribuição das ocupações, se mantém o padrão de divisão por gênero observado anteriormente, em que os homens ocupam um maior espaço nas atividades industriais e as mulheres ocupam mais o setor de serviços. Algumas mudanças são observadas (figura 5), onde os homens começam a ocupar mais o setor de serviços ao longo dos anos devido à queda do nível de emprego no setor industrial. Porém, mesmo com a ligeira diminuição dos

Renovadora Nacional (ARENA) durante a ditadura, de 1990 a 1992 Fernando Collor (PRN) que ficou conhecido pelo confisco do saldo das poupanças e pela política neoliberal extrema (ANTUNES, 2018) e de 1992 a 1995 Itamar Franco (PMDB) que assumiu como titular depois do impeachment de Collor.

cargos ocupados na prestação de serviços as mulheres continuam sendo maioria. Já no setor industrial a ocupação das mulheres sofre um declínio e vai de 12,4% em 1985 para 9,3% em 1995. No setor agrícola a ampliação da participação das mulheres se deve à mudança de metodologia adotada pela PNAD que alargou o conceito de trabalho, o que possibilitou captar com maior precisão a atividade laboral feminina no campo (BRUSCHINI, 1998).

Tabela 3: Ocupados e Ocupadas por setor de atividades no Brasil 1985-199

Ocupados e ocupadas por setor de atividade Brasil								
SETORES DE ATIVIDADE	1985		1990		1993		1995	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Agrícola	33,6	18,4	28,1	14,0	29,6	24,3	28,4	22,5
Indústria	27,0	12,4	29,1	13,7	27,2	10,1	26,4	9,3
Comércio de Mercadoria	11,2	10,4	12,3	12,2	13,0	12,0	13,3	12,8
Prestação de Serviço	8,9	32,1	10,4	30,9	11,0	28,6	12,0	29,8
Serv. Aux. de Ativ. Económica	2,9	2,3	3,3	3,0	3,2	2,3	3,5	2,9
Transporte e Comunicação	5,0	0,8	5,2	1,0	5,2	0,8	5,6	0,8

Fonte: FIBGE, PNADs 90 (tabulações especiais), 93 e 95 (tab. 4.26). (BRUSCHINI, 1998).

É importante destacar que, em que pese, a precarização do trabalho feminino em relação ao masculino, de 1985 a 1995, as mulheres qualificadas ampliaram de maneira significativa sua participação em ocupações de prestígio, entre elas se destacam: arquitetura, odontologia, medicina, jornalismo e áreas jurídicas. Mesmo com essas mudanças, os principais “guetos” ocupacionais de atuação feminina ainda permanecem, como a enfermagem, o magistério primário e a assistência social (BRUSCHINI, 1998).

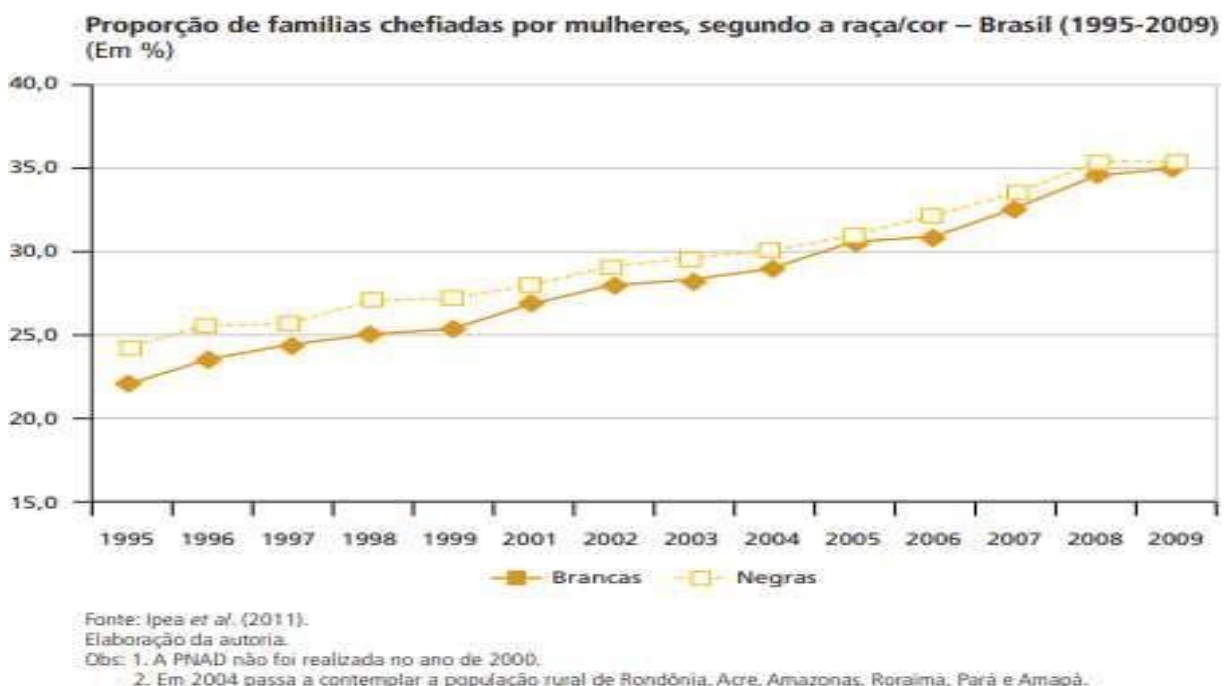
Nas pesquisas a partir de 1992 o IBGE adotou uma redefinição do conceito de trabalho, que passou a incluir atividades para autoconsumo, a produção familiar e outras que antes não eram consideradas trabalho. Como esse tipo de atividades sempre foram realizadas por mulheres, a nova metodologia aumentou na pesquisa a participação da mulher na força de trabalho brasileira. No entanto, a nova metodologia não incluiu na população economicamente ativa a atividade doméstica, e as donas de casa continuam a ser classificadas como inativas economicamente (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

A partir da década de 80 o perfil da mão de obra feminina sofreu significativas mudanças. No

final dos anos 70 a maioria das trabalhadoras eram jovens, solteiras e sem filhos, já nos anos 80 a participação das mulheres em faixas etárias mais elevadas aumentou, e, em 1998, 66% da mão de obra feminina tinha entre 30 a 39 anos. Houve também um expressivo aumento das famílias chefiadas por mulheres, chegando, em 1998, a 26% do total das famílias brasileiras, sendo que 45% das famílias chefiadas por mulheres eram pretas e pardas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

Já em 2009 o total de famílias brasileiras chefiadas por mulheres passaram para 37,8% dos casos, e, dessas, 51,1% das famílias eram pretas e pardas. Observando o gráfico elaborado pelo *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*, IPEA (figura 6) podemos observar que ampliação de casas chefiadas por mulheres é um fenômeno considerável para ambos os grupos, mulheres negras e brancas (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013).

Gráfico 3: Proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo raça/cor – Brasil (1995-2009)



Fonte: (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013).

Apesar dos grandes avanços no que tange a ocupação das mulheres no mercado de trabalho, as trabalhadoras ainda são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelos filhos, só podendo se ausentar de suas obrigações domésticas as mulheres que detém poder financeiro para terceirizar para outra mulher, mais pobre, tais atividades. A ideologia patriarcal que constrói a identidade feminina tendo a missão familiar e maternal ainda é muito forte na sociedade capitalista, contribuindo para sobrecarga da mulher e para a manutenção de relações assimétricas entre homens e mulheres tanto no mercado de trabalho, quanto no espaço doméstico (CYRINO, 2011).

Na figura 7 observamos que em 2013 o tempo empregado no trabalho pago é maior para os homens que para as mulheres, as jornadas de trabalho masculinas se mostram, em média, maiores. Já no trabalho não pago ocorre o inverso, sendo que a combinação dos dois tipos de trabalho nos mostra que o tempo médio de trabalho das mulheres é superior ao dos homens. A participação das mulheres no trabalho não pago representa 83% das horas trabalhadas, enquanto os homens representam 61,2% do total de horas dos trabalhos pagos (PINHEIRO; MEDEIROS, 2016).

Tabela 4: Decomposição dos tempos médios de trabalho entre efeitos de incidência e duração, segundo sexo - Brasil (2013)

Decomposição dos tempos médios de trabalho entre efeitos de incidência e duração, segundo sexo – Brasil (2013)

Sexo	Média trabalho total	Doméstico			Pago				
		Incidência ($\rho 1$)	*	Duração ($\mu 1$)	+	Incidência ($\rho 1$)	*	Duração ($\mu 1$)	
Masculino	37,8874	=	0,4604	*	10,7312	+	0,7702	*	42,7769
				4,9406				32,9468	
Feminino	41,2034	=	0,8789	*	25,2133	+	0,5219	*	36,4887
				22,1600				19,0435	
Total	39,6230	=	0,6795	*	20,5377	+	0,6402	*	40,0932
				13,9554				25,6677	

Fonte: IBGE, Pnad 2013, microdados.

Fonte: (PINHEIRO; MEDEIROS, in: IPEA, 2016).

Nas famílias mais pobres chefiadas por mulheres, onde a condição econômica não permite que a mulher contrate alguém para substituí-la nos afazeres domésticos e no cuidado infantil, mas também não permite que ela se ausente do mercado de trabalho para cuidar da casa, a organização comumente depende de arranjos de parentesco ou laços de amizade (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001). É comum que jovens meninas cuidem de irmãos para que a mãe consiga

trabalhar, também é comum que as crianças fiquem com a avó, com uma vizinha ou uma amiga. Em 1995 pesquisa da SEADE mostrou que na cidade de São Paulo 30% das meninas de 10 a 14 anos estudavam, cuidavam dos irmãos pequenos e faziam tarefas¹².

A maternidade e os trabalhos realizados no interior das casas ainda se apresentam como determinantes em relação à presença das mulheres no mercado de trabalho. Ao observar as taxas de atividades das mulheres que tiveram filhos de 1998 a 2005 (FIGURA 8), se constata que a participação das mães com filhos menores de dois anos no mercado de trabalho é menor em comparação com as mães de filhos maiores. Porém, cabe destacar, que no período analisado, as mulheres que são mães ampliaram sua participação. Assim, mesmo com o tempo consumido pela esfera doméstica e com os cuidados aos filhos pequenos, as mulheres continuam muito presentes no mundo do trabalho (BRUSCHINI, 2007).

Tabela 5: Taxas de atividades das mulheres que tiveram filhos, segunda faixa etária do último filho vivo - Brasil

TAXAS DE ATIVIDADES DAS MULHERES QUE TIVERAM FILHOS,
SEGUNDO FAIXA ETÁRIA DO ÚLTIMO FILHO VIVO*
BRASIL

Idade do último filho vivo	1998	2002	2005
	Taxas de atividade %	Taxas de atividade %	Taxas de atividade %
até 2 anos	47,1	51,9	54,9
mais de 2 a 4 anos	57,9	64,1	67,5
mais de 4 a 5 anos	61,8	66,9	70,4
mais de 5 a 6 anos	65	68,3	72,6
mais de 6 a 7 anos	63,7	67,7	72,4
mais de 7 a 14 anos	65,2	69,1	72,7
mais de 14 anos	40,1	42,8	45,6
Total	48,3	54,0	57,1

Fonte: FIBGE/PNAD-Microdados.

* Foram consideradas as mulheres com 15 anos e mais que tiveram filhos e que têm vivo o último filho.

Fonte: (BRUSCHINI, 2007).

Segundo os dados da PNAD, a participação feminina no mercado de trabalho no final dos anos 90 continua seguindo os padrões das outras décadas, no que as mulheres continuam majoritariamente em ocupações sociais e de prestação de serviços, em contraste, a força de trabalho masculina se manteve significativa na indústria. Por exemplo, em 1998, a inserção da mulher continua sendo precarizada, uma vez que 36% das trabalhadoras se encontravam em

¹² De acordo com BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001. *apud*. Trabalho doméstico, um trabalho invisível. Informativo Mensal sobre a Mulher Paulista: Mulheres em Dados, São Paulo, Fundação SEADE, nº 8, outubro de 1997.

nichos precários do mercado de trabalho, em trabalhos domésticos, realizando atividades não remuneradas ou trabalhos destinados ao consumo próprio ou do grupo familiar. Enquanto, apenas 10% dos homens encontravam-se na mesma situação (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

Percebemos então, desde os anos 50 (BRUSCHINI, 1979), uma dupla dinâmica da estrutura ocupacional feminina no Brasil que se mantém. De um lado, estariam as ocupações com menos prestígio e com menor remuneração, que representavam no final dos anos 90 mais de 50% dos empregos femininos com carteira assinada. Essas ocupações comumente são em serviços administrativos, de serventia, de higiene, de beleza e de auxílio a saúde. Por outro lado, estariam as ocupações de nível superior com maior prestígio e remuneração em relação às outras trabalhadoras, responsáveis por 18% dos empregos femininos; essas ocupações se referiam às áreas jurídicas, do ensino e das artes, (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

É importante destacar que do período de 1995 a 2009 a maioria das mulheres que ocupavam cargos de nível superior eram brancas. Assim, existia uma concentração de mulheres pretas e pardas no serviço doméstico de prestação de serviço (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013). As mulheres pretas e pardas ocupavam cargos com menos prestígio e com menor remuneração, se comparadas as trabalhadoras brancas. Enquanto as mulheres pretas e pardas ocupavam majoritariamente os setores de serviço mais precarizado e os setores da indústria, as mulheres brancas ocupavam os setores de prestação de serviços, para áreas administrativas ou de educação e saúde (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013):

Os negros estão fortemente concentrados nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade. Entretanto, mesmo quando eliminadas as diferenças educacionais, os negros ainda apresentam desvantagens, principalmente no acesso às melhores posições ocupacionais, demonstrando que há uma distribuição desigual de indivíduos no mercado de trabalho e um dos fatores dessa desigualdade é a cor (LIMA, 2001, p. 152).

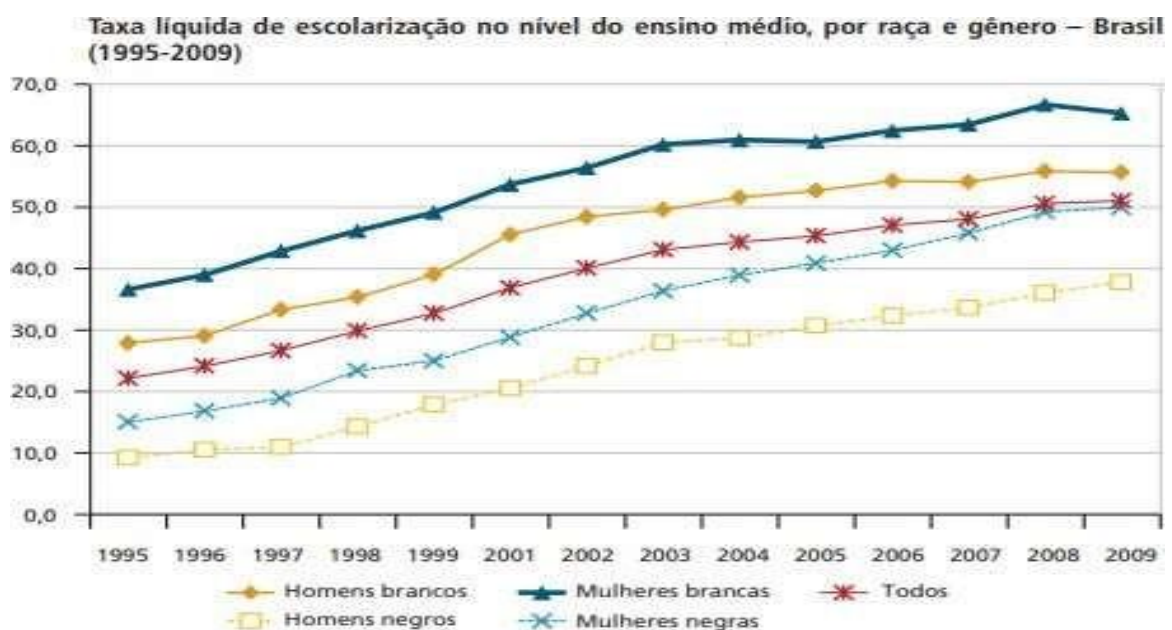
O crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e no ensino superior possibilitando maior segurança empregatícia e melhores rendimentos.

Concomitantemente, ocorreu o aumento da participação das mulheres em ocupações com menor seguridade, menor qualidade e altas taxas de informalidade. Ambos aspectos da mesma realidade (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000). Se parecer contraditório é simplesmente porque é, o movimento interno do fenômeno da desigualdade de gênero, classe e raça no capitalismo é formado por contradições.

O relatório do IPEA sobre o retrato das desigualdades de gênero e raça (2017), mostra que a esfera da educação sofreu alterações, as taxas de analfabetismo caíram, porém ainda refletem as desigualdades raciais, em 2015 as mulheres brancas analfabetas de 15 anos ou mais representavam 4,9%, enquanto as mulheres negras analfabetas representavam o dobro 10,2% (FONTOURA; REZENDE, 2017).

A universalização do ensino fundamental refletiu no aumento da taxa líquida da escolarização no nível médio (Figura 9) em todos os grupos. No caso das mulheres negras a taxa triplica ao longo da série histórica, chegando a 49% em 2009, porém se mantém a taxa das mulheres e homens brancos (55,5% em 2009). Os homens negros por sua vez, mesmo com o aumento da taxa, continuaram sendo os mais subrepresentados no ensino médio com 37,7% em 2009 (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013).

Gráfico 4: Taxa líquida de escolarização no nível do ensino médio, por raça e gênero - Brasil (1995-2009)

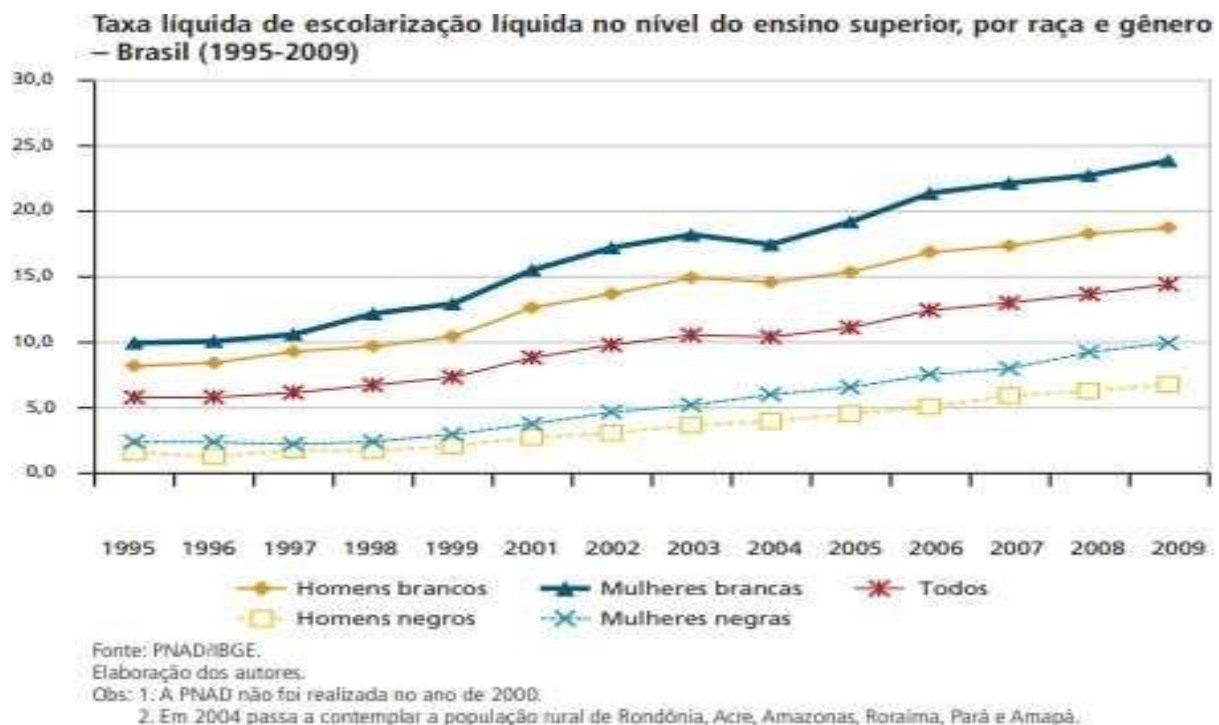


Fonte: (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013).

De 1995 a 2015 o relatório do IPEA também destacou que, apesar dos avanços do que tange o acesso a ensino superior, a pessoa negra ainda não tem equidade de acesso com relação as pessoas brancas. No período analisado, a população branca com 12 anos ou mais de estudos passou de 12,5% para 25,9%, enquanto a população negra com 12 anos ou mais de estudos passou de 3,3% para 12% (FONTOURA; REZENDE, 2017).

A taxa líquida de escolarização no ensino superior (Figura 10) continua nos mostrando a mesma dinâmica de gênero e raça, onde as mulheres e homens negros continuam subrepresentados em relação a mulheres e homens brancos. Apesar do cenário de universalização do ensino básico e das políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, há de se notar, que mesmo com os avanços das mulheres e homens negros, ainda permanecem as desigualdades raciais nos ambientes de ensino (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013).

Gráfico 5: Taxa líquida de escolarização no nível de ensino superior, por raça e gênero - Brasil (1995-2009)



Fonte: (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013).

No que tange ao contexto social, o período de 1995 a 2009 foi marcado por grandes discussões e reivindicações sobre as políticas públicas orientadas para pessoas negras e para as mulheres, a temática ganhava cada vez mais espaço em toda sociedade civil. Em 2003 foram oficialmente institucionalizadas a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Políticas para Mulheres (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013).

O Bolsa Família (PBF)¹³, unificou e ampliou programas anteriores¹⁴ e se tornou o programa de transferência de renda brasileiro que alcançou mais pessoas, atingindo 14 milhões de famílias, 45 milhões de indivíduos no ano de 2015. O programa alterou de maneira significativa a norma social de famílias pobres brasileiras. Sendo o principal responsável pela diminuição da extrema pobreza, assim como reduziu a desigualdade de renda (BRAGA, p. 42, 2014).

Cabe destacar a importância do Bolsa Família na melhora, mesmo que mínima, da vida das mulheres mais pobres e suas famílias. O programa teve um viés de gênero muito forte, priorizando as mulheres como responsáveis pelo recebimento do benefício financeiro, visto que, é tido socialmente que elas são encarregadas da saúde e da escolarização das crianças (HIRATA, 2015). O lado negativo do programa é que ele é calcado da “ideologia familista” e de gênero que determina as mulheres como as únicas responsáveis pelo bem-estar da família e dos filhos (HIRATA, 2015).

E, de fato, muitos estudiosos brasileiros têm demonstrado com abundância de dados que o PBF se revelou largamente eficiente em resgatar as famílias da condição da extrema pobreza. (BRAGA, p. 42, 2014).

Chama a atenção, a intensificação do trabalho e a precarização não apenas na indústria, como também no setor de serviços. Nos anos 2000 o setor de *telemarketing* e dos *Call Centers* começou a se expandir em âmbito mundial. Este tem como características ser um trabalho limitado no tempo, ser por vezes temporário, ter baixos salários e ser um trabalho extremamente precarizado (HIRATA, 2015).

O setor de *Call Center* é ocupado sobretudo por mulheres e jovens de ambos os sexos, as mulheres representam por volta de 70% da força de trabalho enquanto os jovens de 18 a 25 anos representam 45%, recebendo salários que variam de 400 a 1.200 reais. Essas trabalhadoras têm uma jornada de trabalho de seis horas diárias e seis dias por semana, com uma folga

¹³ Criado em 2003 pela Medida Provisória 132 e convertida em lei em 9 de janeiro de 2004, pela Lei Federal n. 10.836.

¹⁴ Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás.

intercalada semanal (NOGUEIRA, 2009).

No Brasil, em 2013, cerca de 1,4 milhão de pessoas trabalham como teleoperadoras de *Call Centers*, sendo o segundo maior contingente ocupacional do país, ficando atrás apenas do contingente de pessoas que se ocupam com trabalhos domésticos, cerca de 7,2 milhões de trabalhadoras (BRAGA, 2014). Há de se notar, que os maiores e mais precarizados contingentes ocupacionais do Brasil são extremamente generificados, onde as mulheres ocupam a maioria dos cargos.

Mesmo com os mínimos avanços alcançados com políticas públicas de distribuição de renda e com as políticas de expansão e democratização do acesso à educação, as desigualdades de gênero e raça ainda permanecem.

Participação econômica e remuneração feminina no Brasil

As mulheres foram num passado próximo e continuam sendo a maioria a se formar no ensino superior, porém, apesar de seu desempenho educacional (média de anos de estudos mais elevada, maiores taxas de escolarização em todos os níveis de ensino e uma maior proporção de pessoas com nível superior concluído), as mulheres têm rendas médias percentualmente inferiores à dos homens. A participação das trabalhadoras também é menor nos postos de comando e as mulheres na condição de proprietárias-empregadoras ainda é restrita (LIMA, 2009).

As desigualdades também são observadas na média de horas trabalhadas, em que as mulheres trabalham menos horas que os homens, devido à necessidade de dupla jornada, já que as mulheres continuam a ser responsáveis pelos serviços domésticos e pelo cuidado com os filhos. Além do fato das mulheres se concentrarem, em sua maioria, em “guetos” ocupacionais com salários mais baixos (LIMA, 2009).

Em que pese a educação ser uma das variáveis determinantes para os processos de mobilidade social e econômica, é possível observar que existe uma forte diferença no retorno do investimento em formação. Quando observamos o acesso ao emprego, as trajetórias ocupacionais e as rendas, é notável que as relações de gênero e raça ainda são determinantes na estratificação social. O processo que determina desvantagens associado aos mecanismos sociais discriminatórios são determinantes nas relações de trabalho produtivo e reprodutivo, no Brasil e no mundo (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013).

No campo da ideologia, é largamente difundido na sociedade ocidental capitalista que os rendimentos do trabalho feminino seriam apenas complementares ao orçamento doméstico e que a função do sustento familiar é do homem, fato que contribuiu para justificar que a mulher tenha rendimento inferiores aos dos homens em funções semelhantes. Apesar de ser uma inverdade, essa ideologia é internalizada por grande parte da sociedade, incluindo as próprias trabalhadoras (BRUSCHINI; ROSEMBERG, 1982).

No que tange à participação econômica de homens e mulheres de 1985 até 1995, os homens continuaram sendo mais ativos economicamente, de acordo com a metodologia adotada pelas PNADs, passando de 36,6% em 1985 para 44,2% em 1995. Porém cabe destacar o crescimento considerável da participação econômica das mulheres que passou 18,4% em 1985 para 30% em 1995, com uma variação de 63%. Fonte:

(BRUSCHINI, 1998).

Tabela 6: Indicadores de participação econômica por sexo - Brasil

Indicadores de participação econômica por sexo Brasil														
SEXO	População economicamente ativa (em milhões)				Variação 1985/95 %	Taxas de Atividade (%)					Porcentagem de mulheres entre os trabalhadores			
	1985	1990	1993	1995		1985	1990	1993	1995		1985	1990	1993	1995
					Semana				ano					
Homens	36,6	41,6	42,8	44,2	20,8	76,0	75,3	76,0	75,3	78,3	66,5	64,5	60,4	59,6
Mulheres	18,4	22,9	28,0	30,0	63,0	36,9	39,2	47,0	48,1	53,4	33,5	35,5	39,6	40,4

Fonte: FIBGE, PNADs 85 (tab. 3.1), 90, 93 e 95 (tabs. 4.2 e 4.33)

Fonte: (BRUSCHINI, 1998).

Nos anos 90 a distribuição de rendimentos mostra que os níveis de ganho eram baixos para toda a população, principalmente para as mulheres. Em que pese, a redução da desigualdade salarial entre homens e mulheres, podemos observar (Figura 12) que no período mencionado a mesma dinâmica de distribuição por faixa de renda se repete, onde as mulheres estão mais presentes nas faixas de até dois salários mínimos e em ocupações sem rendimento, enquanto os homens estão mais presentes nas faixas de dois salários mínimos e meio até cinco salários mínimos. Em 1998, 47% das trabalhadoras recebia até dois salários mínimos, já os trabalhadores que estavam nas mesmas faixas de renda representavam 39% (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

Tabela 7: Distribuição dos ocupados por sexo e faixas de rendimento -

Brasil

Distribuição dos ocupados por sexo e faixas de rendimento – Brasil

Classes de rendimento mensal (em salários mínimos)	1990		1993		1995		1998	
	H	M	H	M	H	M	H	M
Até 1 s.m	19,9	33,3	25,5	35,7	19,0	28,2	18,4	25,8
De 1 a 2 s.m	20,3	20,8	22,3	18,9	21,0	19,7	20,7	21,0
De 2 a 5 s.m	29,3	21,9	25,1	14,3	28,1	18,5	29,7	21,3
Mais de 5 s.m	22,8	12,5	15,0	6,4	20,3	10,1	19,6	11,0
Sem rendimento	7,0	11,0	10,9	23,8	10,3	22,7	10,0	19,9
Total (%)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Milhões	40,0	22,1	40,5	25,9	41,9	27,8	42,3	27,6

Fonte: FIBGE, PNADs

Fonte: (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

Observando as relações de gênero e raça em relação aos rendimentos dos anos 90 no Brasil, observaremos que as trabalhadoras negras são as que se concentram nas menores faixas de renda, em uma escala crescente de renda, as mulheres negras são seguidas dos homens negros, das mulheres brancas e dos homens brancos, que se concentram nas faixas de renda mais elevadas (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2001).

O cenário econômico apresentava dois ciclos que influenciaram as dinâmicas do mercado de trabalho brasileiro, o primeiro, de 1999 a 2002¹⁵ apresentava menor crescimento econômico e o segundo de 2003 a 2009¹⁶ com crescimento econômico, implantação de políticas sociais assistencialistas crescimento real do salário mínimo (LIMA; RIOS; FRANÇA, 2013). Contexto esse que inegavelmente refletiu na classe trabalhadora possibilitando a ampliação do poder de compra.

A série histórica de 1995 a 2015 mostra uma flutuação do rendimento médio do trabalho da população brasileira. A primeira década (1995-2005) apresenta uma queda dos

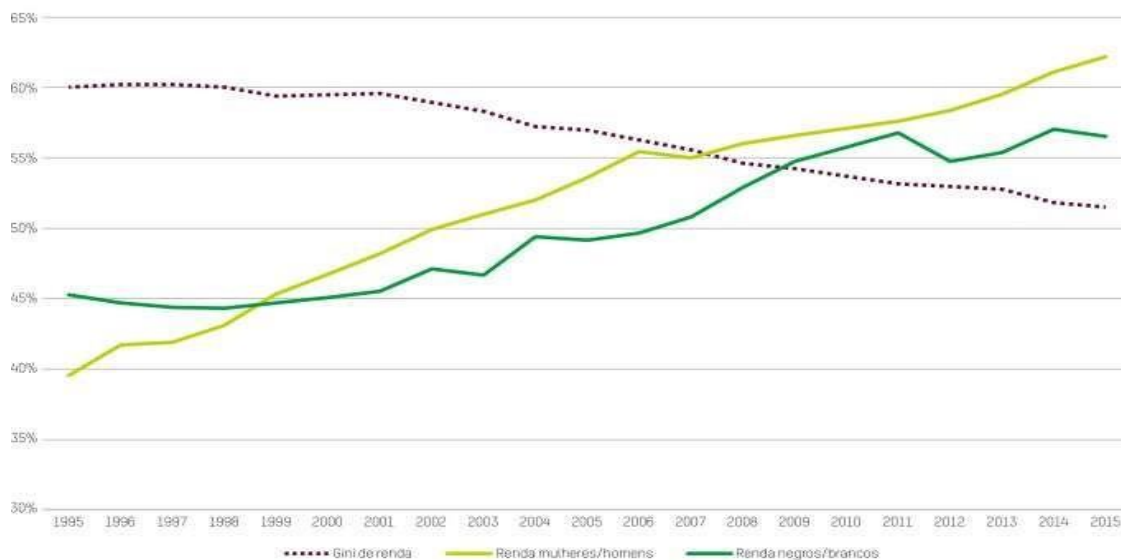
¹⁵ Tendo como presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), governando 1995-2003. Foi em seu governo, assim como no governo Collor, que o neoliberalismo se desenvolveu com mais rapidez, calcado nas privatizações do setor produtivo (ANTUNES, 2018).

¹⁶ Tendo como presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), governando de 2003-2011. O governo Lula ficou conhecido por criar inúmeras medidas para beneficiar o capital financeiro, industrial e agronegócio, ao mesmo tempo que implementou políticas sociais assistencialistas ampliando o poder de compra do salário mínimo. Uma tentativa de conciliar interesses inconciliáveis é a marca do governo neodesenvolvimentista de Lula (ANTUNES, 2018).

rendimentos e um aumento nos rendimentos na década seguinte (2005-2015). Também é observado uma redução da média nos anos finais, que correspondem ao início da crise econômica (FONTOURA; REZENDE, 2017).

Observamos pela evolução do Gini¹⁷ de renda que as mulheres, mesmo com a alta participação feminina no mercado de trabalho continua recebendo 62% do que ganham os homens e os negros como ainda recebem 57% em relação aos brancos (Figura13). Enquanto as mulheres brasileiras têm renda média de R\$ 938,0063, a renda média dos homens brasileiros era de R\$ 1.508,00 em 2015 (OXFAM, 2017).

Gráfico 6: Brasil Evolução do Gini da renda total, e proporção da rendatotal das mulheres em relação à dos homens e de renda total dos negros em relação à dos brancos - 1995-2015
Brasil – Evolução do Gini da renda total, e proporção da renda total das mulheres em relação à dos homens e da renda total dos negros em relação à dos brancos – 1995-2015



Fontes: Ipeadata 2014; Prud 2017; Ipea/Retratos da Desigualdade 2017

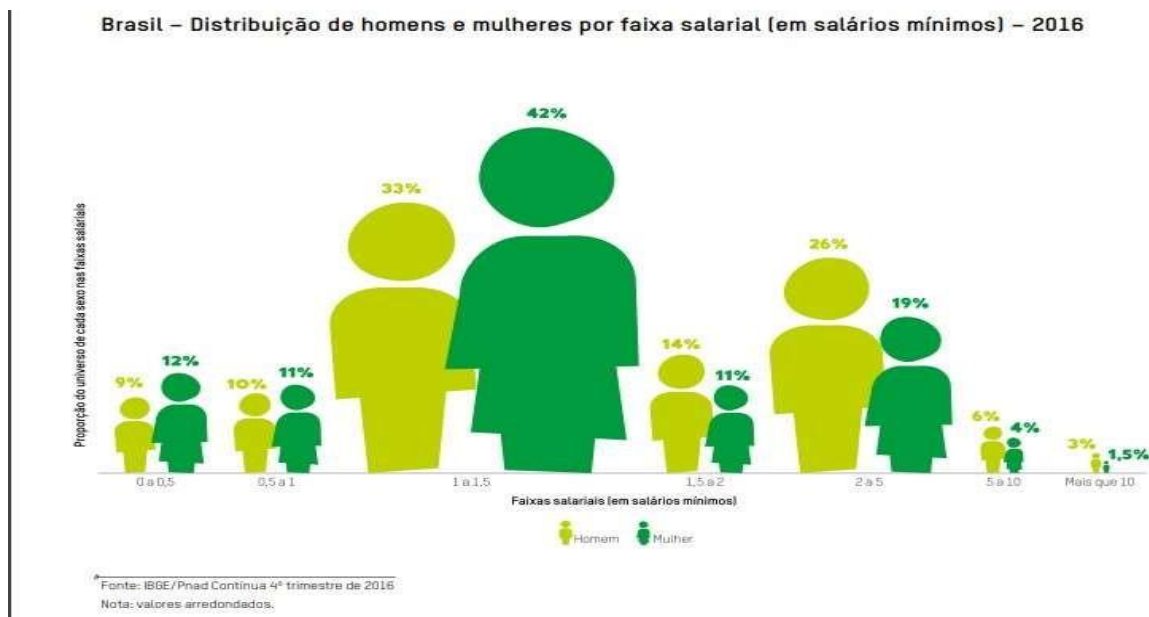
Fonte: (OXFAM, 2017).

Em 2016 (Figura 14), 65% das mulheres ganhavam até 1,5 salário mínimo, ao passo, que os homens que ganhavam até 1,5 salário mínimo representavam 52%. Nas faixas maiores a 1,5 salário mínimo de renda, há cerca de dois homens para cada mulher. A discrepância salarial no que tange as desigualdades de raça são ainda mais gritantes. Entre as pessoas que tem renda

¹⁷ “O índice de Gini para a renda dos brasileiros – indicador que mede a distribuição de renda na população e que varia de 0 a 1, sendo mais desigual quanto mais próximo de 1 – teve uma queda de 16%, caindo de 0,616 para 0,5152 desde 1988. Nesse período, também houve importante expansão de diversos serviços essenciais, e a notável universalização do acesso à educação básica” (OXFAM, 2017).

de 1,5 salário mínimo, estão 67% dos negros, enquanto os brancos que tem renda de 1,5 salário mínimo representam 45%, nas faixas de rendas superiores a 1,5 salário mínimo para cada pessoa negra, há quatro pessoas brancas (OXFAM, 2017).

Figura 1 Brasil: Distribuição de homens e mulheres por faixa salarial(em salários mínimos) - 2016

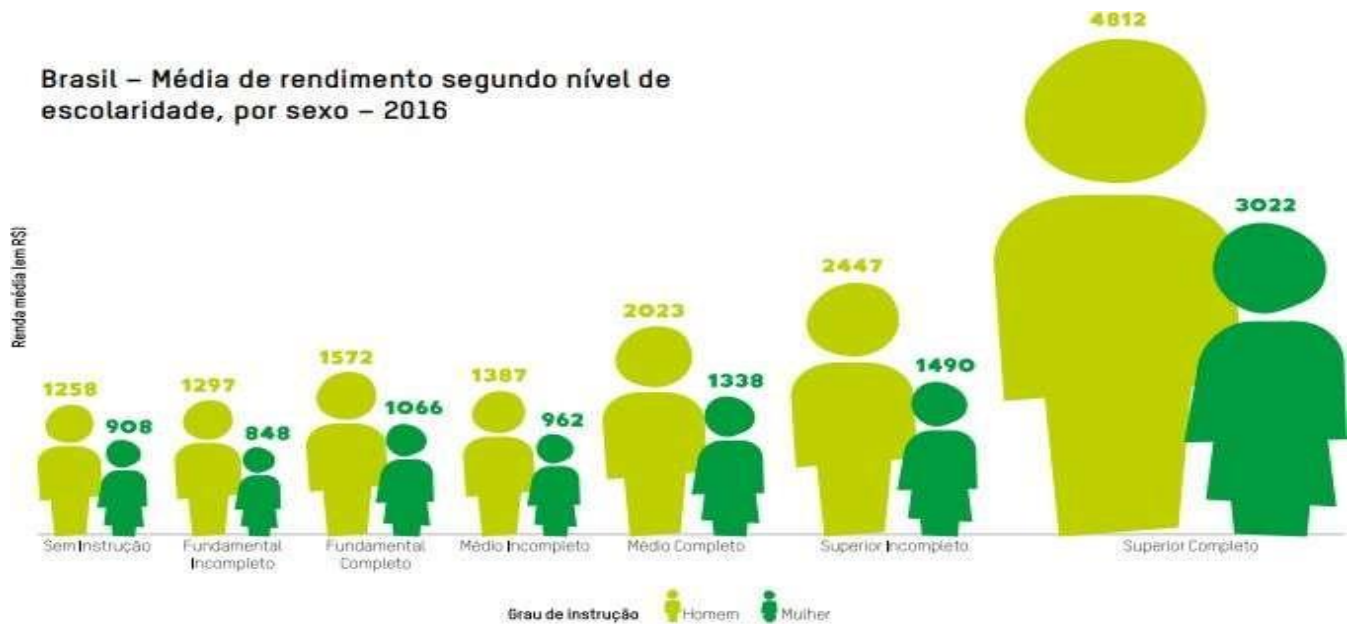


Fonte: (OXFAM, 2017).

Observando a relação entre o rendimento e a faixa educacional, notamos que avançar na escolarização não vai significar necessariamente receber a mesma quantia que os membros de outros grupos de gênero e raça. Os negros que concluíram o ensino médio têm o rendimento que representa apenas 76% do rendimento médio de brancos que concluíram o ensino médio. Já no ensino superior, os negros diplomados ganham 75% do que ganham brancos diplomados (OXFAM, 2017).

No caso da diferença salarial entre os homens e as mulheres, considerando as mesmas faixas educacionais (Figura 15), mostram que as mulheres com ensino médio completo têm renda média de 66% do que ganham os homens de igual escolaridade. Enquanto na faixa de ensino superior completo a renda média das mulheres diplomadas representa apenas 63% do que ganham homens diplomados (OXFAM, 2017).

Figura 2: Brasil - Média de rendimento segundo nível de escolaridade, por sexo - 2016



Fonte: (OXFAM, 2017).

Como observamos ao longo de todo o texto a discriminação racial e de gênero se reflete na educação e nas profissões, já que mulheres e negros estão concentrados em cargos e carreiras com menores remunerações.

Um médico negro ganha, em média, 88% do que ganha um médico branco. No caso de mulheres, as diferenças são mais gritantes. Médicas ganham, em média, 64% dos rendimentos de homens médicos, e mulheres economistas ganham 61% do que ganham, em média, seus colegas homens. Em formações de menor remuneração com grande participação feminina, como letras, mulheres ganham em média 80% do que ganham os homens (OXFAM, p.64, 2017).

Como é possível observar através dos dados apresentados ao longo do capítulo, apesar da luta histórica das mulheres e mesmo com diminuição de certos aspectos distintivos, a distância entre homens e mulheres continua ao longo dos anos observados. Um dado mais recente do IBGE de 2018 confirma que as mulheres ainda ganham, em média, 20,5% menos que os homens no Brasil (IBGE, 2019).

Ensino Superior e Gênero

Se cada Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros. (GRAMSCI, 1980)

A educação enquanto espaço de formação e reflexão tem um potencial de transformação e de perpetuação da lógica vigente, sendo um meio para formação massiva de toda a população. A escola em todos os seus níveis, para Gramsci, se apresenta como parte do Estado e como uma instituição formadora de consenso social. (NOSELLA; AZEVEDO, 2012). Assim, propomos nesse capítulo a observar mais atentamente as questões históricas e sociais que norteiam as Instituições de Ensino Superior Brasileiras e sua relação com a problemática de gênero.

É recente a compreensão da escola enquanto um espaço organizado de ensino, pois na Antiguidade a educação era transmitida de maneira geracional, assim, a geração mais velha educava a mais jovem de acordo com suas as condições históricas (NOSELLA; AZEVEDO, 2012). A instituições educacionais se transformaram ao longo da história das sociedades ocidentais, as universidades surgem na Idade Média como instituições voltadas unicamente para a formação clerical e militar, sendo inacessível para a grande maioria da população (SGUISSARDI, 2017).

instituições onde eram formados os clérigos, com a auto/heteronomia circunscrita à igreja [...] a universidade, curvando-se às necessidades e imposições da Igreja, chegará ao final da Idade Média se autoproclamando 'mãe de todas as ciências e madrasta das heresias'. (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017, p. 18)

Ao longo do tempo a tutela e as finalidades das instituições de ensino vem se alterando. A modernidade e suas revoluções políticas e sociais trouxeram a necessidade de instituições que educassem aos filhos da burguesia. A Revolução Industrial, por sua vez, trouxe a necessidade de uma formação curricular formal para alguns setores sociais (NOSELLA; AZEVEDO, 2012). Durante o século XX, a classe trabalhadora desponta como um ator social organizado e com capacidade de disputar politicamente a direção do Estado o que ao longo dos anos de luta proporcionou a possibilidade de uma educação escolarizada e que alcançasse mais setores da população. (NOSELLA; AZEVEDO, 2012).

Cabe destacar que as instituições de ensino superior precedem o capitalismo, porém as mudanças sociais e econômicas trazidas pelo novo modo de produção alteraram fortemente sua organização e finalidade. O controle que antes era da igreja cristã católica é passado de maneira gradativa para o mercado, sendo as universidades também, não apenas, uma instituição que

atende aos interesses do bloco no poder refletindo as relações sociais de produção (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017).

Com ideais iluministas que norteavam a sociedade moderna as instituições de ensino em sua maioria deixam de se organizar pela concepção medieval, superando a lógica restrita ao cristianismo e passam a se organizar de acordo com a concepção moderna. Assim com o surgimento de uma nova classe social, vinda das transformações ocorridas da Revolução Francesa, muda as estruturas das instituições de Ensino Superior.

o surgir do Renascimento; com o afirmar do Iluminismo; com o enfraquecer do teocentrismo; com o ascender do antropocentrismo; e com o domínio hegemônico de uma nova classe - em que a burguesia se firma, em termos econômicos e geopolíticos. (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017).

Consideramos que tratar de questões que permeiam a educação superior é necessariamente falar de Estado, já que o mesmo é produtor e produto das instituições de ensino. É importante frisar que nenhuma das instituições que formam a sociedade civil é homogênea, assim, as contradições presentes no capitalismo também estão presentes nas instituições, sendo elas assim objetos de disputa por hegemonia pelos atores sociais. “*Ele próprio, o Estado, portanto, é um (mega e meta) campo social*” (NOSELLA; AZEVEDO, 2012).

Em outras palavras, para se utilizar uma linguagem gramsciana, as políticas públicas são produtos das relações de Estado, porém, ao mesmo tempo, são esteios para o bloco histórico no poder, alimentando a supremacia, o domínio, a direção e a hegemonia exercida por atores, grupos e classes sociais sobre o Estado; lembrando que o Estado é a sociedade política e a sociedade civil em seu conjunto. (NOSELLA; AZEVEDO, 2012).

As contradições presentes nas instituições de ensino superior e a disputa por parte de diversos setores sociais traz no século XIX as indagações sobre a importância de um ensino gratuito e acessível o que possibilitou mais transformações. Assim a modernidade nas sociedades ocidentais trouxe, ao longo do tempo, a expansão em quantidade de instituições de ensino superior e a diversificação de cursos por elas disponibilizados. (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017).

É no século XIX em que se dá o surgimento das instituições de ensino superior no Brasil construídas pela coroa portuguesa para atender suas necessidades e também se consolidam nesse século as atividades-fim da universidade: pesquisa, ensino e extensão. (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017).

Com as mudanças sociais e econômicas do XX a etapa de desenvolvimento das forças produtivas nas fábricas antes estudadas por Marx estão paulatinamente dando lugar a novas

relações de trabalho e por consequência novas relações na educação. A qualificação da classe trabalhadora se torna uma questão fundamental para o desenvolvimento e manutenção das sociedades capitalistas (FERREIRA; BITTAR, 2008). As formas distintas de organização das instituições de ensino superior se organizaram para contemplar os interesses do capital, se multiplicando nesse século não só as universidades públicas como também as privadas e as particulares.

Ensino Superior e Ensino Superior no Brasil

Se cada Estado tende a criar e a manter certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e hábitos e a difundir outros. (GRAMSCI, 1980).

A educação enquanto espaço de formação e reflexão tem um potencial de transformação e de perpetuação da lógica vigente, sendo um meio para formação massiva de toda a população. A escola em todos os seus níveis, para Gramsci, se apresenta como parte do Estado e como uma instituição formadora de consenso social. (NOSELLA; AZEVEDO, 2012). Assim, propomos nesse capítulo a observar mais atentamente as questões históricas e sociais que norteiam as Instituições de Ensino Superior Brasileiras e sua relação com a problemática de gênero.

É recente a compreensão da escola enquanto um espaço organizado de ensino, pois na Antiguidade a educação era transmitida de maneira geracional, assim, a geração mais velha educava a mais jovem de acordo com suas as condições históricas (NOSELLA; AZEVEDO, 2012). A instituições educacionais se transformaram ao longo da história das sociedades ocidentais, as universidades surgem na Idade Média como instituições voltadas unicamente para a formação clerical e militar, sendo inacessível para a grande maioria da população (SGUISSARDI, 2017).

instituições onde eram formados os clérigos, com a auto/heteronomia circunscrita à igreja [...] a universidade, curvando-se às necessidades e imposições da Igreja. (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017, p. 18).

Ao longo do tempo a tutela e as finalidades das instituições de ensino vem se alterando. A modernidade e suas revoluções políticas e sociais trouxeram a necessidade de instituições que educassem aos filhos da burguesia. A Revolução Industrial, por sua vez, trouxe a necessidade de uma formação curricular formal para alguns setores sociais (NOSELLA;

AZEVEDO, 2012). Durante o século XX, a classe trabalhadora desponta como um ator social organizado e com capacidade de disputar politicamente a direção do Estado o que ao longo dos anos de luta proporcionou a possibilidade de uma educação escolarizada e que alcançasse mais setores da população. (NOSELLA; AZEVEDO, 2012).

Cabe destacar que as instituições de ensino superior precedem o capitalismo, porém as mudanças sociais e econômicas trazidas pelo novo modo de produção alteraram fortemente sua organização e finalidade. O controle que antes era da igreja cristã católica é passado de maneira gradativa para o mercado, sendo as universidades também, não apenas, uma instituição que atende aos interesses do bloco no poder refletindo as relações sociais de produção (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017).

Com ideais iluministas que norteavam a sociedade moderna as instituições de ensino em sua maioria deixam de se organizar pela concepção medieval, superando a lógica restrita ao cristianismo e passam a se organizar de acordo com a concepção moderna. Assim com o surgimento de uma nova classe social, vinda das transformações ocorridas da Revolução Francesa, muda as estruturas das instituições de Ensino Superior.

o surgir do Renascimento; com o afirmar do Iluminismo; com o enfraquecer do teocentrismo; com o ascender do antropocentrismo; e com o domínio hegemônico de uma nova classe - em que a burguesia se firma, em termos econômicos e geopolíticos” (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017).

Consideramos que tratar de questões que permeiam a educação superior é necessariamente falar de Estado, já que o mesmo é produtor e produto das instituições de ensino. É importante frisar que nenhuma das instituições que formam a sociedade civil é homogênea, assim, as contradições presentes no capitalismo também estão presentes nas instituições, sendo elas assim objetos de disputa por hegemonia pelos atores sociais. *“Ele próprio, o Estado, portanto, é um (mega e meta) campo social”* (NOSELLA; AZEVEDO, 2012).

Em outras palavras, para se utilizar uma linguagem gramsciana, as políticas públicas são produtos das relações de Estado, porém, ao mesmo tempo, são esteios para o bloco histórico no poder, alimentando a supremacia, o domínio, a direção e a hegemonia exercida por atores, grupos e classes sociais sobre o Estado; lembrando que o Estado é a sociedade política e a sociedade civil em seu conjunto. (NOSELLA; AZEVEDO, 2012).

As contradições presentes nas instituições de ensino superior e a disputa por parte de diversos setores sociais traz no século XIX as indagações sobre a importância de um ensino gratuito e acessível o que possibilitou mais transformações. Assim a modernidade nas sociedades ocidentais trouxe, ao longo do tempo, a expansão em quantidade de instituições de

ensino superior e a diversificação de cursos por elas disponibilizados. (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017).

É no século XIX em que se dá o surgimento das instituições de ensino superior no Brasil construídas pela coroa portuguesa para atender suas necessidades e também se consolidam nesse século as atividades-fim da universidade: pesquisa, ensino e extensão. (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017).

Com as mudanças sociais e econômicas do XX a etapa de desenvolvimento das forças produtivas nas fábricas antes estudadas por Marx estão paulatinamente dando lugar a novas relações de trabalho e por consequência novas relações na educação. A qualificação da classe trabalhadora se torna uma questão fundamental para o desenvolvimento e manutenção das sociedades capitalistas (FERREIRA; BITTAR, 2008). As formas trabalhadoras se distintas de organização das instituições de ensino superior se organizaram para contemplar os interesses do capital, se multiplicando nesse século não só as universidades públicas como também as privadas e as particulares. Não apenas o ensino superior no Ocidente, como a educação no geral teve seu formato moldado para formar especialistas para atender as necessidades capitalistas (BIANCHETTI, SGUISSARDI, 2017).

No Brasil, o ensino superior iniciou-se em 1808 ainda no período colonial. Com a chegada da Coroa Portuguesa foram criadas as primeiras instituições e cursos do país, os cursos criados foram: curso de Engenharia da Academia Real da Marinha em 1808, curso de Engenharia da Academia Real Militar em 1810, curso de Cirurgia da Bahia em 1808, curso de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro em 1808, curso de Medicina também no Rio em 1809, curso de Economia em 1812, curso de Agricultura em 1812, curso de Química em 1817 e curso de Desenho Técnico em 1818 (SAVIANI, 2010).

Quando comparamos o processo de desenvolvimento das instituições de ensino superior brasileiras com as de outros países da América do Sul, podemos observar que o processo no Brasil ocorreu de maneira tardia, já que em outros países de colonização espanhola as primeiras instituições de ensino superior foram criadas ainda no século XVI. Outra característica do ensino superior brasileiro colonial foi que ele não fora criado com o intuito de educar as massas, porém os filhos da elite não participavam dele, pois preferiam se graduar em cursos oferecidos fora do Brasil, fato que se alterou no período imperial (MARQUES; CEPÊDA, 2015).

Após a proclamação da “independência” são criados cursos voltados para a formação de profissionais liberais, o que acaba por chamar a atenção da elite brasileira para as instituições de ensino superior nacionais “Ao fim de 1889, havia por volta de 10.000 matriculados no ensino

superior, representando 0,64% da população de 20-24 anos” (MARQUES; CEPÊDA, 2015). Porém os cursos no Brasil Império eram isolados, mantidos pelo Estado, contudo não vinculados em universidades (SAVIANI, 2010).

Em 19 de abril de 1879 foi sancionado o decreto Nº 7.247, conhecido com o Reforma Leôncio de Carvalho, o decreto colocava uma reforma no ensino primário e secundário no município da Corte e no ensino superior em todo o Império. Estabelecia que o oferecimento dos ensinos primário e secundário, assim como o superior, seria considerado completamente livre no âmbito da Corte e das províncias brasileiras (DECRETO Nº 7.247, 1879). O decreto teve sua origem na demanda dos liberais brasileiros que acreditavam na desoficialização do ensino, porém a pauta que ganhou mais espaço no período a pós-império. Foi nas primeiras décadas da República que o movimento resultou no surgimento das primeiras faculdades de iniciativa privada (SAVIANI, 2010).

Em 1930, durante a ditadura de Getúlio Vargas foi criado o Ministério da Educação e da Saúde Pública (MEC), com o tempo os dois ministérios se separam, assim o Ministério da Saúde (MS) passa a ser tratado como uma pasta distinta do atual Ministério da Educação (MEC). Também em 30 são sancionados os decretos nº 19.851 e nº 19.852, o decreto nº 19.851 estabeleceu o Estatuto das Universidades Brasileiras, já o decreto nº 19.852 dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro, provocando uma reforma na instituição. O sancionamento dos dois decretos e da criação do MEC caracterizaram o protagonismo do Estado brasileiro na educação superior (SAVIANI, 2010).

A partir daí foram fundadas algumas das mais importantes Universidades brasileiras, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade do Distrito Federal. Ao passo que as instituições de ensino superior cresciam, o movimento estudantil brasileiro se organizava e em 1938 era fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE), importante ferramenta para reivindicação dos direitos estudantis (SAVIANI, 2010).

A partir da década de 1940 a federalização das instituições estaduais e privadas ganha força, transformando os moldes do ensino superior brasileiro. Apesar do fato da maior parte do ensino superior ser pública o ensino ainda era restrito à elite (SAVIANI, 2010). Na década 1950 a demanda de vagas no ensino superior se torna uma pauta relevante para a sociedade civil, pois nesse período apenas 0,98% da população com idade entre 20 e 24 anos tinham acesso ao ensino superior.

Mesmo que os estudantes que obtivessem nota mínima para aprovação nos vestibulares a maioria não conseguiriam ingressar no ensino superior por ausência de vagas, surgiu então o sentimento na sociedade civil, principalmente na classe média em ascensão, de

que seu direito de estudar na universidade estava sendo negado. A crescente mobilização gerou um movimento de reivindicação exigindo a abertura de vagas (CEPÊDA; MARQUES, 2012).

A partir dos anos 1960 a UNE começa a liderar o movimento de reivindicação de abertura de vagas e pela reforma universitária, pois apesar do crescimento de vagas a população entre 20 e 24 anos matriculada no ensino superior não passavam de 1,5%. Neste momento a questão universitária ganhou muita visibilidade e se tornou um dos vetores para a crise que mais tarde resultaria na deposição do governo João Goulart pelo golpe militar de 1964 (SAVIANI, 2010).

Na ditadura militar de 64 a classe dominante passava por um período de crise de direção e passou a depender mais do potencial de força para continuar à frente do Estado, o que resultou na tentativa de cerceamento das manifestações e dos direitos da sociedade civil. Fato esse que não impediu e nem desmobilizou o movimento estudantil na luta por seus objetivos, as ruas foram tomadas e as universidades ocupadas por estudantes sob o lema “mais verbas e mais vagas” (SAVIANI, 2010).

A luta dos estudantes produziu mais vagas no início dos anos 70 o surgimento de leis que tratavam da reforma universitária e das diretrizes e bases para educação. A Lei n.º 5.540/68 Fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências, o que por um lado, representava aspectos que possibilitava o respeito a alguns aspectos da autonomia universitária e possibilidade agir sobre a demanda por mais verbas e vagas, por outro lado, estreitava os laços entre o ensino superior e o mercado sob demanda de interesses do capitalismo internacional e de grupos partidários da ditadura. A Lei n.º 5.692/71, por sua vez, Fixava Diretrizes e Bases para Educação (LDB) para o ensino de 1º e 2º graus, modificando a estrutura do ensino em todos os seus níveis (SAVIANI, 2010).

Um dos aspectos da Reforma Universitária foi que ela tornou o ensino e a pesquisa indissociáveis no âmbito da educação superior. Deferiu também a instituição universitária cerne da organização do ensino superior (SAVIANI, 2010).

Algumas demandas da sociedade civil quanto à Reforma Universitária foram atendidas, como a criação de um regime de crédito, criação de cursos de curta duração, melhorias quanto a organização funcional e a racionalização da estrutura universitária. Porém, determinadas demandas eram opostas aos interesses do regime ditatorial militar, então alguns dispositivos das leis referentes a reforma foram vetados pelo então presidente da república general Emílio Garrastazu Médici. A contradição da Reforma Universitária é que o ensino superior foi expandido, porém essa expansão aconteceu através da abertura de escolas isoladas

privadas por meio de autorizações do Conselho Federal de Educação (SAVIANI, 2010).

Findado o regime ditatorial militar, o início da redemocratização do Brasil foi marcado pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que acolhia demandas históricas dos estudantes e professores do ensino superior. A Constituição de 1988 criou um regime único que estabeleceu a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, determinou a obrigatoriedade do Estado para com a educação em todos os níveis, assim como sua gratuidade nas instituições públicas e o ingresso via concurso público (BRASIL, 1988).

A partir da Constituição as demandas e necessidades universitárias nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) passaram a ocorrer por ser por uma dotação orçamentária aprovada pelo Poder Legislativo por intermédio da Lei Orçamentária Anual e ao Poder Executivo, que autoriza este a realizar as despesas públicas (SAVIANI, 2010).

O cenário da redemocratização foi favorável para o debate sobre a para a criação de políticas sociais com a publicação da Carta Magna e com os direitos educacionais garantidos na Constituição Federal de 88. A Constituição para além de garantir a educação como um dever do Estado e como direito base do cidadãos, ainda estabelece que um dos princípios norteadores do ensino devem ser a igualdade de condições de acesso e de permanência em todos os níveis de ensino, inclusive aos níveis mais elevados de ensino superior.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: “ I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] V – acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. (BRASIL, 1988).

O Brasil foi e ainda é marcado por desigualdades sociais de raça, classe e gênero, por esse motivo é preciso reconhecer a importância da Constituição cidadã, pois ela abriu a possibilidade para a democratização do acesso à educação através de políticas afirmativas. Com é possível observar a partir de 1988 a educação brasileira em todos os níveis passa a garantir o direito a educação e abranger mais perfis de estudantes que em outrora, se tornando obrigação

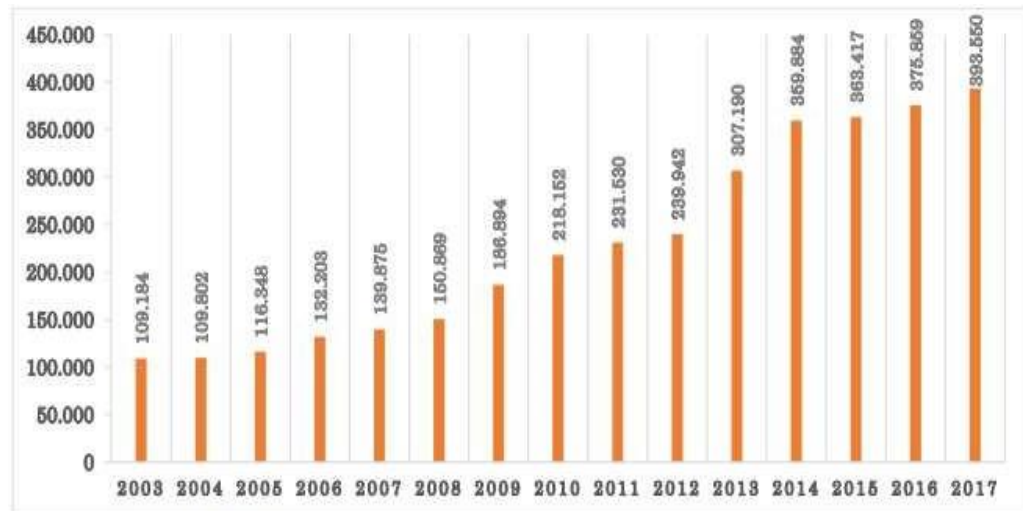
do Estado garantir condições de ingresso e permanência no ensino.

Contraditoriamente, como efeito das mudanças impostas pelo neoliberalismo e apesar das garantias promulgadas pela Constituição Federal de 88, houve um estreitamento entre as exigências do mercado e o ensino superior. A educação brasileira no período dos anos 1990 ficou marcada pela forte presença do setor privado na regulação e oferta do ensino superior, “a reforma do ensino superior empreendida nos anos 1990 voltou-se para a diversificação das fontes de financiamento e dos modelos de Instituições de Ensino Superior, bem como para redução dos custos por estudante” (FONAPRACE, 2019).

Em que pese a continuidade da expansão na iniciativa privada, essa dinâmica de sofreu modificações nas décadas, décadas de 2000 e 2010, quando foram retomados os investimentos estatais nas instituições públicas de ensino superior brasileiras através de um conjunto de políticas públicas. Podemos destacar o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) como uma política pública extremamente importante para o desenvolvimento das Universidades públicas no Brasil, determinado pelo Decreto Presidencial nº. 6.096 de 2007, aumentou significativamente o número de Instituições Federais de Ensino Superior, cursos e vagas (BRASIL, 2007).

Como podemos observar no gráfico X no período de 2003-2017 houve um crescimento no número de vagas ofertadas de 260%, sendo criadas apenas em 2017 mais de 393.000 vagas em cursos de graduação presencial.

Gráfico 7: Vagas ofertadas na graduação presencial nas Universidades Federais de número 2003 a 2017 segundo a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018



Fonte: INEP, 2018a.

Fonte: FONAPRACE, 2019.

A política de cotas também foi fundamental para o crescimento e fortalecimento do ensino superior público e mais diversos, sancionada em agosto de 2012 a Lei nº 12.711/2012, garante a reserva de vagas nas Instituições Federais (IFES) e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) para discentes com origem em escolas públicas (com sub-reserva para pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiências) (BRASIL, 2012).

A Lei nº 12.711/2012, sancionada em agosto deste ano, garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Os demais 50% das vagas permanecem para ampla concorrência” (BRASIL, 2012).

Novos mecanismos de recrutamento de discentes também foram implementados, além dos vestibulares, também foi instituído o Sistema de Seleção Unificada – SISU que utiliza as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para alocar candidatos as vagas nas instituições (FONAPRACE, 2019). O próprio ENEM promulgado pelo Decreto nº. 7.824 de 2012, foi de suma importância para facilitar o processo de ingresso na educação superior (BRASIL, 2012).

Em 2007 é instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através de uma portaria normativa nº 39 (BRASIL, 2007), o programa representa o importante avanço para o ensino superior do Brasil, pois é a primeira instituído política pública que regulamenta a

assistência estudantil em todas as instituições federais brasileiras. Antes do PNAES a assistência estudantil se organizava em ações isoladas e descontínuas que não atendiam as necessidades estudantis e pouco tinham efeito no que se refere a permanência dos estudantes (KOWALSKI, 2012).

O Pnaes oferece assistência à moradia estudantil, alimentação, transporte, à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. As ações são executadas pela própria instituição de ensino, que deve acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa” (BRASIL, 2010).

Esse conjunto de políticas públicas transformou de maneira quantitativa e qualitativa o ensino superior público no Brasil e teve como resultado a transformação do corpo discente no interior das instituições. As pesquisas de Perfil Socioeconômico e Cultural das (os) Graduandas (os) elaboradas pelo Fórum de Pró-reitores de Assuntos Estudantil (Fonaprace) vem demonstrado que o público que o ensino superior federal tem se tornado gradativamente mais acessível, popular e inclusivo (FONAPRACE, 2019).

Ensino Superior e Gênero no Brasil

A educação superior a partir dos anos 60 apresentou uma tendência global de aumento no número de matriculados como resultado da necessidade da expansão de uma educação terciária e especializada no capitalismo, esse processo social trouxe consigo uma maior participação da mulheres no nível superior de ensino provocando a reversão da tendência da desigualdade de gênero no que tange o acesso aos níveis educacionais mais elevados em diversos países (MENDES; HOUZEL; MILANKI; MEDEIROS; ROCHA; ELGALY; ALMEIDA; CARVALHAES, 2021).

Assim como no caso brasileiro, em vários países a média de anos de estudo feminino é maior que o masculino. Em que pese, as mulheres serem maioria no ensino superior e na pós-graduação, é possível observar o padrão da segregação de gênero nas escolhas educacionais nos níveis mais avançados ao redor do mundo (MENDES; HOUZEL; MILANKI; MEDEIROS; ROCHA; ELGALY; ALMEIDA; CARVALHAES, 2021).

A priori não parece ser um problema que mulheres façam escolhas diferentes dos homens, porém pesquisadores da área tem notado que sistematicamente as mulheres tende a estar sobrerrepresentadas em cursos que levam a profissões com menor retorno financeiro e menor status no mercado de trabalho. No Brasil, como mostra a pesquisa de Carvalhaes e Ribeiro de 2019 as mulheres operam mais em cursos de pedagogia, serviço social e

enfermagem, enquanto os homens são mais representativos em profissões de áreas técnicas como as engenharias e a computação (MENDES; HOUZEL; MILANKI; MEDEIROS; ROCHA; ELGALY; ALMEIDA; CARVALHAES, 2021).

Tal fato pode ser explicado pelo *essencialismo de gênero*, que produziriam e sustentariam a permanência de papéis sexuais de maneira intergeracional e social sustentando, discriminando quais as habilidades, preferências e crenças pertencem aos homens e as mulheres. Esse processo é incorporado na educação escolar e familiar desde a socialização básica (TOLEDO; CARVALHO, 2018). No Ocidente podemos observar que as tarefas analíticas e manuais são associadas ao masculino, enquanto tarefas artísticas e de cuidado¹⁸ ao feminino (MENDES; HOUZEL; MILANKI; MEDEIROS; ROCHA; ELGALY; ALMEIDA; CARVALHAES, 2021).

os estereótipos de gênero operam via processos normativos e de socialização que direcionam mulheres e homens para escolhas típicas e segundo o gênero em suas carreiras (MENDES; HOUZEL; MILANKI; MEDEIROS; ROCHA; ELGALY; ALMEIDA; CARVALHAES, 2021).

¹⁸ “Mas o que significa esse termo, “cuidado”? A literatura sobre relações de gênero e trabalho (England, 2005; Hirata, 2010; Hirata & Guimarães, 2012) aponta que ocupações ligadas ao cuidado têm duas características: a interação face a face com clientes e tarefas associadas diretamente a seu bem-estar e/ou desenvolvimento pessoal. Logo, as carreiras referentes ao “cuidado” seriam aquelas que, literal ou simbolicamente, envolveriam o componente de interação e a prestação de serviços ligados ao bem-estar” (MENDES; HOUZEL; MILANKI; MEDEIROS; ROCHA; ELGALY; ALMEIDA; CARVALHAES, 2021).

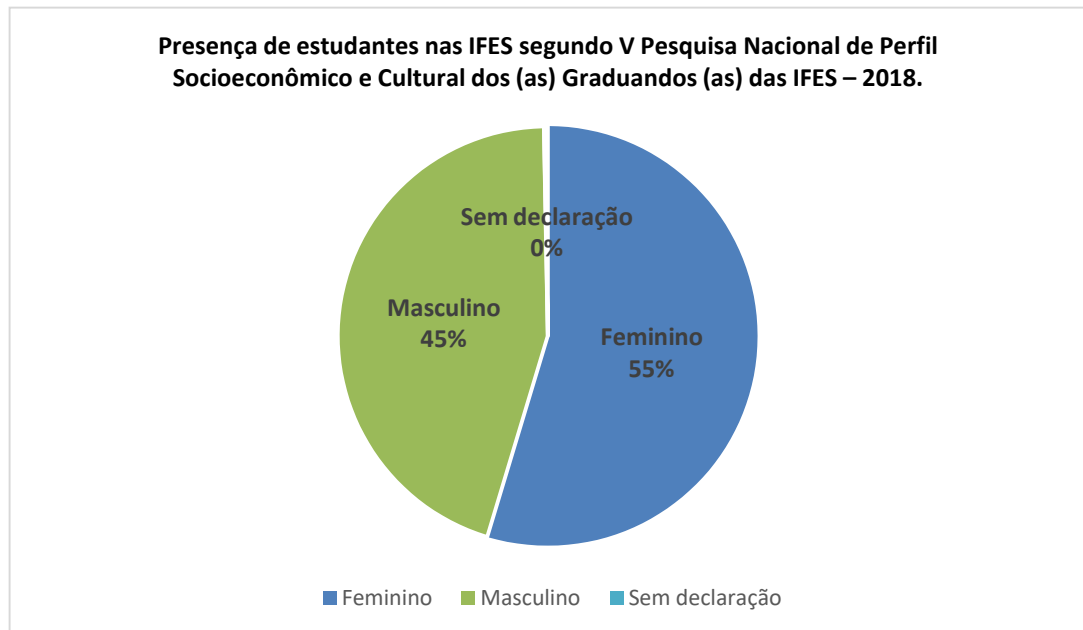
V Pesquisa Nacional de Perfil e o perfil da estudante de Graduação nas IFES

Com o intuito de traçar o perfil da estudante de graduação assim como para avaliação do acesso às oportunidades sociais, econômicas e acadêmicas no âmbito do ensino federal brasileiro para as estudantes de graduação, fizemos uma pesquisa documental utilizando os dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. A pesquisa buscou, a partir de um enfoque das teorias de gênero, fazer uma análise das condições da estudante de graduação nas IFES. Para a análise e o tratamento dos dados, utilizamos o software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences).

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018 tinha o objetivo de levantar um conjunto de informações relativas ao perfil socioeconômico e cultural dos graduandos das IFES brasileiras, com o pesquisado distribuído em 395 campi. O universo pesquisado está distribuído entre dois semestres de ingresso, sendo que 2/3 dos graduandos ingressaram no primeiro semestre e 1/3 no segundo semestre. No que tange o grau dos cursos presenciais 73,4% dos graduandos estavam matriculados no bacharelado, 24,2% em licenciatura, 1% em bacharelado e licenciatura e 1,4% em tecnológico (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

O universo investigado pela V Pesquisa foi composto por estudantes de cursos de graduação presenciais de todas as 63 universidades federais existentes até fevereiro de 2018, bem como pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, do Rio de Janeiro, totalizando 65 IFES. Dados básicos sobre este universo foram obtidos a partir de informações enviadas pelas próprias IFES, via sistema de cadastramento de estudantes, especialmente criado pela equipe de Tecnologia da Informação da UFU. Ao final do processo de cadastramento de estudantes, chegou-se ao volume de 1.200.300 (um milhão, duzentos mil e trezentos) discentes, distribuídos por 65 IFES e por 395 campi, ingressantes no período entre 2000-2018. Estes discentes têm matrícula ativa em 355 cursos, distribuídos nos turnos Diurno, Noturno e Integral, para obtenção dos graus de Bacharelado, Licenciatura, Bacharelado e Licenciatura e Tecnológico. Os cursos estão distribuídos pelas áreas do conhecimento do CNPq (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

Gráfico 8: Presença de estudantes nas IFES segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.

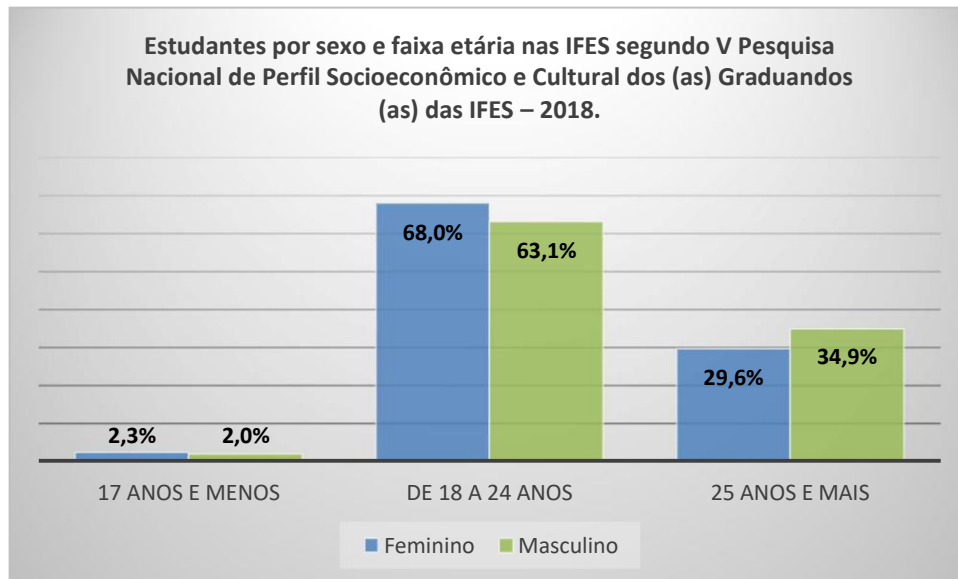


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

A presença de graduandas nas IFES em 2018 representava de 55% em relação ao total do corpo discente, enquanto os graduandos representavam 45%. No ano de 2018 a maioria das estudantes de graduação tinha entre 18 a 24 ocupando a porcentagem de 68% no Gráfico, 29,6% tinha 25 anos ou mais e apenas 2,3% tinha até 17 anos.

A tendência de crescimento das mulheres nas IFES pode ser observada ao longo das pesquisas de perfil realizadas pela ANDIFES, sendo 51,4% em 1996, 53% em 2003, 53,5% em 2010, 52,4% em 2014 e 54,6% em 2018. A mulheres são maioria absoluta no ensino superior e no ensino médio brasileiro, fato que pode ser explicado pela relação gênero e classe, pois é grande o número de estudantes do ensino médio do sexo masculino evadidos devido sua entrada precoce no mercado de trabalho (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

Gráfico 9: Estudantes por sexo e faixa etária nas IFES segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



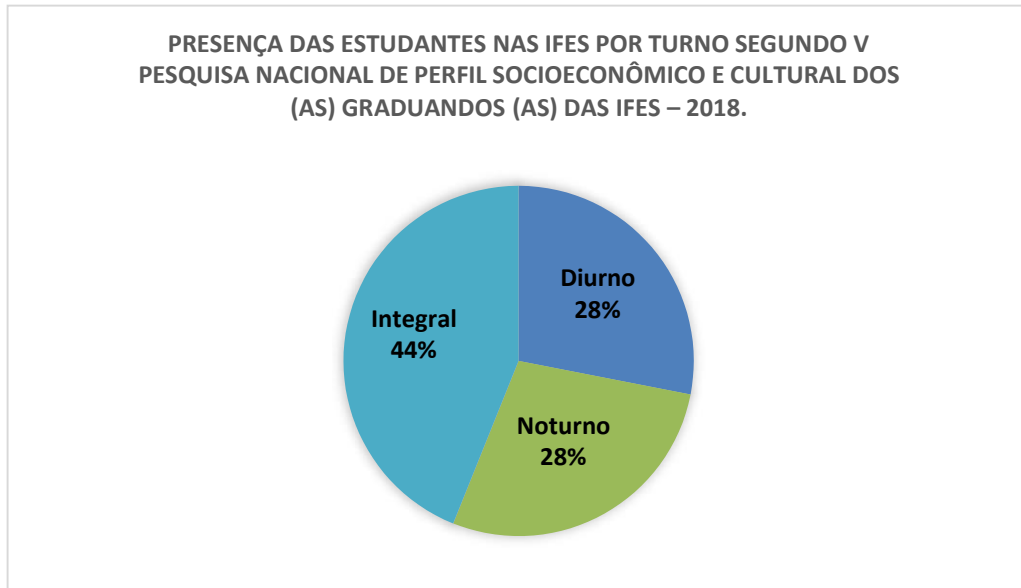
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

Segundo a pesquisa de perfil de 2018 a maioria dos estudantes de graduação do sexo masculino tinham de 18 a 24 anos representando 63%, o gráfico também nos mostra que 2% tinha 17 anos ou menos e 34,9% 25 ou mais.

Como pode ser observado no gráfico, a maioria de homens e mulheres estava na faixa etária dos 18 aos 24 anos, com as mulheres representando maior porcentagem que os homens. Por outro lado, os homens eram maioria entre os estudantes de graduação de 25 ou mais.

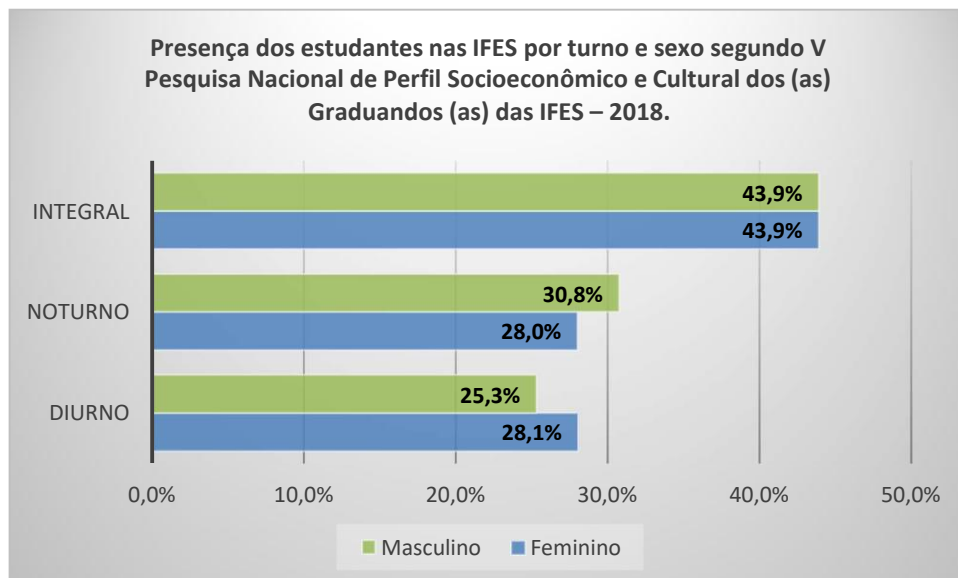
Ao longo das pesquisas de perfil houve uma redução, entre 1996 e 2014, no número de estudantes de graduação com menos de 20 anos com aumento nas faixas de 25 ou mais, porém é possível observar a retomada do crescimento do grupo com menos de 20 anos, que aumentou sua participação em 3,7% (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

Gráfico 10: Presença das estudantes nas IFES por turno segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

Gráfico 11: Presença dos estudantes nas IFES por turno e sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.

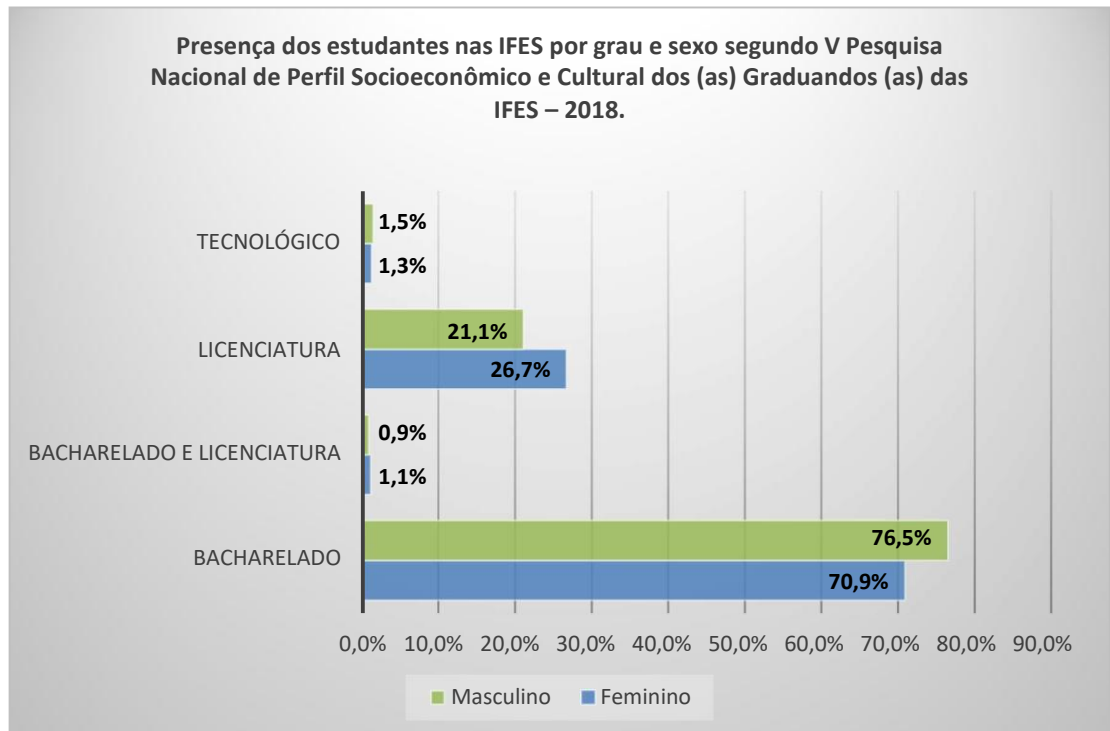


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

No ano de 2018, a presença feminina foi respectivamente 44% no turno integral, 28% no turno noturno e 28,1% no turno diurno. Enquanto a presença masculina foi 43,9% no turno integral, 30,8% no turno noturno e 25,3% no turno diurno.

Com relação à presença das estudantes de graduação atreladas a variável turno, podemos observar que no turno integral homens e mulheres tem participações iguais, enquanto os homens participam mais do noturno e as mulheres mais do diurno.

Gráfico 12 : Presença dos estudantes nas IFES por grau e sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.

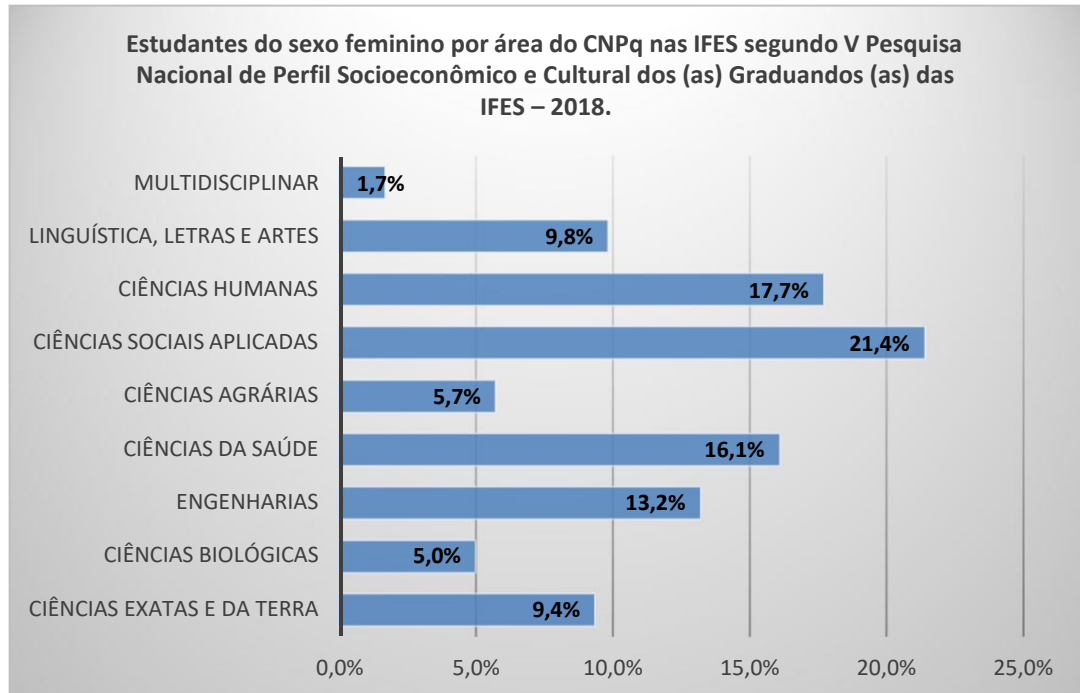


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

Como podemos observar nos gráficos, as mulheres e homens estavam matriculados em sua maioria em cursos de bacharelado no ano de 2018. Do total de mulheres 70,9% estavam matriculadas no bacharelado, 1,1% em cursos de licenciatura e bacharelado, 26,7% na licenciatura e 1,3% em cursos tecnológicos. Já do total de homens matriculados, 76,5% estavam matriculadas no bacharelado, 0,9% em cursos de licenciatura e bacharelado, 21,1% na licenciatura e 1,5% em cursos tecnológicos.

É possível observar através dos dados, que apesar da maioria das mulheres estarem em cursos de bacharelado, os homens ainda eram mais representativos. Os homens também eram maioria nos cursos tecnológicos, enquanto as mulheres estavam em maior representatividade que os homens em cursos de bacharelado e licenciatura juntos e cursos de licenciatura.

Gráfico 13: Estudantes do sexo feminino por área do CNPq nas IFES segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.

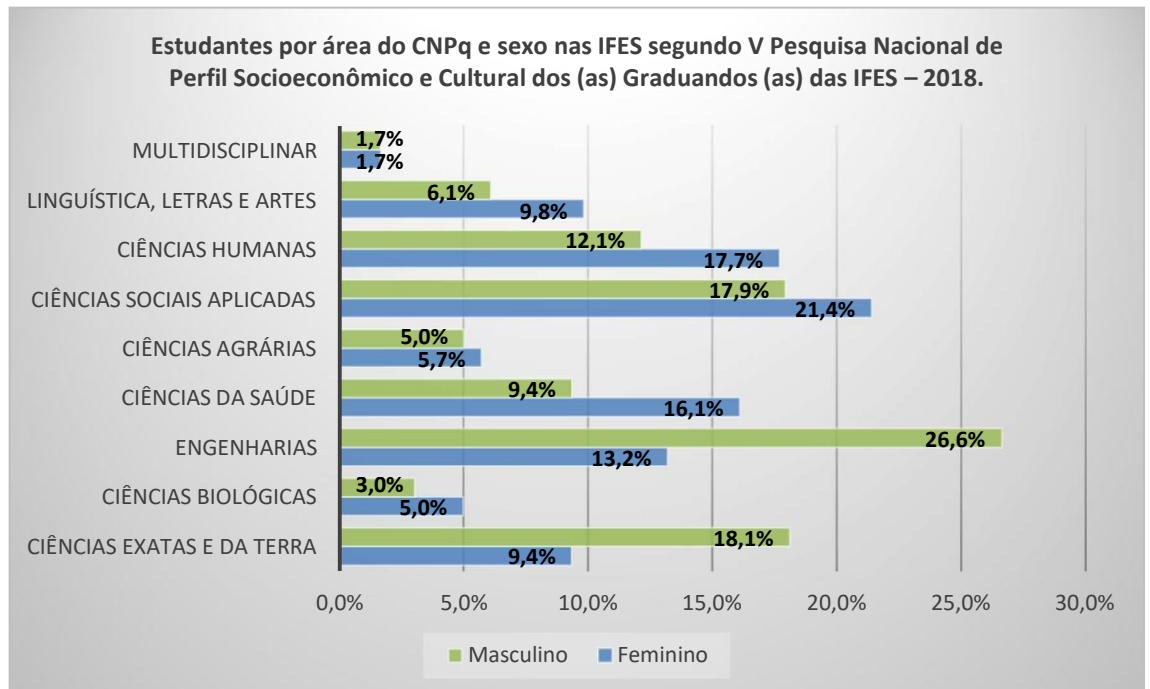


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

No que se refere aos cursos que as estudantes de graduação cursaram em 2018, 21,4% pertenciam as Ciências Sociais Aplicadas, 17,7% das Ciências Humanas, 9,8% da Linguística, Letras e Artes, 16,1% das Ciências da Saúde, 9,4% das Ciências Exatas e da Terra, 5% Ciências Biológicas, 13,2% das Engenharias, 5,7% das Ciências Agrárias e 1,7% dos cursos interdisciplinares.

Os estudantes de graduação do sexo masculino em 2018, 17,9% pertenciam as Ciências Sociais Aplicadas, 12,1% das Ciências Humanas, 6,1% da Linguística, Letras e Artes, 9,4% das Ciências da Saúde, 18,1% das Ciências Exatas e da Terra, 3% Ciências Biológicas, 26,6% das Engenharias, 5% das Ciências Agrárias e 1,7% dos cursos interdisciplinares.

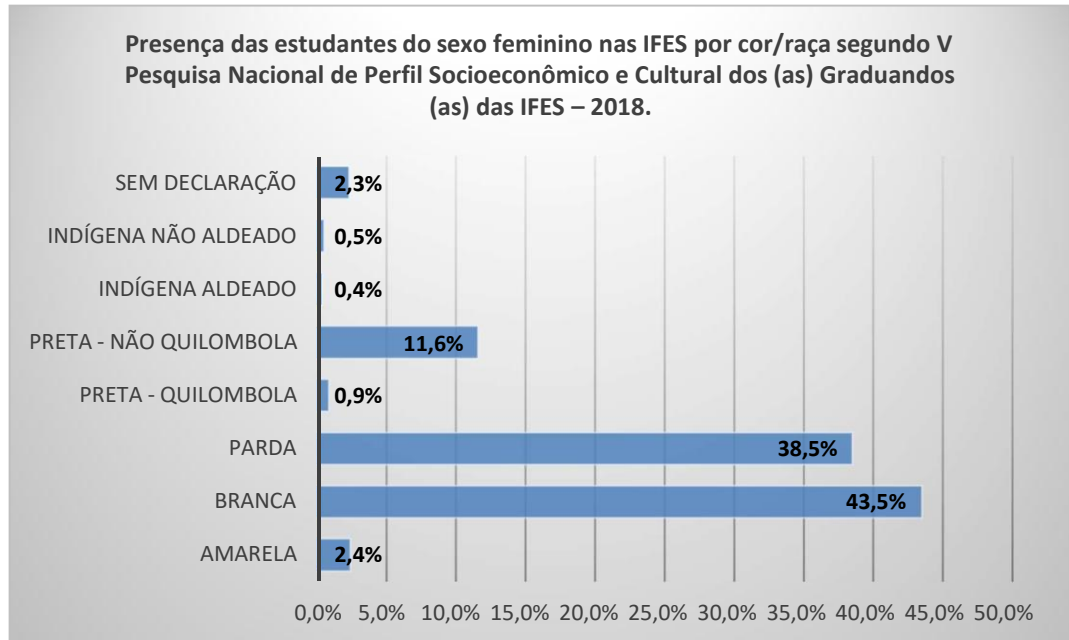
Gráfico 14: Estudantes por área do CNPq e sexo nas IFES segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

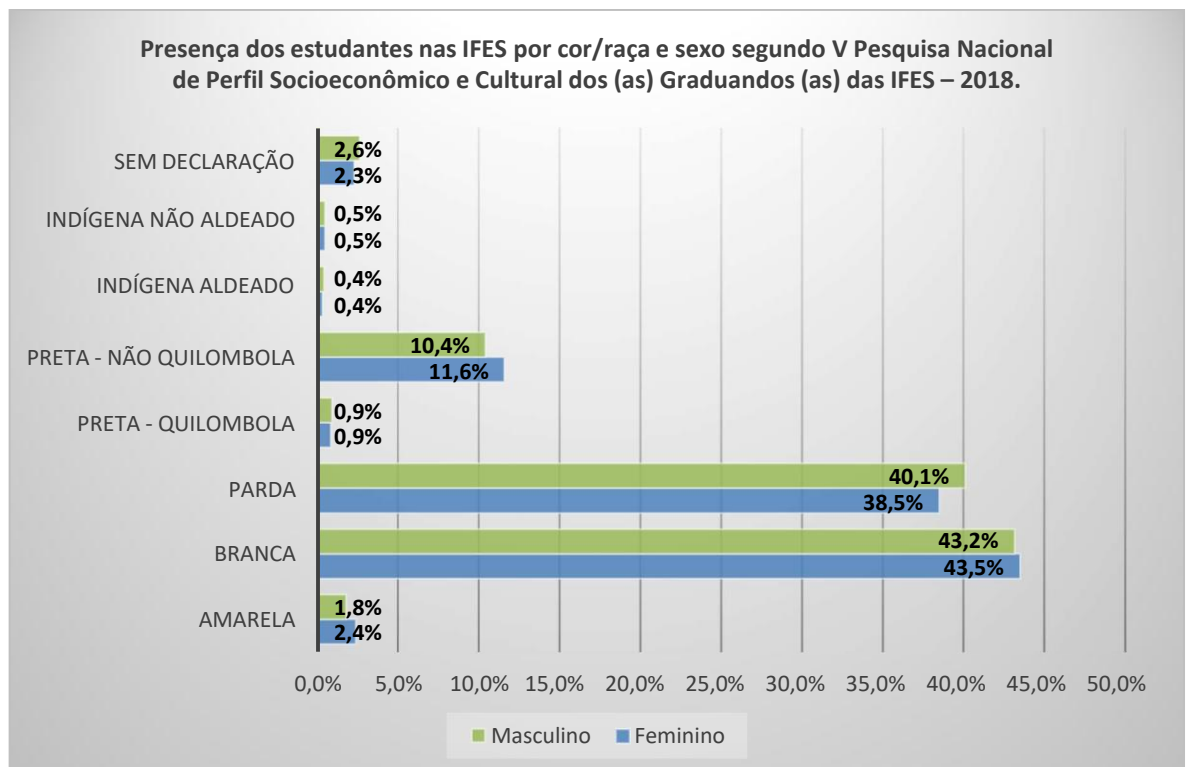
Observamos que, a maioria das estudantes do sexo feminino se concentram nas áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes, sendo a soma das mesmas é de 65% em 2018. O fato de nessas áreas se concentrarem muitos dos cursos relacionados aos cuidados e à docência junto ao dado sobre o grau das estudantes de graduação nos mostra que as mulheres estão em sua maioria em cursos de bacharelado da área de humanas e da saúde. Chama a atenção também que a área das Engenharias e das Ciências Exatas e da Terra tem maioria masculina, sendo a soma das mesmas 44,7%.

Gráfico 15: Presença das estudantes do sexo feminino nas IFES por cor/raça segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

Gráfico 16: Presença dos estudantes nas IFES por cor/raça e sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



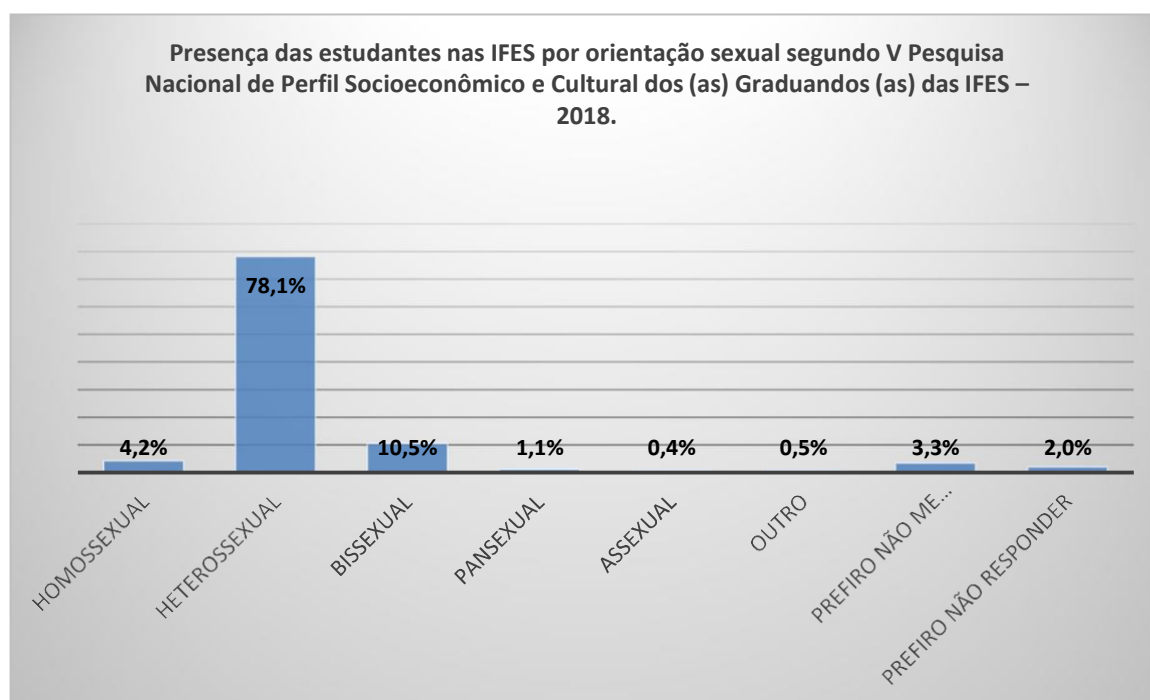
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

No ano de 2018, do total de estudante do sexo feminino de graduação nas IFES eram 2,4% das estudantes amarelas, 43,5% das estudantes brancas, 0,5% das estudantes indígenas não aldeadas, 0,4% das estudantes indígenas não aldeadas, 38,5% das estudantes pardas, 11,6% das estudantes pretas não quilombolas e 0,9% das estudantes pretas não quilombolas. Enquanto do total de estudante do sexo masculino representavam 1,8% dos estudantes amarelos, 43,2% dos estudantes brancos,

0,5% dos estudantes indígenas não aldeados, 0,4% dos estudantes indígenas não aldeados, 40,1% dos estudantes pardos e 10,4% dos estudantes pretos quilombolas e 0,9% dos estudantes pretos quilombolas. Os estudantes que não quiseram declarar sua cor/raça foram 2,3% das mulheres e 2,6% entre os homens.

Houve um crescimento interrupto na participação dos estudantes que se declaravam pretos e pardos e a diminuição dos brancos. Apesar dos estudantes brancos serem maioria quando olhamos os dados isoladamente, é notável que as políticas afirmativas e a expansão das IFES proporcionaram a mudança do perfil dos estudantes, onde podemos observar que somadas as categorias e observado o todos as IFES são majoritariamente ocupadas por estudantes não brancos (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

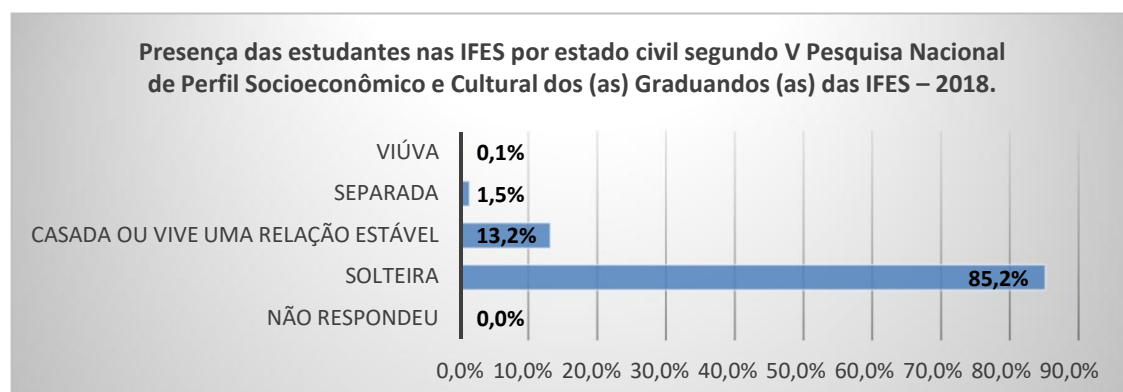
Gráfico 17: Presença das estudantes nas IFES por orientação sexual segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

Segundo a pesquisa de perfil as estudantes de graduação heterossexuais representavam 78,1% das mulheres matriculadas, sendo 4,2% homossexuais, 10,5% bissexuais, 1,1% pansexuais, 0,4% assexuais e 0,5 responderam outro. Dentre as mulheres 3,3% preferiram não se classificar e 2% preferiram não responder à pergunta no questionário.

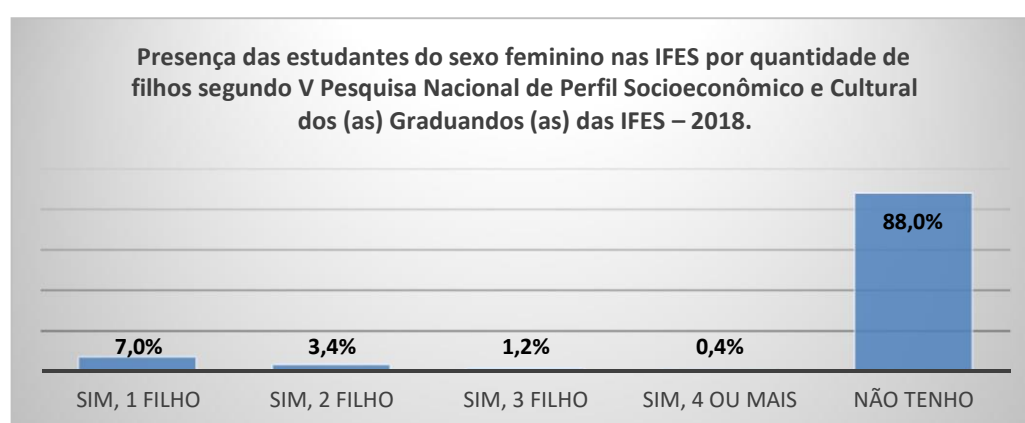
Gráfico 18: Presença das estudantes nas IFES por estado civil segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

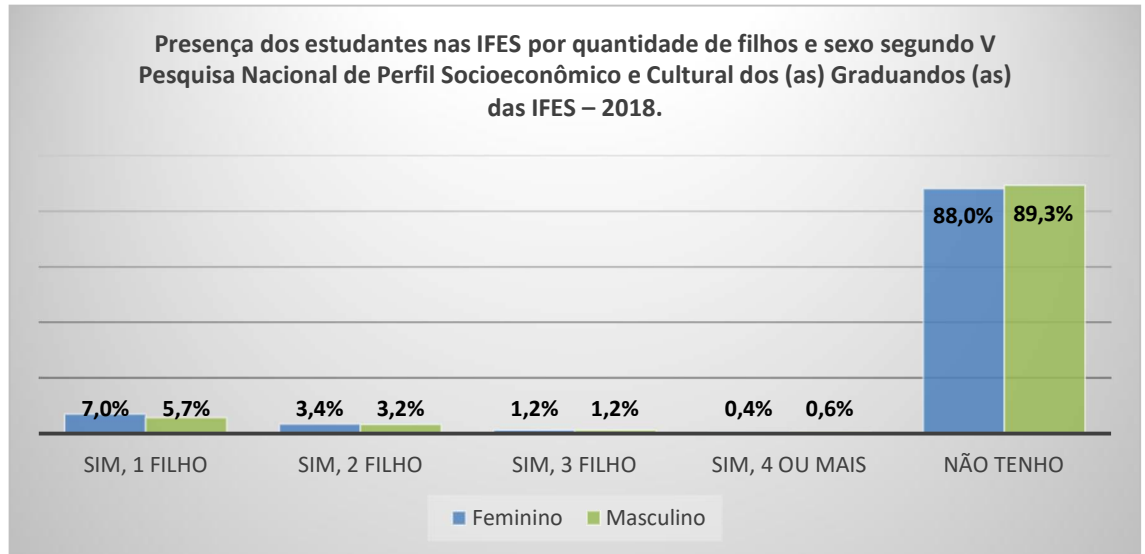
Das estudantes de graduação nas IFES 85,2% eram solteiras em 2018, 13,2% eram casadas ou estavam em uniões estáveis, 1,5% eram separadas e 0,1% eram viúvas.

Gráfico 19: Presença das estudantes do sexo feminino nas IFES por quantidade de filhos segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

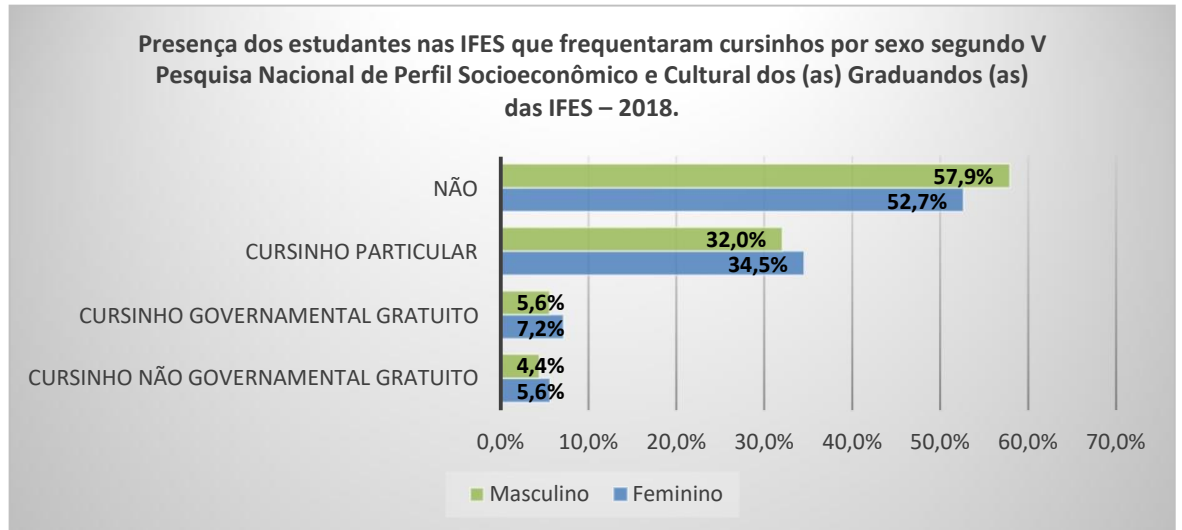
Gráfico 20: Presença dos estudantes nas IFES por quantidade de filhos e sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

Como é possível observar nos gráficos , tanto estudantes os de graduação do sexo masculino (89%) quanto as estudantes do sexo feminino (88%) em sua maioria não tem filhos. Das mulheres estudantes de graduação 7% tinham um filho, 3,4% tinha dois, 1,2% tinham três e 0,4% tinham quatro ou mais, já dos homens estudantes de graduação 5,7% tinham um filho, 3,2% tinha dois, 1,2% tinham três e 0,6% tinham quatro ou mais. A pesquisa de perfil ainda nos mostra que a maioria das estudantes de graduação deixam seus filhos com familiares enquanto estão nas IFES.

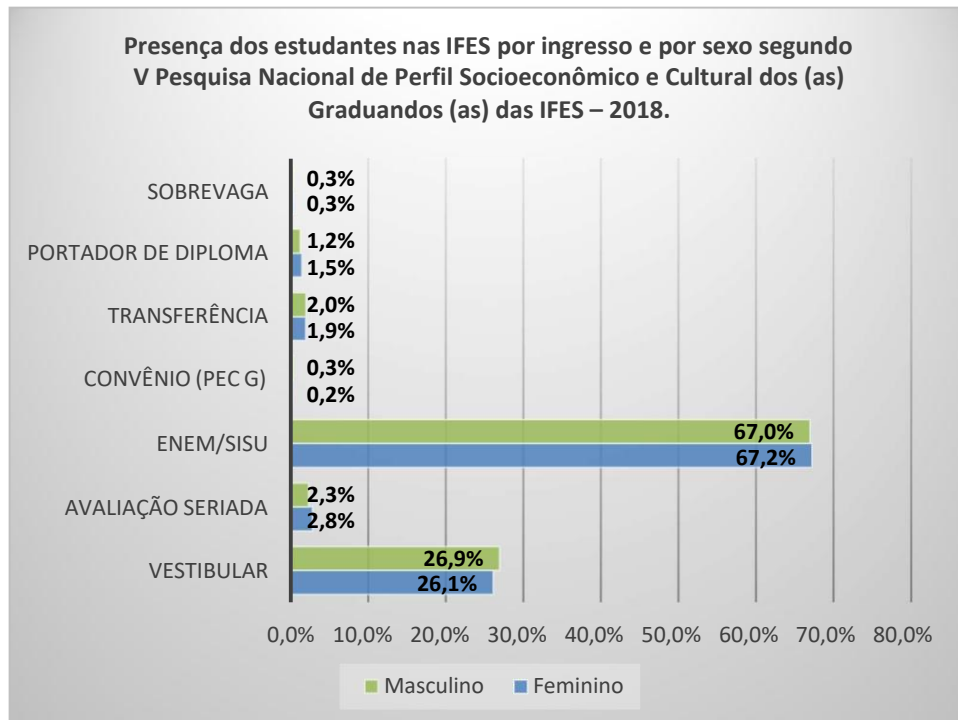
Gráfico 21: Presença dos estudantes nas IFES que frequentaram cursinhos por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

A pesquisa nos mostra que a maioria dos estudantes homens (57,9%) e das estudantes mulheres (52,7%) não participaram de cursinho pré-vestibulares e pré-ENEM. As graduandas como mostra o gráfico (...) participaram mais que os graduandos de cursinhos representando 34,5% em cursinhos particulares, 7,2% e cursinhos governamentais gratuitos e 5,6% em cursinhos não governamentais gratuitos. Já os graduandos do sexo masculino representavam 32% em cursinhos particulares, 5,6% e cursinhos governamentais gratuitos e 4,4% em cursinhos não governamentais gratuitos.

Gráfico 22: Presença dos estudantes nas IFES por ingresso e por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



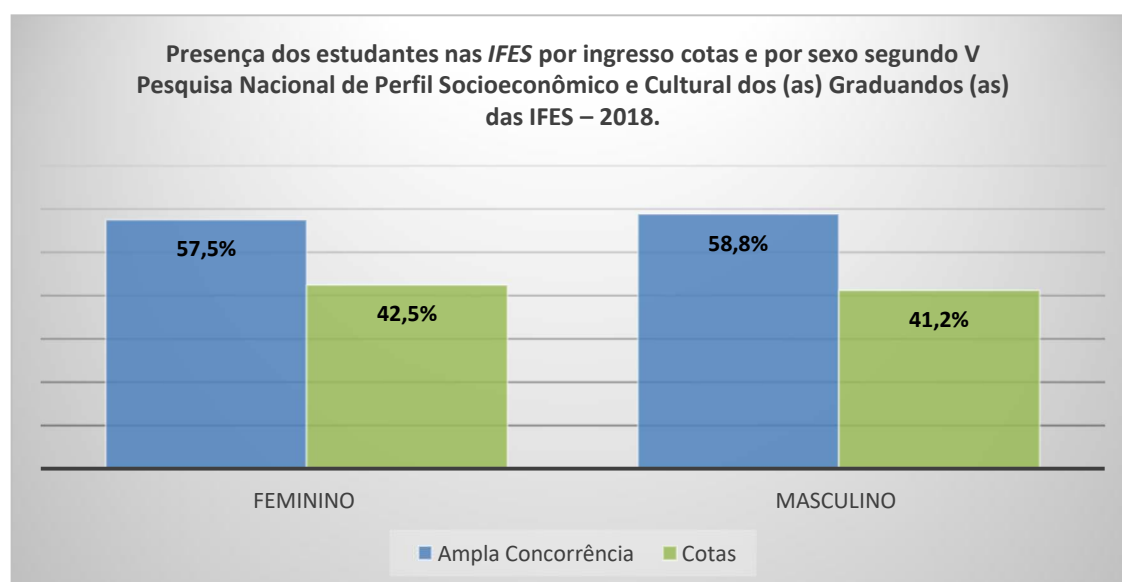
Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

No que tange ao tipo de ingresso dos estudantes de graduação segundo: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, no ano de 2018 26,1% do total de mulheres e 26,9% do total de homens ingressaram pelo vestibular, dos alunos que ingressaram pelo ENEM/SISU 67,2% eram mulheres e 67% eram homens, dos alunos que ingressaram pela avaliação seriada 2,8% eram mulheres e 2,3% eram homens, dos alunos que ingressaram em vagas remanescentes 0,3% eram mulheres e 0,3% eram homens, dos alunos que ingressaram por convênio (PEC G) 0,2% eram mulheres e 0,3% eram homens, dos alunos que ingressaram por como portador de diploma 1,5% eram mulheres e 1,2% eram homens, os graduandos que entraram através de transferência eram 1,9% mulheres e 2% homens.

Através do gráfico ..., podemos observar que o tipo de ingresso dos estudantes do sexo feminino e masculino tem pouca discrepância e que os tipos de ingresso mais utilizados pelas mulheres graduandas na IFES foram o vestibular e o ENEM.

O PEC-G é apresentado pelo Ministério da Educação (MEC)¹⁹ como um programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) como uma atividade cooperativa entre países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos culturais e educacionais tendo como objetivo formar recursos humanos. O programa seleciona anualmente por meio de edital aberto pela internet, estrangeiros entre 18 e preferencialmente até 23 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país. Portanto podemos observar através das tabelas o padrão estabelecido ao longo dos anos em que menos mulheres têm ingressado por esse programa que homens.

Gráfico 23: Presença dos estudantes nas IFES por ingresso cotas e por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.

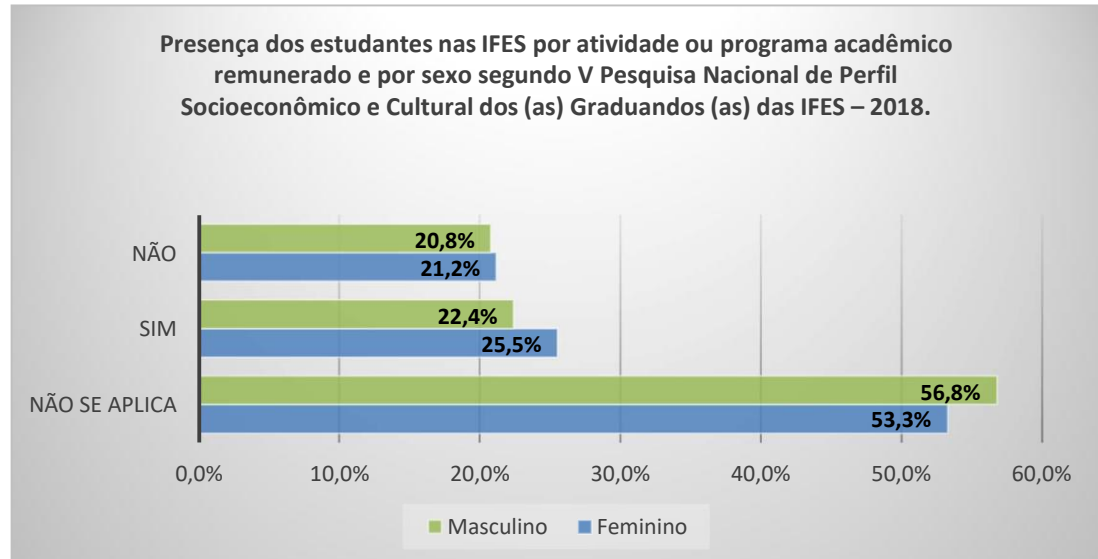


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

A maioria dos estudantes abordados pela pesquisa ingressaram nas IFES por ampla concorrência sendo 57,5% das mulheres e 58,8% dos homens. Porém chama a atenção que o valor expressivo dos estudantes que ingressaram pelas cotas 42,5% das mulheres e 41,2% dos homens.

¹⁹“O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais” (MEC, <http://portal.mec.gov.br/pec-g>).

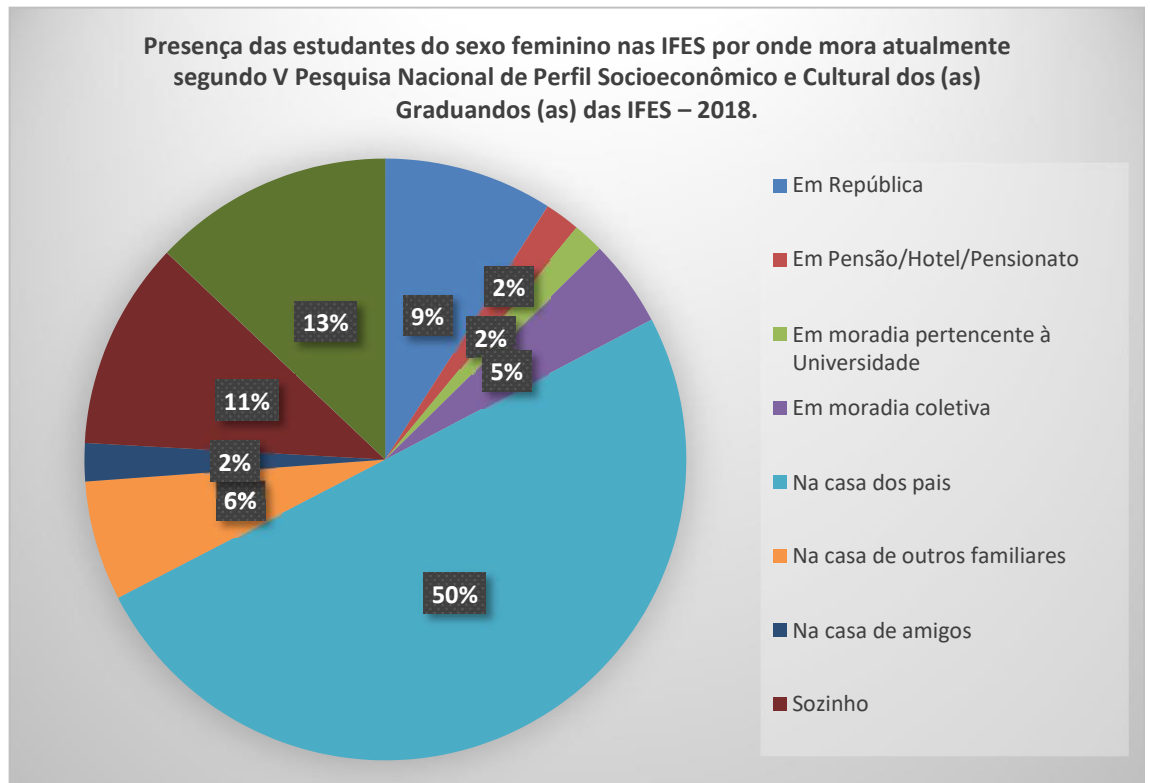
Gráfico 24: Presença dos estudantes nas IFES por atividade ou programa acadêmico remunerado e por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

Dentro do universo pesquisado a maioria dos estudantes responderam a opção não se aplica para informar sobre sua participação de programas ou atividades acadêmicas remuneradas representando 56,8% dos graduandos do sexo masculino e 53,3% das graduandas do sexo feminino. A maioria dos estudantes que participavam de programas ou atividades acadêmicas remuneradas era de mulheres, representando 25,5% das estudantes do sexo feminino, enquanto os homens que participavam de programas ou atividades acadêmicas remuneradas representavam 22,4%. Entre os que responderam que não participavam eram de 21,2% de mulheres e 20,8% de homens.

Gráfico 25: Presença das estudantes do sexo feminino nas IFES por onde mora atualmente segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.

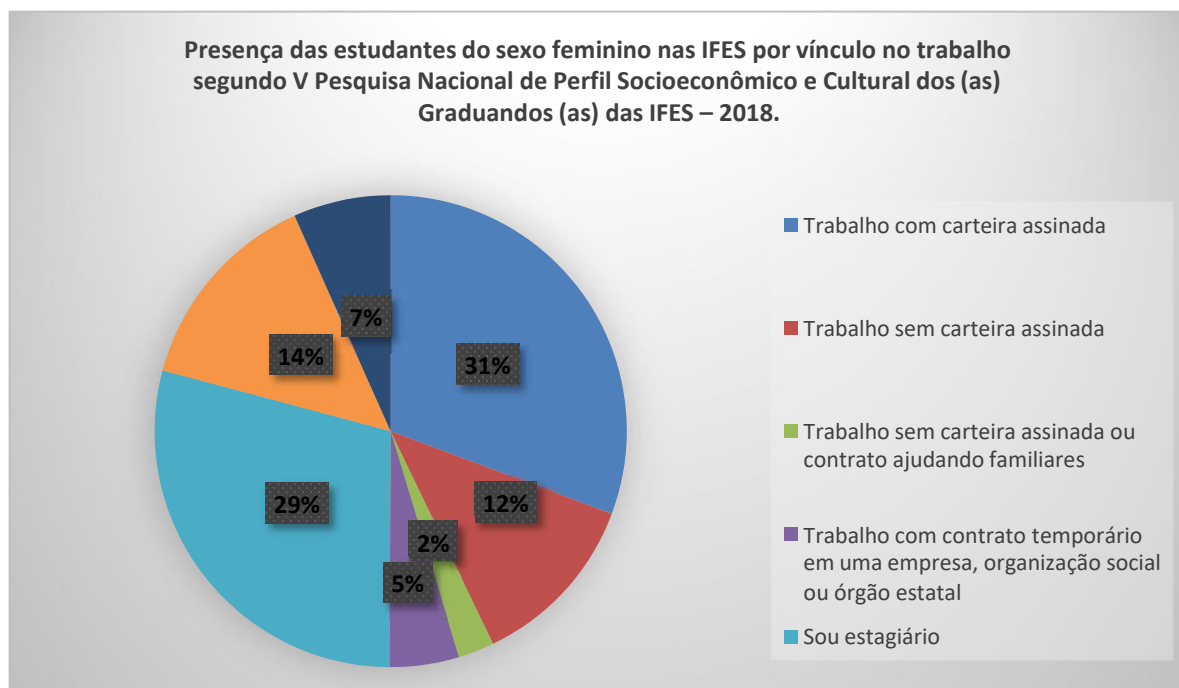


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

Sobre a moradia dos estudantes de graduação no ano de 2018 a maioria reside com os pais sendo representados por 50,1% das mulheres e 47,6% dos homens, seguido dos estudantes que vivem com seus companheiros os cônjuges representando 12,5% dos homens e 12,9% das mulheres. Dos estudantes de moram sozinhos 11,5% são do sexo masculino e 11,2% são do sexo feminino, já no que se refere aos estudantes que moram em repúblicas 11% são homens e 9,1% são mulheres.

Podemos observar que, apesar da pouca discrepância entre os dados sobre moradia entre os sexos, as mulheres vivem mais com os pais, com companheiros os cônjuges e com outros familiares. Enquanto os homens estão representados em maior porcentagem que as mulheres vivendo sozinhos, em repúblicas e pensões hotéis e pensionatos (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

Gráfico 26: Presença das estudantes do sexo feminino nas IFES por vínculo no trabalho segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.

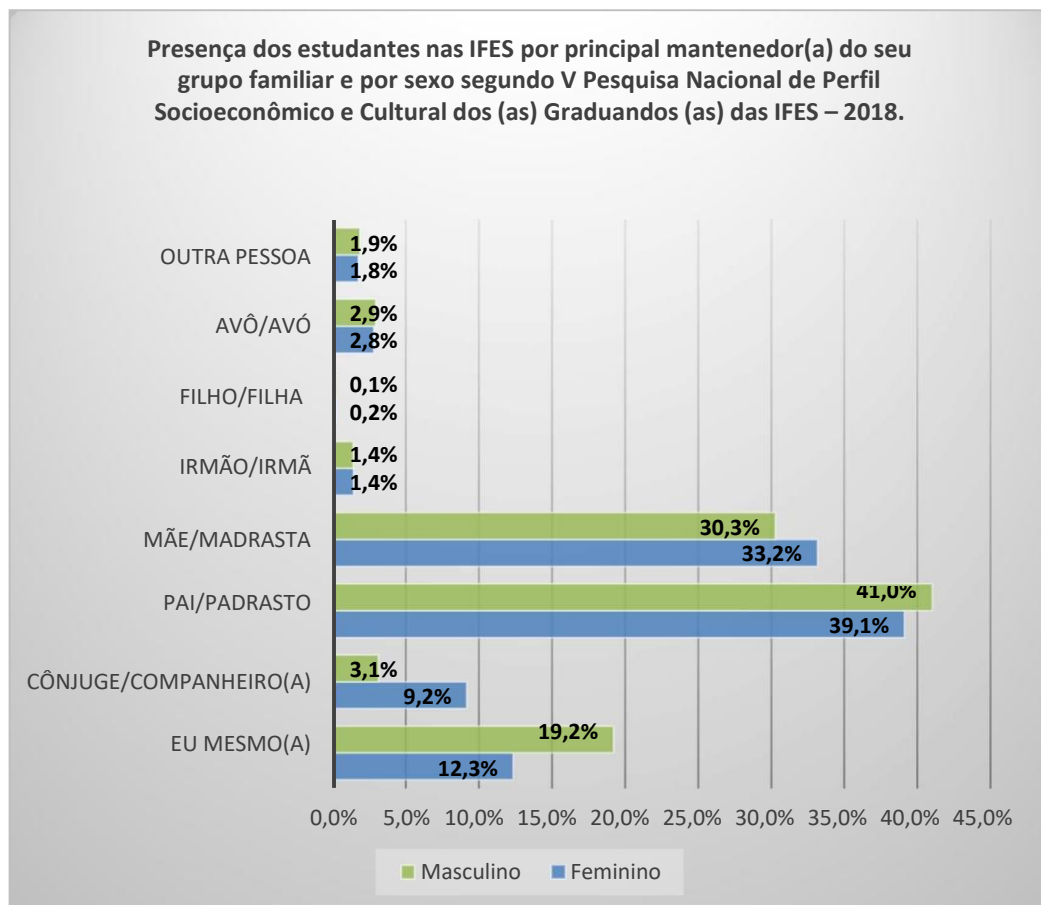


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

A pesquisa mostra que maioria dos estudantes de graduação não tinha um trabalho, porém estava à procura de um, o que representava percentualmente 42,8% das mulheres e 37,9% dos homens. 30% das estudantes de graduação do sexo feminino e 28,9% dos estudantes do sexo masculino informaram não estar trabalhando e não estar à procura de um emprego. Já os estudantes empregados representavam 27,1% das mulheres e 33,2% dos homens (FONAPRACE/ANDIFES, 2018).

Das estudantes de graduação do sexo feminino que estavam empregadas 30,7% trabalhavam de carteira assinada, 12,2% trabalhavam sem carteira assinada, 2,5% trabalhavam sem carteira assinada ou contrato ajudando familiares, 4,7% trabalhavam com contrato temporário em uma empresa, organização social ou órgão estatal, 29% eram estagiárias, 14,2% eram funcionárias públicas e 6,7% registraram a opção outros do questionário.

Gráfico 27: Presença dos estudantes nas IFES por principal mantenedor(a) do seu grupo familiar e por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.

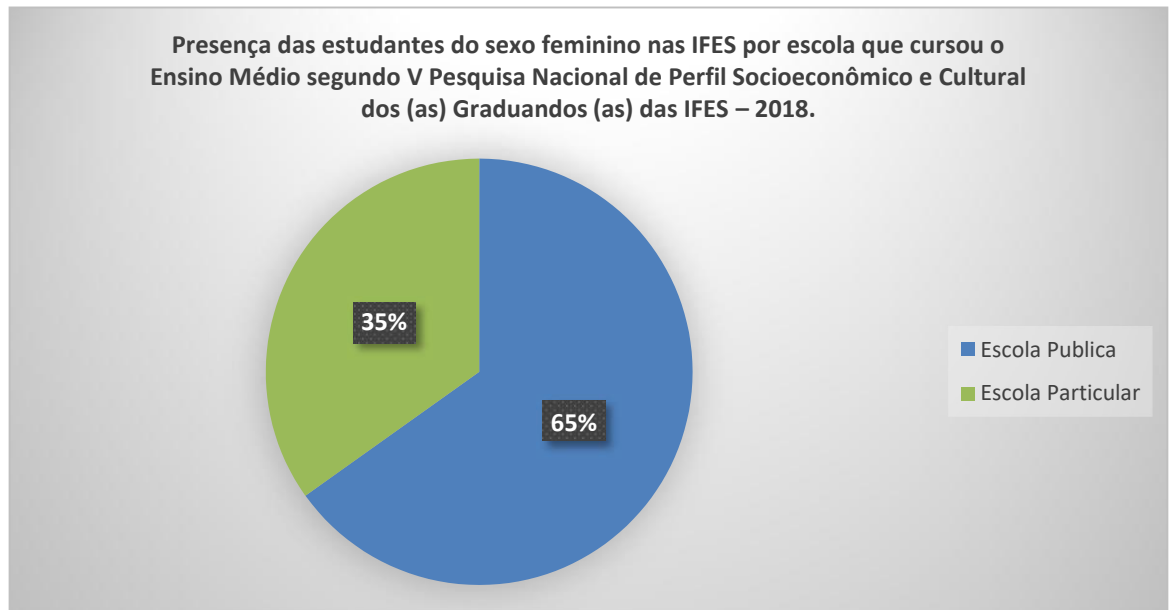


Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

É possível observar que a maioria dos estudantes de graduação das IFES tem como principal mantenedor do seu grupo familiar pai ou padrasto representando 39,1% das mulheres estudantes e 41% dos homens estudantes, seguido do grupo de estudantes que tem como principal mantenedora mãe ou madrastra, que mantem 30,3% dos estudantes do sexo masculino e 33,2% das estudantes do sexo feminino.

As mulheres são a maioria dos estudantes mantidos pelo companheiro ou cônjuge (9,2%), enquanto os homens representam apenas 3,1% dessa categoria. Entre os estudantes que mantém a si mesmos a maioria é masculina representando 19,2%, já mulheres que se mantem sozinhas são 12,3%.

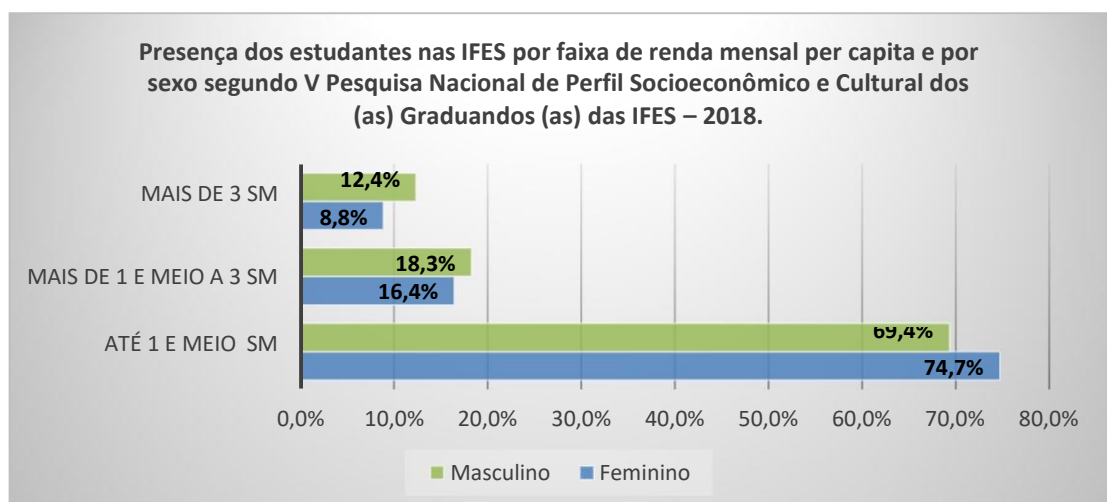
Gráfico 28: Presença das estudantes do sexo feminino nas IFES por escola que cursou o Ensino Médio segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

No que tange a escola de origem do universo estudado 65,1% das estudantes de graduação vem de escolas públicas e 34,9% vem de escolas particulares. Os homens apresentam porcentagens parecidas em que 64,3% vem de escolas públicas e 35,7% vem de escolas particulares.

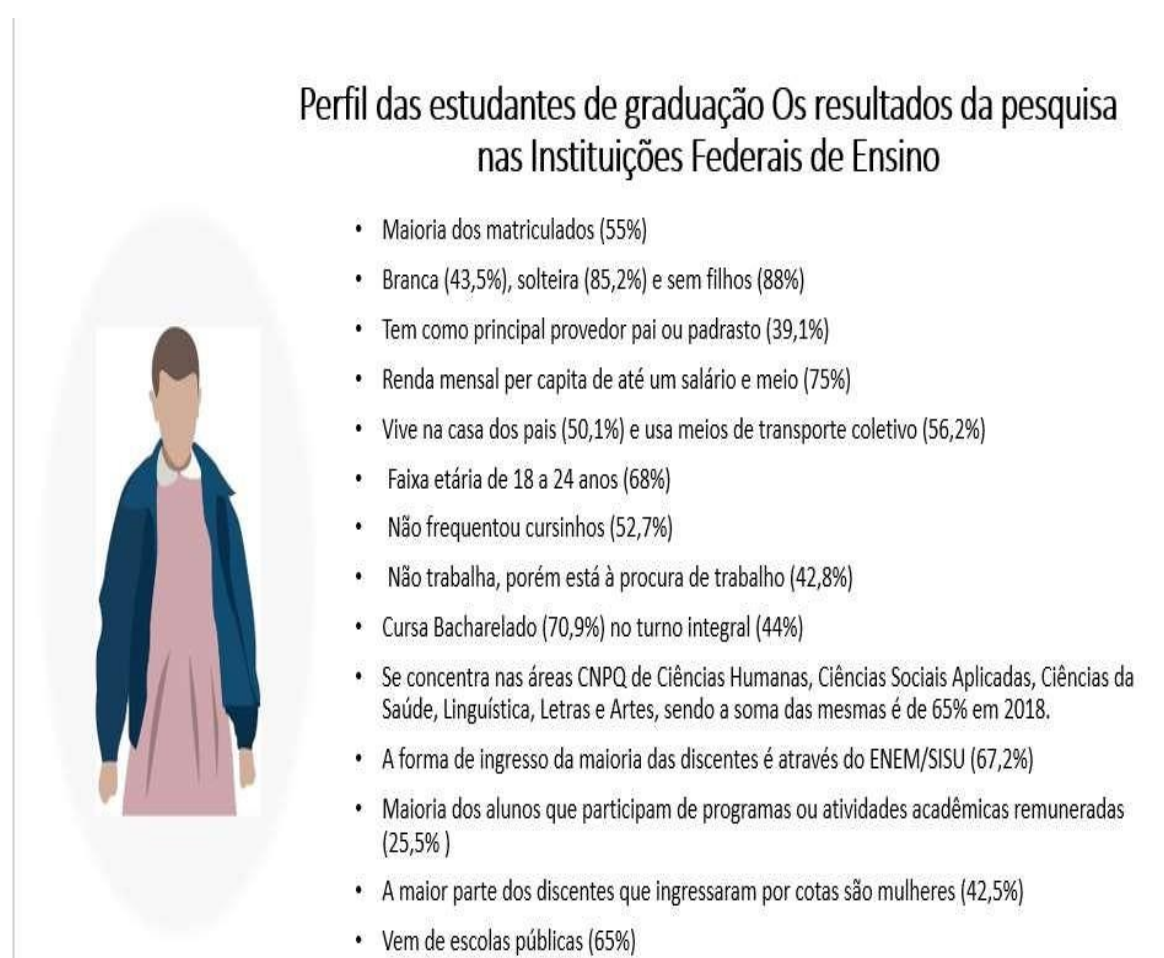
Gráfico 29: Presença dos estudantes nas IFES por faixa de renda mensal per capita e por sexo segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Tabulação própria).

A faixa de renda mensal per capita da maioria dos estudantes é de até um salário mínimo onde as mulheres representam 74,7% e os homens 69,4%, na faixa de renda de um salário mínimo até três salários mínimos as mulheres representam 16,4% e os homens 18,3%, enquanto na faixa de renda de mais de três salários mínimos os homens representam 12,4% e as mulheres 8,8%. É possível observar que as mulheres são maioria na faixa de renda de um salário mínimo, enquanto os homens são maioria nas faixas de renda de um salário mínimo até três salários mínimos e de mais de três salários mínimos.

Figura 3: Perfil das estudantes de graduação segundo V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018.



Fonte: V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018. (Elaboração própria).

A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018 nos mostra que as mulheres são maioria dos matriculados (55%) e que o perfil das estudantes de graduação é formado por mulheres brancas (43,5%), solteiras (85,2%), sem filhos (88%) que estão na Faixa etária de 18 a 24 anos (68%).

A maioria das graduandas vivem na casa dos pais (50,1%), tem como mantenedor do seu grupo familiar pai ou padrasto (39,1%), possuem a renda per capita de até um salário e meio (75%) e utilizam meios de transporte coletivo (56,2%). Não frequentou cursinhos (52,7%) e não trabalha, porém está à procura de trabalho (42,8%).

Majoritariamente a estudante de graduação das IFES cursa bacharelado (70,9%) no turno integral (44%), se concentrando nas áreas CNPQ de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes, sendo a soma das mesmas é de 65% em 2018.

A forma de ingresso da maioria das discentes é através do ENEM/SISU (67,2%) que vem de escolas públicas (65%). Elas são a maioria dos alunos que participam de programas ou atividades acadêmicas remuneradas (25,5%) e também a maior parte dos discentes que ingressaram por cotas são mulheres (42,5%).

Considerações finais

Como podemos observar pelas tabelas e gráficos ao longo do trabalho, A V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018 nos mostra que as mulheres são maioria dos matriculados (55%) e que o perfil das estudantes de graduação é formado por mulheres brancas (43,5%), solteiras (85,2%), sem filhos (88%) que estão na Faixa etária de 18 a 24 anos (68%).

A maioria das graduandas vivem na casa dos pais (50,1%), tem como mantenedor do seu grupo familiar pai ou padrasto (39,1%), possuem a renda per capita de até um salário e meio (75%) e utilizam meios de transporte coletivo (56,2%). Não frequentou cursinhos (52,7%) e não trabalha, porém está à procura de trabalho (42,8%).

Majoritariamente a estudante de graduação das IFES cursa bacharelado (70,9%) no turno integral (44%), se concentrando nas áreas CNPQ de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes, sendo a soma das mesmas é de 65% em 2018.

A forma de ingresso da maioria das discentes é através do ENEM/SISU (67,2%) que vem de escolas públicas (65%). Elas são a maioria dos alunos que participam de programas ou atividades acadêmicas remuneradas (25,5%) e também a maior parte dos discentes que ingressaram por cotas são mulheres (42,5%).

No que tange a assistência estudantil, a maioria dos (as) alunos que participam de programas ou recebem bolsas são mulheres, assim como a maioria dos (as) estudantes que participam e recebem bolsas por de atividades extracurriculares são mulheres. A maior parte dos discentes que ingressaram por cotas são mulheres e podemos observar o aumento considerável do número de graduandas que ingressou através das cotas.

Dos dados que dispomos, segundo o a Pesquisa de perfil, a maioria das estudantes de graduação do sexo feminino vem de escolas públicas e podemos analisar que ao longo dos anos abordados pela pesquisa o número de estudantes vindas do ensino público aumentou consideravelmente.

As estudantes estão dispostas nas áreas CNPQ de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes, que somados mostram que mais da metade das estudantes está matriculada em cursos dessas áreas mostra que os papéis sexuais no mundo do trabalho influenciam diretamente na escolha dos cursos e na vida acadêmica das graduandas.

Os dados sobre a faixa de renda per capita das estudantes de graduação nas IFES, como também os dados sobre o aumento de estudantes que ingressaram através das cotas e também o aumento do número das estudantes oriundas de escolas públicas mostram que as IFES são em grande parte ocupadas por estudantes de classes populares. E principalmente, por mulheres de classes populares.

Os dados nos mostram que, independentemente de as mulheres serem maioria a ingressarem no ensino superior e também a maioria a se formar nas IFES, a divisão sexual do trabalho continua a reger a escolha dos cursos de graduação e conseqüentemente as áreas de atuação profissional dessas mulheres.

Para quem olha os dados sem a devida contextualização social, analisando apenas a universidade pode aparentar que o machismo foi superado no âmbito da academia, mas a aparência mostra e oculta ao mesmo tempo uma estrutura social complexa que mantém um sistema capitalista, patriarcal e racista. Corroborando com a visão gramsciana de uma dinâmica interna movida por contradições, na qual a universidade atua simultaneamente como instrumento de classe que mantém a hegemonia e um lugar de disputa de novas concepções, a universidade ainda é um lugar que educa mulheres para exercer papéis sexuados no mundo do trabalho, mas também é um ambiente propício para tomada de consciência e organização que disputam a hegemonia com novas concepções de sociedade.

Para Gramsci a escola deveria antes de tudo ser uma escola “desinteressada do trabalho”, cujos conteúdos e métodos abordassem profundamente o as questões científicas e o desenvolvimento humano, que focasse principalmente nas questões que envolvem o funcionamento do mundo moderno em suas raízes históricas. Para o autor a escola em todos os seus níveis não seria poderia ser uma precocemente profissionalizante e de curta duração e de curta duração.

Como colocado anteriormente as, para Gramsci, as instituições de ensino fazem parte do Estado e por tanto nenhum projeto pedagógico romperia por si só as injustiças sociais. Sendo necessário que atrelado ao projeto pedagógico seja implementado um projeto político que tornem as instituições de ensino social e culturalmente unitárias. E importante salientar esse fato pois, apesar da mudança de perfil e das políticas afirmativas, tais mudanças encontram muita resistência de alguns setores da sociedade e não tem seus efeitos refletidos no mercado de trabalho, assim como nas remunerações.

Nesse sentido, as Universidades continuam exercendo seu papel de ser dialeticamente um espaço decoerção e consenso. Observando que tais espaço não são compostos apenas por conflitos de classe, como também por conflitos hegemônicos raciais e de gênero, deste modo,

apesar do ensino superior apresentar as contradições de gênero, classe e raça, o mesmo também é uma ferramenta para a ascensão social.

Dentro do sistema capitalista os eixos de diferenciação social classe, raça e gênero influenciam de maneira distinta as experiências do indivíduo a depender do seu lugar de origem, sexo ou cor, embora esses eixos de diferenciação façam parte do mesmo sistema (HIRATA, 2014). Assim é possível compreender que as trajetórias e escolhas das estudantes de graduação sobre suas profissões terão relação direta com sua classe social e sua cor.

A divisão sexual continua presente e determinante em diversas esferas, atribuindo a diferença entre feminino e masculino significados variados e de natureza política. O paradoxo das relações sociais de gênero se torna claro diante dos dados, em que a situação da mulher melhora no mercado de trabalho (KERGOAT, 2010) e no acesso ao ensino superior (BELTRÃO; ALVES, 2009). Porém, a divisão sexual e racial do trabalho permanece, assim “Tudo muda, mas tudo permanece igual” (KERGOAT, p.94, 2010). De modo, que a distinção entre as relações intersubjetivas e relações sociais é fundamental para compreensão do que realmente mudou no nível do sistema e o que é apenas um deslocamento das linhas de tensão.

Assim fica claro o quão importante é apoiar o pensamento plural dentro das instituições de ensino superior assim como os movimentos de reivindicações dos docentes e discentes para não apenas para a melhoria da educação como também para a melhoria da condição feminina na sociedade como um todo.

Tal como esse trabalho havia se disposto como objetivo geral caracterizar o perfil das mulheres estudantes que compõem os cursos de graduação brasileiros nas IFES de acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018 e problematizar e identificar o perfil sexual das profissões a partir de pesquisa bibliográfica, associando, quando possível, com o perfil sexual dos cursos de graduação analisados nesta pesquisa, de acordo com isso chegamos a essas conclusões.

A metodologia e bibliografia se mostraram suficientes para uma análise preliminar e para começar a apontar o caminho de uma pesquisa que relacione mais profundamente o mundo do trabalho e o ensino superior nas IFES. Porém, devo enfatizar fortemente a necessidade de mais pesquisas e da criação de bancos de dados que dialoguem entre si para que novos e aprofundados estudos sejam realizados.

Era hipótese dessa pesquisa que o crescimento do contingente feminino no ensino superior e no mercado de trabalho em diversas profissões não significa necessariamente o fim da divisão sexual do trabalho e das relações desiguais de gênero, mas sim a complexificação de tais relações em novos contornos de precarização do trabalho feminino. E que os marcadores

sociais naturalizados pelo modelo familiar patriarcal são utilizados e ampliados pelo capitalismo e continuam determinantes na organização social de homens e mulheres. Hipótese essa que podemos observar que se confirma ao longo dos dados apresentados pelo texto

Referências

ABÍLIO, L; C. **Sem maquiagem:** o trabalho de um milhão de revendedoras decosméticos. São Paulo: Boitempo, 2014

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES – 2018**, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=79639>. Acesso em: 10 set. 2021.

AGUIAR, N. **Gênero e Ciências Humanas:** desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

AGENCIA BRASIL. Noletto, S; Villela, S. **Quase mil pessoas são resgatadas de trabalho escravo no Brasil em 2020.** Radio Agência Nacional, 2021. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/direitos-humanos/audio/2021-05/quase-mil-pessoas-sao-resgatadas-de-trabalho-escravo-no-brasil-em-2020>>. Acesso em: 20, setembro, 2021.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/23924-diferenca-cai-em-sete-anos-mas-mulheres-ainda-ganham-20-5-menos-que-homens>. Acesso em: 24 jul. 2019.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE. **Mercado de trabalho reflete desigualdades de gênero.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25223-mercado-de-trabalho-reflete-desigualdades-de-genero>. Acesso em: 21 ago. 2019.

ANDIFES. **IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES.** FONAPRACE. Brasília. 2014.

ANDIFES. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES.** FONAPRACE. Brasília. 2018.

BEAVOIR, S. **O segundo sexo: A experiência vivida.** São Paulo: Nova Fronteira, 2001. v. 2

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. Reversal of the gender gap in Brazilian education in the 20th century. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125–156, 2009.

BIANCHETTI, L., SGUISSARDI, V. **Da universidade à commoditycidade.** Campinas, Mercado da Letras, 2017.

BITTENCOURT, H. R. (2003). Regressão logística politômica: revisão teórica e aplicações. **Acta Scientiae** - Canoas, RS – Brasil, p.77–86, 2003.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J. C; PASSERON, J. **A profissão de sociólogo**. Preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.

BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Sul global. **Revista Outubro**, São Paulo, n.22, p. 35-61, 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. 10 maio 1988.

BRASIL. **O Brasil e os ODM — ODM Brasil**. Brasil, Presidência da República. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/o-brasil-e-os-odm>. Acesso em: 19 abr.2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. 9394/1996. Brasil, Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI**. Brasil, Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES**. Brasil, Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasil, Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm.

BRUSCHINI, C. Trabalho Feminino no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação. **Latin American Studies Association**. Fundação Carlos Chagas. São Paulo, Brasil. 1998. LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 10(2): 303-335, 1989.

BRUSCHINI, M; C; A. Sexualização das Ocupações: O caso brasileiro. **Cadernos de pesquisa**. Fundação Carlos Chagas. 1979, n.28, pp.5-20.

BRUSCHINI, M. C. A. Trabalho e Gênero no Brasil nos Últimos Dez Anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 537-572.

BRUSCHINI, C. LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras Trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, 2001. p.157-196.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de pesquisa**, n. 110, p. 67-104, 2000.

COMUNICA UFU. **Comissão inicia política de gênero na UFU**. Disponível em: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2015/10/comissao-inicia-politica-de-genero-na-ufu>. Acesso

em: 23 out. 2019.

CYRINO, R. Essencialismo de gênero e identidade sexual: o caso das mulheres executivas. **Caderno Espaço Feminino**, Uberlândia, v. 24, n. 1, p. 79-102, jan./jun.2011.

DAVIS, ANGELA. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A Nova Razão do Mundo**: Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016

DELPHY, C. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 17, Brasília, maio-agosto 2015, p. 99-119.

DIVISÃO DE TEMAS EDUCACIONAIS. **Histórico do programa: introdução**. Disponível em: <<http://www.dce.mre.gov.br/PEC/G/historico/introducao.php>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

FERREIRA; BITTAR, **EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA TECNOCRÁTICA NA DITADURA MILITAR**, Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008

FILGUEIRAS, LUIZ. **O neoliberalismo no Brasil**: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. 2006.

FONAPRACE/ANDIFES. **IV Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos da IFES**. Brasília: FONAPRACE/ANDIFES, 2016. Disponível em: <<http://201.57.207.35/fonaprace/wp-content/uploads/2016/08/DIAGRAMACAO-perfil2016.pdf>>.

FONTOURA, N. REZENDE, M. T. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995 a 2015**. IPEA: Brasília/DF, 2017.

GRAMSCI, ANTONIO. **Cadernos do Cárcere**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GRAMSCI, ANTONIO. **Cadernos do Cárcere**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

HARAWAY, D. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. *Cad. Pagu*. 2004, n.22, pp.201-246.

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Edições Loyola, SP, 2008.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1, p.61-73, jun./2014.

HIRATA, H; KERGOAT, D. NOVAS CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO. **Cadernos de Pesquisa**, Brasil, v. 37, n. 132, p. 595-609, dez/2007.

HIRATA, H. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Friedrich-Ebert-Stiftung**, 2015, n.7. p.4-9.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981 – 2002. **Nova Economia**, v.14, n. 2, p. 35–58, mai/ago 2004.

HOSMER, D; LEMESHOW, S. **Applied Logistic Regression**. New York: John Wiley & Sons. 1989.

IBGE. **Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2017.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2019**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio?>. Acesso em: 2021.

INEP. **Censo do Ensino Superior 2015**. Brasília: MEC, 2015. INEP. **Censo do Ensino Superior 2019**. Brasília: MEC, 2019.

IPEA INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29526. Acesso em: 23 out. 2019.

KERGOAT, D. A Relação Social de Sexo da Reprodução das Relações Sociais à sua Subversão. **Pro-Posições** – vol. 13, n.1(37) – jan/abr. 2002, p. 47-59.

KERGOAT, D. Dinâmicas e consubstancialidade *das* relações sociais, in **Novos Estudos - Cebrap**, n° 86, p. 93-103, 2010.

KOWALSKI, A. V. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. PUCRS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/5137>.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil: inflexões de gênero e diferenciais femininos**. Rio de Janeiro: Ipea, set. 2001. p.1-24.

LIMA, M. **Serviço de Branco, Serviço de Preto: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano**. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

LIMA, M; RIOS, F; FRANÇA, D. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil** / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes ... [etal.]. - Brasília: Ipea, 2013.

Marôco, J. Análise Estatística com o SPSS Statistics. **Gráfica Manuel Barbosa & Filhos** (6ª Edição), ISBN 978-98996763-4-3, p. 801-910, 2014.

MARQUES, A. C. H.; CEPÊDA, V. A.; ZAMBELLO, A. V. **Mudanças no ensino superior no Brasil: expansão, inclusão e equidade: um balanço do REUNI e a percepção das influências internacionais.** 39o Encontro Anual da Anpocs. 2015.

MARX, K. **O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital.** Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **Sobre o Suicídio.** São Paulo: Boitempo, 2006.

MEAD, M. **Sexo e temperamento.** São Paulo: Perspectiva, 2003.

MOVIMENTO MULHERES EM LUTA. **Nas campanhas salariais, lutar por salário igual, para trabalho igual! Movimento Mulheres em Luta,** 17 ago. 2011. Disponível em: <<http://mulhereseumluta.blogspot.com/2011/08/nas-campanhas-salariais-lutar-por.html>>. Acesso em: 19 abr. 2017

Nosella, P., & Azevedo, M. L. N. de. (2013). **A educação em Gramsci.** *Teoria E Prática Da Educação*, 15(2), 25-33. <https://doi.org/10.4025/tpe.v15i2.20180>

NOGUEIRA, C. M. As trabalhadoras do Telemarketing: Uma Nova Divisão Sexual do Trabalho. In: **Infoproletários: Degradação Real Do Trabalho Virtual** / Organizadores: BRAGA, R; ANTUNES, R. São Paulo: Boitempo, 2009.

OXFAM. **A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras.** São Paulo: OXFAM, 2017

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Guia Acadêmico UFU - 2º semestre 2019 - Uberlândia, Ituiutaba, Monte Carmelo e Patos de Minas.** Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/central-de-conteudos/documentos/guia>. Acesso em: 29 ago. 2019.

RAMOS, M. P. Métodos quantitativos e pesquisa em ciências sociais: lógica e utilidade do urso da quantificação nas explicações dos fenômenos sociais. Mediações. **Revista de Ciências Sociais** v. 18, n. 1, 2013.

RIBEIRO, R. A. **A Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos.** Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280107>>. Acesso em: 18 de setembro de 2021.

RICHARDSON, R. **Métodos quantitativo e qualitativo,** In: Pesquisa Social: métodos e técnicas. São Paulo: Editora Atlas, 1989.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAVIANI, D. "A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades", **Póiesis**

Pedagógica, v. 8, n. 2, p. 4–17, 2010. Disponível em:<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo, SP, Companhia das Letras, 2019.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. [s.l.] New York: Columbia University Press, 1990.

SCOTT, J. W.; KLANOVICZ, J.; FUNCK, S. B. O enigma da igualdade. **Estudos feministas**, p. 11–30, 2005.

SOUZA, R; G; S. SARDENBERG, C; M; B. Visibilizando a mulher no espaço público: a presença das mulheres nas universidades. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, 10., 2013. (Anais Eletrônicos) Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-13. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1381429366_AR QUIVO_RegisGlaucianeSantosdeSouza.pdf. Acesso em: 18 de setembro de 2021

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996. TOSI, L. Mulher e Ciência. **Cadernos pagu**, v. 10, p. 369–397, 1998.

TRUTH, SOJOURNER. E não sou uma mulher? **Geledes**, 2014. Tradução: Osmundo Pinho, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Cachoeira)/University of Texas (Austin) Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>. Acesso em: 24, setembro, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. **Pauta da 3ª reunião/2018 do Conselho Universitário**. Disponível em: <http://www.ufu.br/acontece/2018/03/pauta-da-3a-reuniao2018-do-conselho-universitario>. Acesso em: 23 out. 2019.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, dez/2010.

VIANNA, C. P.; UNBEHAUM, S. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 121, p. 77–104, 2004.